

## Situação da População Mundial 2016

### ASSESSORA SÊNIOR DE PESQUISA

Shireen Jejeebhoy

### PRINCIPAIS PESQUISADORES E AUTORES DE CAPÍTULOS

David E. Bloom, *Harvard T.H. Chan School of Public Health*

Jeffrey Edmeades, Centro Internacional de Pesquisa sobre a Mulher

Gretchen Luchsinger

Louise Searle, Grupo de Assessoria Humanitária

Lyric Thompson, Centro Internacional de Pesquisa sobre a Mulher

### ASSESSORA TÉCNICA DO UNFPA

Satvika Chalasani

### EQUIPE EDITORIAL

**Editor:** Richard Kollodge

**Editora Associada e Gerente de Edição Digital:** Katheline Ruiz

**Desenvolvedor Digital:** Hanno Ranck

**Publicação, Design e Produção da Página Web Interativa:** Prographics, Inc.

**Edição em português:** Escritório do UNFPA no Brasil

**Tradução:** Empório das Letras

**Diagramação e produção da página Web interativa:** CT Comunicação

### AGRADECIMENTOS

*Outros pesquisadores e autores centrais para o desenvolvimento do relatório:*

Ayla Black, Grupo de Assessoria Humanitária

Rachel Clement, Centro Internacional de Pesquisa sobre a Mulher

Alyssa Lubet, *Harvard T.H. Chan School of Public Health*

Dara Lee Luca, *Mathematica Policy Research*

Johanne Helene Iversen, Luster Health Clinic, Luster, Noruega

Michael Kuhn, Centro Wittgenstein e Instituto de Demografia de Viena

Kristine Husøy Onarheim, Universidade de Bergen, Noruega

Klaus Prettnner, Universidade de Hohenheim, Alemanha

A Divisão de População e Desenvolvimento do UNFPA analisou e agregou dados na seção de indicadores deste relatório. As fontes de dados para os indicadores do relatório foram fornecidas pela Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura e pela Organização Mundial da Saúde.

### MAPAS E DESIGNAÇÕES

As designações empregadas e a apresentação do material em mapas neste relatório não implicam na expressão de qualquer opinião por parte do UNFPA sobre a situação legal de qualquer país, território, cidade ou área, ou de suas autoridades ou, ainda, sobre a delimitação de suas fronteiras ou limites. A linha pontilhada representa aproximadamente a Linha de Controle em Jammu e Caxemira acordada entre a Índia e o Paquistão. A situação final de Jammu e Caxemira ainda não foi acordada entre as partes.

© UNFPA 2016

## UNFPA

Criando um mundo onde  
cada gravidez seja desejada,  
cada parto seja seguro e  
o potencial de cada jovem  
seja realizado.





# situação da população mundial 2016

Prefácio	página 2
<b>1</b> A cara do futuro	página 4
<b>2</b> A onda dos 10 anos de idade	página 12
<b>3</b> Obstáculos no caminho para a vida adulta	página 30
<b>4</b> Apoio às meninas hoje para o bem-estar coletivo de amanhã	página 46
<b>5</b> Despertando o potencial	página 62
<b>6</b> Imaginar e agir: transformando o mundo para todas as meninas de 10 anos	página 78
Indicadores	página 93
Bibliografia	página 109



# PREFÁCIO



Foto: © UN Foto/Mark Garten

## O mundo da menina muda quando ela completa 10 anos.

Um turbilhão de eventos transformadores pode levá-la a diferentes direções. Seu destino dependerá do apoio que receba e do poder que tenha para moldar seu próprio futuro.

Em algumas partes do mundo uma menina de 10 anos, no início da adolescência, tem possibilidades ilimitadas à sua frente e começa a fazer escolhas que influenciam sua educação e, no futuro, seu trabalho e sua vida.

Porém, em outras partes do mundo os horizontes são limitados para uma menina nesta idade. Quando ela chega à puberdade, uma poderosa combinação de parentes, figuras da comunidade, normas sociais e culturais, instituições e leis discriminatórias impedem que ela siga em frente.

Com 10 anos, ela pode ser forçada a se casar. Ela pode ser tirada da escola para começar uma vida de procriação e servidão a seu marido.

Aos 10 anos, ela pode se tornar uma propriedade, uma mercadoria que pode ser comprada e vendida.

## *"De várias formas, a trajetória de vida de uma menina de 10 anos será o verdadeiro teste do sucesso — ou fracasso — da Agenda 2030".*

Aos 10 anos, ela pode ter negada qualquer chance de decidir sobre sua vida.

Aos 10 anos, ela não é mais dona de seu futuro: ele passa a ser determinado por outras pessoas.

Impedir a transição segura e saudável de uma menina da adolescência para uma fase adulta produtiva e autônoma é uma violação dos seus direitos. Mas também tem um efeito negativo sobre sua comunidade e seu país.

Sempre que o potencial de uma menina não é realizado, todos perdemos.

Por outro lado, quando uma menina consegue exercer seus direitos, ficar saudável, terminar os estudos e tomar decisões sobre sua própria vida, ela ganha e todos ao seu redor ganham também. Ela será mais produtiva e terá melhores condições de vida, transformando o mundo em um lugar melhor.

A nova Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável buscam um desenvolvimento igualitário e inclusivo, que não deixe ninguém para trás. Essa agenda de 15 anos promete ajudar a transformar o futuro de milhões de meninas de 10 anos de idade que tradicionalmente têm sido esquecidas.

Ao mesmo tempo, muitos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável só podem ser alcançados se o potencial de todas as pessoas - inclusive meninas de 10 anos - for realizado. A principal característica dos Objetivos é uma visão de um mundo sem pobreza. Porém, quanto progresso podemos esperar se o enorme potencial das meninas continuar a ser sufocado e desperdiçado?

De várias formas, a trajetória de vida de uma menina de 10 anos será o verdadeiro teste do sucesso - ou fracasso - da Agenda 2030.

Com apoio de sua família, sua comunidade e sua nação, e com o exercício pleno de seus direitos, uma menina de 10 anos pode prosperar e ajudar a gerar o futuro que todas e todos queremos.

Como será o mundo daqui a 15 anos depende de que façamos hoje tudo o que estiver ao nosso alcance para desenvolver o potencial das meninas de 10 anos.

### **Dr. Babatunde Osotimehin**

Subsecretário-Geral das Nações Unidas e  
Diretor Executivo  
Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)

A young girl with dark hair, wearing a purple and green striped shirt, is looking towards the camera. The background is a soft, out-of-focus landscape with a blue sky and a brown horizon. The text is overlaid on a dark grey semi-transparent box.

# 1

CAPÍTULO

# A CARA DO FUTURO

**Ela tem 10 anos de idade.** Ainda uma criança, rosto jovem, mas iluminado pela curiosidade enquanto instintivamente se volta para a vida adulta. Equipada para rapidamente absorver a sabedoria e os conhecimentos das pessoas que a cercam, ela está preparada para se tornar um dia uma líder inspiradora, uma trabalhadora produtiva, uma inovadora, uma mãe amorosa ou qualquer outro papel que contribua para uma sociedade próspera e dinâmica. Ela moldará o futuro de sua comunidade e do mundo que compartilhamos.

Foto: © UNFPA/Live Images



Mas esse futuro será melhor ou pior? Há muitos perigos à frente. Aos 10 anos, a menina chega a um ponto vulnerável de sua vida. Ela deve negociar uma difícil transição para a vida adulta, com rápidas mudanças em seu corpo e sua mente, além de mudanças drásticas nas expectativas familiares e sociais. Apesar de que tanto os meninos como as meninas enfrentam inúmeros riscos, estes são mais sérios – praticamente em todos os sentidos – no caso das meninas, devido à discriminação de gênero.

As políticas públicas voltadas a crianças muito novas ou adolescentes mais velhos, com limitada capacidade de responder às discrepâncias de gênero, não abordam adequadamente esses riscos (Conselho de População, 2016a). As normas e práticas sociais podem agravá-los.

Assim, milhões de meninas de 10 anos acabam com uma proteção insuficiente de seus direitos e bem-estar. Muitas viram trabalhadoras, principais responsáveis pelos afazeres domésticos, esposas ou mercadorias traficadas para sexo. Sua infância acaba e elas se veem com educação e oportunidades limitadas, em contexto de violência ou saúde precária, e nenhum poder de decisão.

Com 10 anos, a menina está chegando à puberdade, quando muitos começam a vê-la como um patrimônio - para o trabalho, a procriação ou o sexo (Bruce, 2006, 2009). Se seus direitos não forem bem protegidos, com leis, serviços e investimentos adequados, a chance de que possa se desenvolver na adolescência e se tornar uma adulta plena é perdida para sempre. Suas perspectivas podem ser especialmente desalentadoras se ela viver em um país ou uma comunidade pobre, ou na zona rural ao invés de uma cidade.

O mundo já alcançou avanços importantes para os meninos de 10 anos em vários aspectos, e está na hora de fazer o mesmo para as meninas dessa idade. Se falharmos com elas, estaremos em risco: desperdiçaremos o triplo dividendo derivado do investimento no potencial de todos os meninos e meninas de 10 anos como crianças que são, como futuras pessoas adultas e como pais e mães da próxima geração (Comissão Lancet, 2016). Estaremos frustrando as aspirações de alcançar um mundo onde todas as pessoas prosperem em sociedades inclusivas e estáveis.

## Imagine um novo mundo para as meninas de 10 anos

Imagine meninas de 10 anos em um mundo que as valorize, encoraje e proteja de verdade. É nessa idade que suas opções se expandem e se diversificam, ao invés de se retrair. Os povos concordaram que os direitos humanos dessas meninas devem ser plenamente respeitados, assim como são para seus irmãos, e isso está refletido nas leis, nas práticas legais e nas normas sociais. Ninguém acha que uma menina está pronta para se casar ou ter filhos antes de completar pelo menos 18 anos. Ninguém espera que ela abandone a escola para ter um trabalho remunerado ou cuidar da casa.

Essa menina vai para uma boa escola, limpa e segura, não muito longe de sua casa. Os professores e professoras incentivam as meninas a levantar a mão para responder às perguntas tanto quanto os meninos. Os livros escolares trazem relatos de líderes e figuras históricas do sexo masculino e feminino. Se a menina for muito boa em ciência ou matemática, ninguém sugere que ela estude algo mais “feminino”.

Ela começa a adquirir novas habilidades para administrar sua vida, como manter relacionamentos positivos, entender bem a sexualidade e a reprodução, adquirir conhecimentos financeiros básicos e evitar riscos para seu bem-estar físico e mental.

Essa menina de 10 anos tem alimento suficiente e adequado para nutrir seu corpo em crescimento e desenvolver seu cérebro. Ela não sofre de subnutrição ou obesidade. Quando precisa de cuidados médicos, os serviços são próximos e ela encontra profissionais capacitados a escutá-la atentamente, que respeitam suas necessidades especiais de privacidade – uma proteção contra a timidez incipiente das adolescentes -, e estão atentos a qualquer vulnerabilidade que ela possa enfrentar.

Enquanto está sob as asas protetoras da família, a menina de 10 anos tem as mesmas oportunidades que os meninos de explorar o mundo que a cerca, fazer amigos e participar de interações sociais. As pessoas de sua família e sua comunidade a incentivam a expressar sua opinião e lhe oferecem orientação, mas também respeitam suas decisões. Ela



desfruta de acesso igual ao mundo digital e tem chance de aprender com segurança, criando redes mais amplas e livres de perigos como predadores sexuais e bullying virtual.

Todos os esforços são realizados para protegê-la de qualquer forma de violência, seja física ou mental. Ela não sofre discriminação por motivo étnico, deficiência, origem ou qualquer outro fator. Se ela for desfavorecida pela pobreza, os sistemas de proteção social ajudam a mitigar seus impactos, mantendo-a saudável e na escola, pelo menos até o ensino médio, criando a base para melhorar sua condição na vida adulta. Medidas como essas são possíveis com o compromisso de líderes políticos e da sociedade como um todo e porque as meninas de 10 anos, como parte do coletivo de jovens adolescentes, são tão visíveis nos sistemas nacionais de estatística quanto o resto da população, o que facilita a geração de evidências sólidas que viabilizam melhores intervenções.

### Transformando a visão em realidade

O mundo ainda não concretizou essa visão para todas as meninas de 10 anos. Na verdade, está longe disso. No entanto, ele pode e concordou em fazê-lo no conjunto de compromissos internacionais conhecido como Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Adotada por 193 países nas Nações Unidas em 2015, a Agenda 2030 é um momento único na história do consenso global sobre desenvolvimento, que se aplica a todos os países - ricos, pobres e intermediários. Ela traça um caminho de transformação, com sólidas bases em direitos humanos e a inclusão de todos os indivíduos, focada na sustentabilidade para que os recursos, se usados hoje com parcimônia, continuem à disposição das futuras gerações.

Nos próximos 15 anos, o alcance da Agenda 2030 dependerá do cumprimento de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas 169 metas. Muitos estão totalmente ligados a compromissos anteriores assumidos no Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 1994, que orienta o trabalho do UNFPA. Em 2014, uma revisão do alcance dos objetivos do Programa de Ação afirmou que o progresso humano depende basicamente

De certa forma, as meninas que hoje têm 10 anos - um pouco mais de 60 milhões - são o ponto de partida para a realização da Agenda 2030, já que estão entre os grupos populacionais sob maior risco de serem deixados para trás.

de dignidade, igualdade e direitos humanos para todas as pessoas.

Pela primeira vez na história, na Agenda 2030 os países se comprometem explicitamente a não deixar ninguém para trás em sua busca por desenvolvimento. Com isso, o mundo é alertado que nenhuma menina de 10 anos de idade pode ficar à margem, abandonada à pobreza, doença ou ignorância. De certa forma, as meninas que hoje têm 10 anos - um pouco mais de 60 milhões - são o ponto de partida para a realização da Agenda 2030, já que estão entre os grupos populacionais sob maior risco de serem deixados para trás (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, Divisão de População, 2015). A enorme possibilidade de que seus filhos e filhas herdem as mesmas desvantagens será mais um entrave à esperança de mudança.

Os países não conseguirão alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1, de acabar com a pobreza, se as meninas precisarem carregar água por longas distâncias para atender às necessidades de sua casa, ao invés de permanecerem na escola. Uma menina de 10 anos que seja impedida de concluir seus estudos faz com que o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 também não seja atingido. E sem educação de qualidade, essa menina de 10 anos não terá as competências para ter melhor renda e encontrar trabalho decente, como propõe o Objetivo 8. Alcançar o Objetivo 3, de saúde e bem-estar em todas as idades, não é viável para a menina que corre o risco de contrair HIV ou de enfrentar uma gravidez precoce, ou que tenha uma alimentação de baixa qualidade que agrava o risco permanente de doenças não transmissíveis, como a diabetes.

Como cumprimos o Objetivo 5, de igualdade de gênero, se uma menina for impedida de herdar terras, expressar sua opinião sobre questões que a afetam ou formar uma família planejando o número de filhos que quer ter? Ou atingir o Objetivo 10, de redução das desigualdades dentro dos países e entre eles - como a pobreza extrema -, que, no caso das meninas de 10 anos, reúne ao mesmo tempo a discriminação de gênero e de idade?

Nos países e grupos populacionais mais ricos, as meninas dessa idade - que têm a possibilidade de se tornar as pessoas que tomam as decisões de compra -, devem estar na vanguarda do aprendizado e da prática de padrões de consumo e produção mais responsáveis, para que seja possível proteger de forma adequada o planeta e compartilhar seus recursos de forma justa, como prevê o Objetivo 12. Quando todas as meninas tiverem certidão de nascimento, acesso igual à justiça e forem livres de todas as formas de violência, realizaremos o Objetivo 16, de sociedades justas, pacíficas e inclusivas.

Um maior foco no exercício dos direitos e no alcance de todo o potencial das meninas de 10 anos poderia contribuir para outro importante componente da Agenda 2030 - colher os benefícios do dividendo demográfico. Todos os países em desenvolvimento estão passando pelo processo de transição demográfica, ou irão passar no futuro. A transição ocorre quando uma parcela maior da população participa da força de trabalho, produzindo um dividendo potencialmente enorme em termos de maior crescimento econômico. Porém, o processo só ganha corpo quando as meninas e as jovens estão bem preparadas para administrar sua fecundidade e têm autonomia para fazer escolhas. Quando a força de trabalho é saudável e altamente produtiva porque teve uma educação sólida, o dividendo cresce exponencialmente.

Para os países no início da transição - alguns dos mais pobres do mundo -, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável representam uma oportunidade de assentar as



## OS OBJETIVOS GLOBAIS

De Desenvolvimento Sustentável

bases para o dividendo demográfico, por meio de investimentos na saúde, educação e empoderamento de meninas de 10 anos. No caso de países que já se encontram em transição ou na curva de rápido envelhecimento, sustentar os ganhos e aumentar o dividendo dependem, em grande parte, de atrair mais mulheres para a força de trabalho remunerada, equipando-as com competências avançadas e tirando o máximo de sua produtividade. Mais uma vez, as meninas são o ponto de partida.

Todas as evidências sugerem que, durante suas vidas, as meninas saudáveis e escolarizadas contribuirão para um maior crescimento econômico, maior produtividade agrícola, menores taxas de mortalidade materno-infantil, famílias menores e com maior escolaridade, menor prevalência de HIV e malária, mais mulheres em posições de liderança e mais resiliência às mudanças climáticas e crises. E esses são apenas alguns dos benefícios (Sperling e Winthrop, 2016).

## Onde a menina de 10 anos estará quando tiver 25?

Daqui a 15 anos, que é a duração da Agenda 2030, a menina de 10 anos terá 25. Ela ainda será deixada para trás? Ou estará desfrutando de seus direitos humanos e seu bem-estar, explorando os diversos caminhos abertos para ela, sabendo que, quando sua filha tiver 10 anos, ela também terá ao seu alcance as mesmas experiências e oportunidades?

Somente o segundo cenário permitirá ao mundo dizer que realmente transformou o curso do desenvolvimento e enfrentou o desafio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

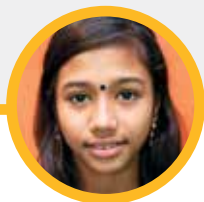
Isso depende, em grande parte, das escolhas de várias pessoas, dos pais aos formuladores de políticas, de educadores a profissionais de saúde, de economistas a empresários, de jornalistas a líderes comunitários. Devemos todas e todos nos envolver. As meninas que têm hoje 10 anos já começaram a percorrer o caminho para seu futuro. E seu futuro é também o nosso.



# TENHO 10 ANOS!

As meninas de 10 anos de hoje - que vivem em países em desenvolvimento ou desenvolvidos, cidades, vilarejos ou campos de refugiados, em lares ricos ou pobres - têm, todas, esperanças e sonhos para o futuro. Mas cada uma enfrentará diferentes desafios em sua jornada da adolescência para a vida adulta.

O relatório *Situação da População Mundial 2016* traz uma pequena amostra das vidas e aspirações de 10 meninas de diferentes origens.



**ADITI**  
BANGLADESH

Toda manhã, antes de ir para a escola na vila de Noyakata, Aditi faz o dever de casa. Depois da escola ela cuida da irmã mais nova, enquanto a mãe trabalha. Seu prato favorito é o peixe hilsa. Ela e sua colega de escola Shumi gostam de ler livros juntas. Ela espera um dia ir para a faculdade.

Todas as fotos de Aditi:  
UNFPA/Barcroft Media/  
Zakir Chowdhury



**DALINE**  
CAMARÕES

Daline, que mora em Yaoundé, está para começar seu primeiro ano do ensino médio e é bilíngue em inglês e francês. Ela ajuda a cuidar de seus dois irmãos e também cuida dos afazeres domésticos uma hora por dia, varrendo a casa e a varanda. Suas comidas prediletas são fufu e eru. Ela e sua melhor amiga, Anais, gostam de caminhar juntas, jogar cartas e fazer palavras cruzadas.

Todas as fotos de Daline:  
UNFPA/Barcroft Media/  
Adrienne Surprenant



**HIBA**  
JORDÂNIA

Hiba veio da Síria e agora mora no campo de refugiados Za'atari em Mafráq (Jordânia) com a mãe, três irmãs e dois irmãos. Seu prato favorito é mutabaka, feito de berinjela e tomates. Ela cuida de sua irmã e seu irmão mais novos durante o dia, enquanto sua mãe e sua irmã mais velha fazem campanha contra o casamento infantil no campo. Ela também gosta de brincar de esconde-esconde com as amigas. Um dia ela quer ir para a faculdade.

Todas as fotos de Hiba:  
UNFPA/Barcroft Media/  
Maria de la Guardia



**INGEBORG**  
NORUEGA

Ingeborg mora em Oslo com a mãe e o pai, perto da escola onde estuda. Ela começou a ler e escrever quando tinha quase quatro anos. Gosta de passar o tempo com as amigas e de jogar Pokémon com o irmão mais novo. Também tem aula de balé, no inverno pratica esqui na neve na Itália e quer fazer mergulho livre.

Todas as fotos de Ingeborg:  
UNFPA/Barcroft Media/  
Sigrid Bjorbekkmo



**ISABELLE**  
ESTADOS UNIDOS

Isabelle mora com os pais e a irmã mais nova em uma casa em Cabin John, Maryland. Está no quarto ano e um dia quer fazer faculdade. Sua refeição predileta é o jantar porque às vezes ela come frango. Ela e suas amigas gostam de brincar de esconde-esconde, pega-pega e jogos de tabuleiro.

Todas as fotos de Isabelle:  
UNFPA/Barcroft Media/  
Ruaridh Connellan



**ORTILIA**  
GUATEMALA

Ortilia tem quatro irmãos e cinco irmãs e mora em Chisec. Quando volta da escola, ela ajuda com os afazeres domésticos e cuida de seus irmãos e irmãs mais novos. Adora ler histórias, provérbios e charadas e quer ir para a universidade um dia. Gosta de brincar com suas melhores amigas. Também participa de um programa de qualificação para meninas.

Todas as fotos de Ortilia:  
UNFPA/Barcroft Media/  
Daniele Volpe



**ROSITA**  
ALBÂNIA

Rosita, seus pais, irmã e três irmãos moram em Peshkopi. Ela está no quarto ano e pretende ir para a universidade quando terminar o ensino médio. Sua comida predileta é o arroz, porque cheira bem quando está sendo preparado. Além de fazer o dever de casa todo dia, ela passa mais ou menos duas horas ajudando em casa. Gosta de jogar bola e outros jogos com sua amiga Kristina.

Todas as fotos de Rosita:  
UNFPA/Barcroft Media/  
Nake Batev



**SAMANTHA**  
BRASIL

Samantha mora com os pais e o irmão de cinco anos de idade, Guilherme, em Ceilândia, região administrativa próxima a Brasília. Ela mora em uma pequena casa anexa à residência da sua avó. Samantha é uma aluna talentosa que já ganhou quatro prêmios por seus resultados escolares. Ela espera um dia ir para a faculdade. Suas comidas prediletas são arroz, feijão, bife e batata frita. Ela e sua amiga Ingrid brincam juntas quase todo dia.

Todas as fotos de Samantha:  
UNFPA/Barcroft Media/Bento  
Viana



**TEMAWELASE**  
SUAZILÂNDIA

Temawelase, aluna do sexto ano em uma comunidade rural na região de Hhohho, tem quatro irmãos e irmãs. Seu prato predileto é o arroz, porque dá energia. Quando não está na escola, ajuda com as tarefas domésticas, cuida dos irmãos mais novos, pula corda ou joga bolinha de gude com sua amiga Notsile. Também participa de um programa que oferece às meninas informações sobre sua saúde e bem-estar. Planeja entrar na universidade.

Todas as fotos de Temawelase:  
UNFPA/Barcroft Media/Mark  
Lewis



**TUONG ANH**  
VIETNAM

Tuong Anh está no quarto ano. Mora em Hanói com os pais e três irmãos, de 11, 12 e 16 anos. Sempre que tem tempo, ajuda em casa. Sua mãe disse que ela tem que estudar muito se quiser ir para a universidade. Ela quer se casar, mas só depois que terminar seus estudos, e quer ter um ou talvez dois filhos.

Todas as fotos de Tuong Anh:  
UNFPA/Barcroft Media/  
Quinn Ryan Mattingly



# 2

CAPÍTULO

# A ONDA DOS 10 ANOS DE IDADE

**Segundo as estimativas, o grupo etário de 10 anos atinge hoje cerca de 125 milhões e integra a maior população de jovens da história da humanidade.**

Pouco mais de 60 milhões são meninas e 65 milhões são meninos.

Foto: © UNFPA/Vu Ngoc Dung




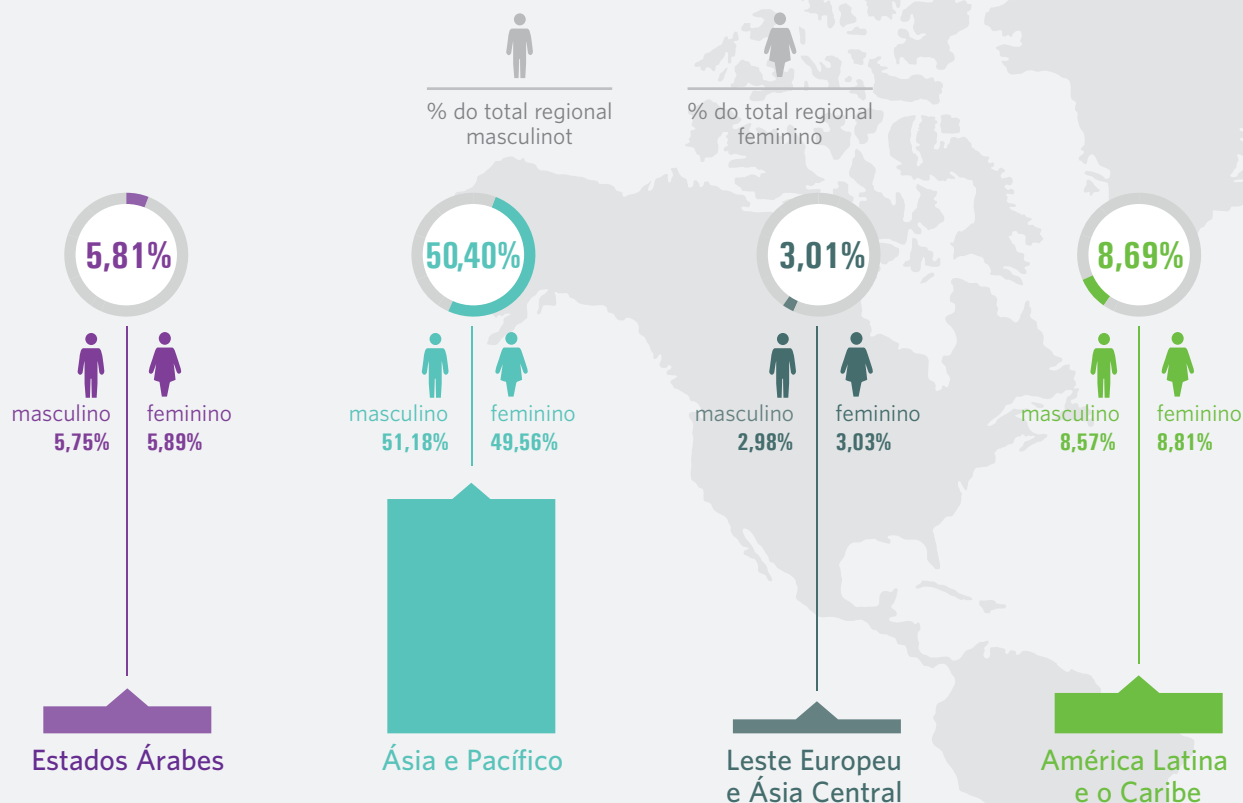
Quando forem jovens adultos ingressando no mercado de trabalho, essa geração de meninas e meninos de 10 anos, conhecida como "Geração ODS", terá um papel essencial para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para a eliminação da pobreza, visando o crescimento econômico inclusivo e a melhoria da saúde e do bem-estar de todas as pessoas até 2030. Essa coorte também será uma medida do sucesso ou fracasso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: daqui a 15 anos, as crianças de 10 anos de hoje serão mais saudáveis, desfrutarão de uma vida livre da pobreza extrema e participarão de maneira plena e igualitária em

suas comunidades? A resposta a essa pergunta determinará em grande parte não somente o progresso nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mas também os rumos da humanidade no século XXI.

O papel das meninas é especialmente importante, porque elas estão sistematicamente em desvantagem, em termos globais, de diversas formas: menor participação e conclusão do ensino formal, principalmente nos níveis médio (secundário) e superior; saúde física e mental mais precária; menor acesso ao emprego formal; menos direitos legais; e probabilidade muito maior de ter a infância interrompida pelo casamento ou pela gravidez.

## MAIS DE METADE DA POPULAÇÃO MUNDIAL DE 10 ANOS DE IDADE ESTÁ NA ÁSIA E NO PACÍFICO

 Porcentagem da população mundial de 10 anos por região, 2016





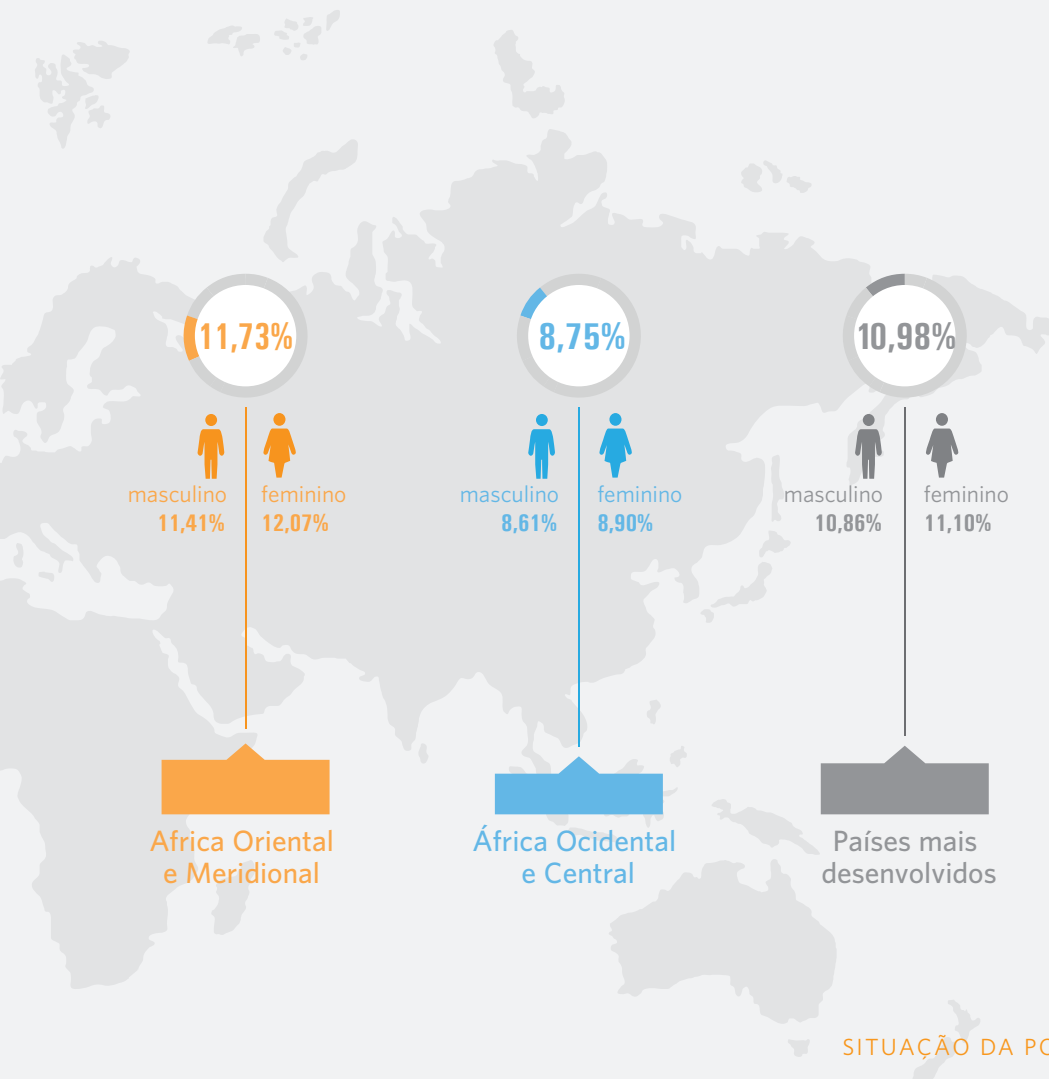
Como resultado, muitas mulheres no mundo hoje em dia não podem contribuir plenamente para suas famílias ou comunidades, ou realizar todo seu potencial. Além da violação dos direitos humanos e das oportunidades negadas que muitos desses padrões revelam, essa discriminação sistemática afeta em grande medida a capacidade de desenvolvimento social e econômico dos países, ao limitar, na prática, as contribuições de metade da população.

Essa coorte de meninas e meninos de 10 anos, portanto, representa tanto um desafio quanto uma oportunidade para a comunidade global, com um papel importante a desempenhar na definição do futuro. A capacidade

das instituições locais e globais de ajudar a preparar a população de 10 anos para a transição da adolescência para a vida adulta, principalmente em termos de proteger seu desenvolvimento emocional e cognitivo, sua saúde e direitos, definirá até que ponto essa geração será capaz de tirar o máximo de seu potencial e conduzir uma mudança positiva tanto em nível local como global.

Apesar da importância decisiva que a população de 10 anos de hoje tem para o futuro bem-estar e prosperidade de todo o mundo, há poucos dados detalhados sobre a vida dessas meninas e meninos. Esse fato reflete parcialmente seu estágio de transição na vida: já não são crianças

*Dos 10 países com as maiores coortes de 10 anos hoje em dia, cinco estão na Ásia e no Pacífico, dois na região da América Latina e do Caribe, um na África Ocidental e Central e um na África Oriental e Meridional.*



Quase 9 em cada 10 —  
**89 POR CENTO**  
 — vivem nas regiões  
 menos desenvolvidas  
 do mundo

pequenas e estão no início da adolescência, geralmente ficando nas lacunas da coleta de dados nacionais e internacionais.

Consequentemente, há uma escassez de informações globais sobre onde moram, sua qualidade de vida e suas necessidades. Isso dificulta muito o trabalho dos governos e suas principais instituições no sentido de preparar e investir adequadamente no seu futuro, inclusive com a oferta de ensino adequado, vida sem violência, emprego relevante, acesso à assistência à saúde e oportunidades iguais.

Apesar de haver vários obstáculos a superar para realizar o potencial das meninas, talvez o mais pernicioso seja o da desigualdade de gênero. As normas desiguais de gênero ferem tanto os meninos quanto as meninas, mas a carga é bem maior para elas, limitando efetivamente a capacidade de metade da população de realizar integralmente seu potencial. Mais da metade das meninas de 10 anos vive em países considerados muito desiguais em termos de gênero. Para lidar com essas desigualdades será necessário entender melhor quem são essas meninas, suas vulnerabilidades e que desafios enfrentarão em sua transição da adolescência para a vida adulta.

### Onde estão as crianças de 10 anos hoje?

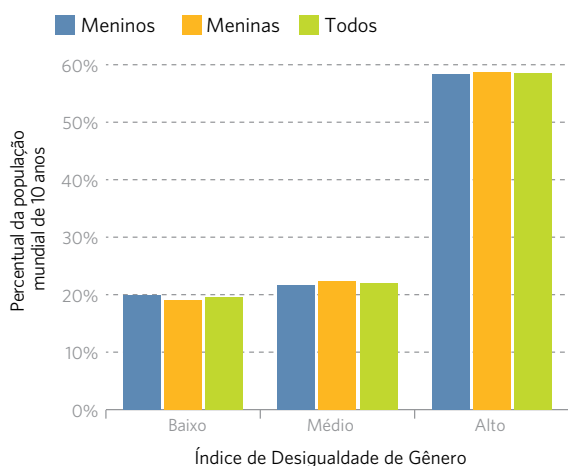
A típica menina ou menino de 10 anos vive hoje em um país em desenvolvimento. Praticamente nove em cada 10 - 89 % - vivem nas regiões menos desenvolvidas do mundo, sendo que metade delas está na Ásia e no Pacífico, inclusive na China e Índia. Uma em cada cinco vive nos 48 países que as Nações Unidas definem como menos desenvolvidos (34 na África Subsaariana, 13 na Ásia e no Pacífico e um na América Latina e Caribe), onde os desafios para realizar seu potencial são maiores e as instituições de apoio são mais fracas.

Dos 10 países com as maiores coortes de 10 anos hoje em dia, cinco estão na Ásia e no Pacífico, dois na região da América Latina e do Caribe, um na África Ocidental e Central e um na África Oriental e Meridional. O único país entre esses 10 que não é classificado como "menos desenvolvimento" é os Estados Unidos. A maior parte da população de 10 anos vive hoje na Índia e na China,

responsáveis respectivamente por cerca de 20% e 12,3% do total mundial. Em outras palavras, uma em cada cinco crianças de 10 anos mora na Índia e uma em oito mora na China.

Embora os meninos de 10 anos superem em números as meninas de 10 anos na maioria dos países, essa diferença geralmente é pequena e se deve principalmente às diferenças naturais na razão de sexo ao nascer, com a maioria dos países tendo aproximadamente 105 meninos (ou menos) para cada 100 meninas. A exceção é a Ásia e o Pacífico onde, em nível regional, há 111 meninos para cada 100 meninas. Isso se deve em grande parte às significativas diferenças no número

### Mais da metade da população de 10 anos está em países com altos níveis de desigualdade de gênero



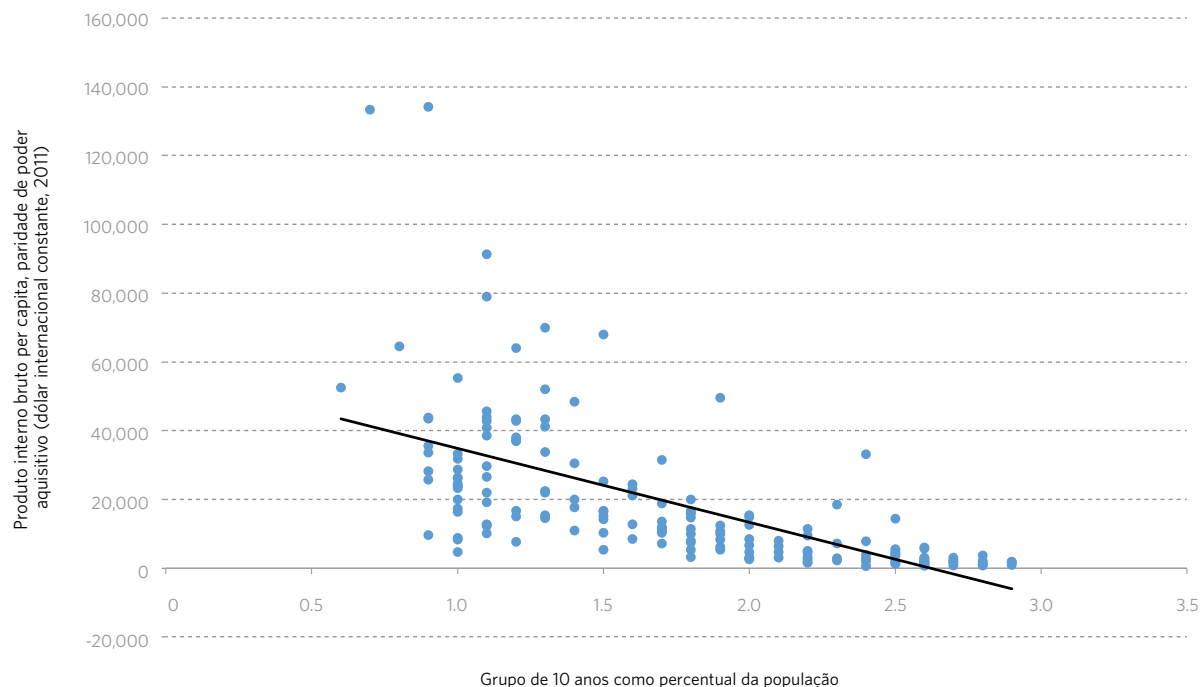
O Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) classifica os países pelo nível de desigualdade de gênero em três áreas: saúde reprodutiva, empoderamento e situação econômica. Maiores níveis de desigualdade de gênero têm maior IDG. Este gráfico mostra as proporções de meninos e meninas que vivem em países com o IDG mais baixo (de menor nível de desigualdade de gênero), IDG médio (com níveis moderados de desigualdade) e alto IDG (com altos níveis de desigualdade de gênero).

de meninos e meninas em alguns países, entre eles a Índia e a China, onde há 112 e 117 meninos, respectivamente, para cada 100 meninas. Nesses países, a proporção desigual de gênero é devida em grande parte à forte preferência por meninos, que resulta em discriminação contra as meninas tanto antes do nascimento (na forma de seleção pré-natal de sexo) quanto depois (na forma de práticas discriminatórias que aumentam a mortalidade

das meninas). De várias formas, essa é a representação mais óbvia da discriminação que as meninas de 10 anos enfrentam hoje, mas está longe de ser a única.

Das cerca de 60 milhões de meninas que existem no mundo hoje, cerca de 35 milhões vivem em países com altos níveis de desigualdade de gênero, medido pelo Índice de Desigualdade de Gênero.

### Os países com maiores coortes de 10 anos têm mais chance de serem mais pobres



Este gráfico reflete os dados de 175 países e mostra uma forte relação negativa entre o percentual da população de meninas e meninos de 10 anos de um país e o produto interno bruto per capita do país. Os países com maiores proporções de 10 anos em sua população são mais pobres do que aqueles com proporções menores de 10 anos.

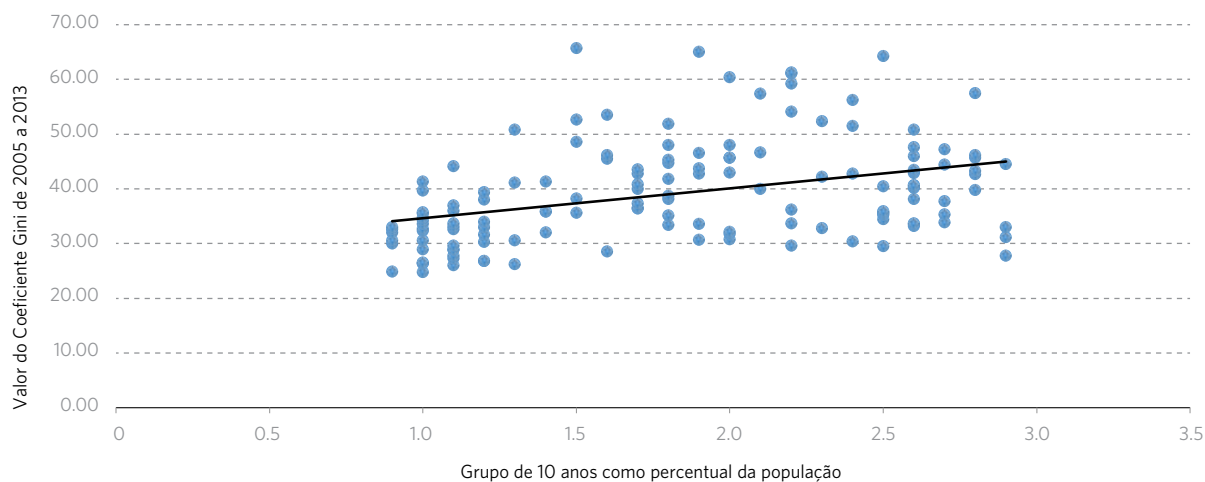
## A vida da população de 10 anos hoje em dia: desafios e promessas

A coorte de 10 anos de idade vive em um mundo muito diferente daquele em que seus pais cresceram, com desafios e oportunidades únicos. Embora compartilhem da mesma idade, seu modo de vida apresenta enormes diferenças, com grandes implicações tanto para seu futuro quanto para o futuro do planeta. Esta seção analisa alguns dos principais componentes de suas vidas, focando nos aspectos que revelam padrões claros. É dada especial atenção às diferenças de gênero entre meninos e meninas, refletindo as significativas desvantagens enfrentadas pelas meninas de 10 anos.

## Escolaridade

Apesar dos avanços em termos de acesso ao ensino, uma grande parcela de meninos e principalmente de meninas não frequenta a escola. Essa situação é mais séria em países que passaram recentemente por grandes perturbações, como guerra ou desastres naturais. Por exemplo: em 2015, menos da metade das crianças com idade para o ensino fundamental (primário) estava na escola no Sudão do Sul, e somente cerca de um terço das meninas eram escolarizadas. Países como a República Democrática do Congo e a Libéria também apresentam níveis muito baixos de matrícula no ensino fundamental.

## Os países com maior proporção de 10 anos em sua população têm mais chance de ter maiores taxas de desigualdade de renda

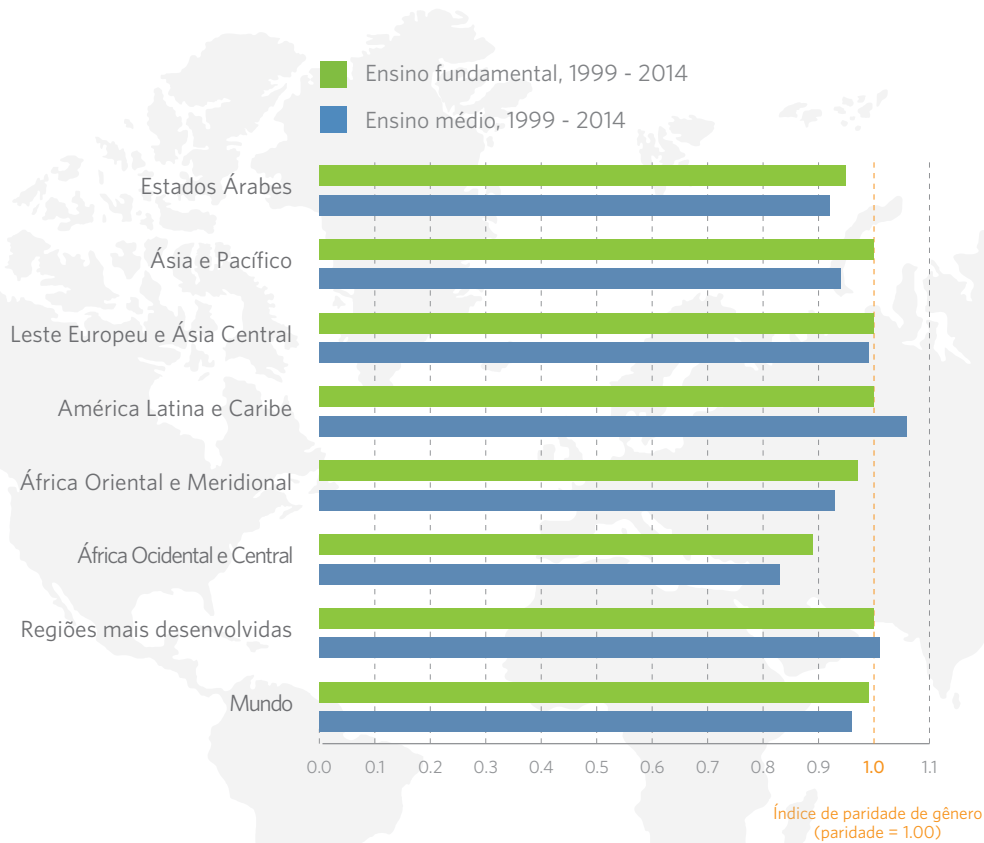


Este gráfico, com dados de 142 países, mostra uma relação positiva entre desigualdade de renda, medido por um Coeficiente Gini, e maiores coortes de crianças com 10 anos. O Coeficiente Gini é uma medida da distribuição de renda em um país, sendo a medida mais usada de desigualdade de renda. O gráfico sugere que os países com estruturas etárias jovens geralmente são mais desiguais em termos de renda.

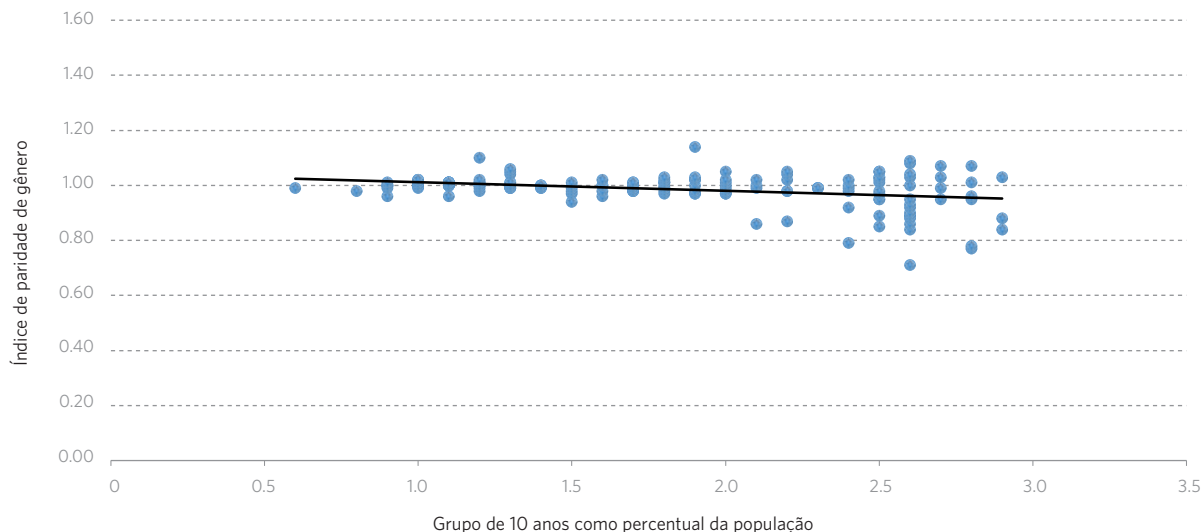


Foto: @ UNFPA/Abraham Gelaw

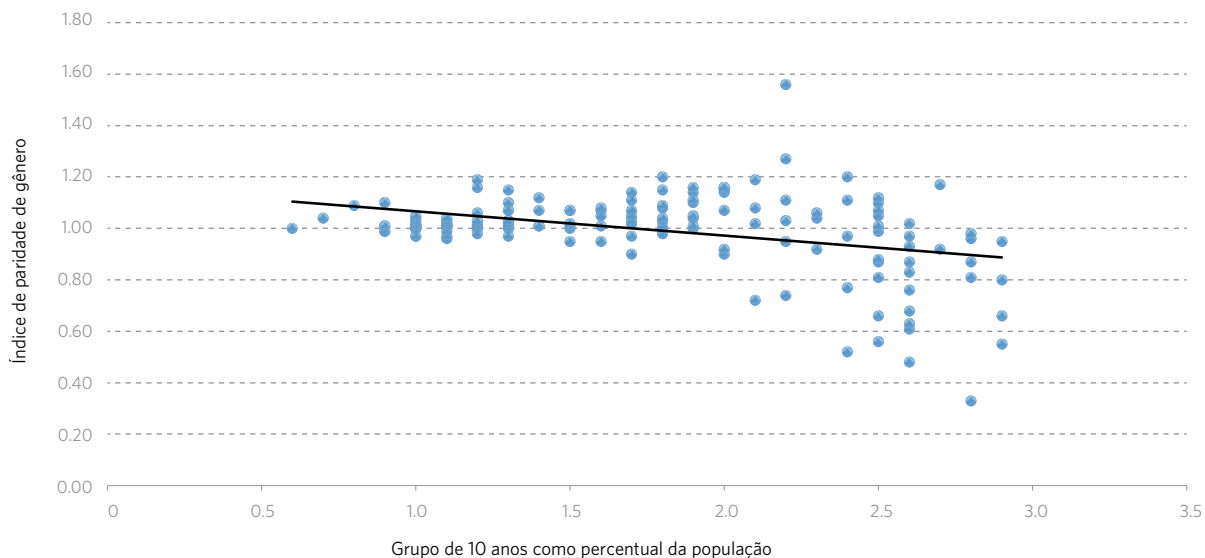
As meninas têm menor probabilidade de estarem matriculadas na escola do que os meninos, principalmente no ensino médio.



Os valores de paridade de gênero no ensino fundamental são ligeiramente inferiores em países com maior proporção de crianças de 10 anos



Os valores de paridade de gênero no ensino médio são significativamente inferiores em países com maior proporção de crianças de 10 anos



Esses gráficos, com base em dados de 168 países, mostram a relação entre o tamanho relativo da população de 10 anos em um país e o nível de desigualdade de gênero no ensino fundamental e médio, medido pelo índice de paridade de gênero. Nesse índice, um valor de 1,00 indica igualdade perfeita, um valor acima de 1,00 mostra vantagem para as meninas e valor abaixo de 1,00 mostra vantagem para os meninos. A relação é negativa tanto no ensino fundamental quanto no médio, mostrando que as meninas estão em mais desvantagem do que os meninos nos países com grandes proporções de crianças de 10 anos. As diferenças são relativamente pequenas no ensino fundamental, mas se acentuam nas matrículas do ensino médio.



*Meu maior desejo...*  
Visitar lugares bonitos na Índia e visitar a América

# ADITI

BANGLADESH



Foto: © UNFPA/Santosh Chhetri

Mesmo em áreas onde os conflitos não são motivo de grande preocupação, uma parcela significativa das crianças não recebe uma educação completa. Na Nigéria, que é um dos países mais populosos e com uma das maiores populações de jovens no mundo, apenas 60% das meninas e 71% dos meninos estão matriculados no ensino fundamental. Esses números são ainda mais impressionantes para o ensino médio, no qual a atual geração de 10 anos ingressará dentro de alguns anos. Será o momento quando se tornarão mais acentuadas as pressões para que desempenhem outros papéis, como ter uma renda ou começar uma família. Essa é uma realidade principalmente para as meninas que, ao alcançarem essa idade, talvez não sejam consideradas um bom "investimento" para a casa, podendo sofrer as consequências de uma gravidez não planejada, ser alvo de assédio sexual indo ou voltando da escola, ou enfrentar restrições de circulação dentro de sua comunidade.

Assim, a lacuna entre meninos e meninas na frequência à escola geralmente aumenta entre o ensino fundamental e o médio segundo o índice de paridade de gênero, que mostra o percentual de meninas na escola, em comparação aos meninos.

A paridade de gênero na educação equivaleria a uma taxa igual de matrícula de meninas e de meninos na escola. A paridade de gênero perfeita vale 1,00. Quando há mais meninos matriculados do que meninas, a pontuação

de paridade é menor que 1,00. Por outro lado, quando há mais meninas do que meninos na escola, a pontuação de paridade é maior que 1,00.

No mundo todo, há uma paridade geral no ensino fundamental, com proporções iguais de meninos e meninas matriculados na escola.

Porém, no nível médio, é menos provável que as meninas sejam matriculadas nos Estados Árabes, na África Oriental e Meridional e na África Ocidental e Central, que abrigam hoje 70% da população mundial de meninas e meninos de 10 anos.

Apenas na América Latina e no Caribe há mais meninas do que meninos no ensino médio. Na África Ocidental e Central, há cerca de oito meninas para cada 10 meninos na escola de nível médio, o que revela uma queda em relação ao ensino fundamental, onde há quase nove meninas para cada 10 meninos. A perda do ensino médio é crítica principalmente para as perspectivas dessas crianças em longo prazo, considerando que a economia mundial (e também cada vez mais as economias locais) premia as competências desenvolvidas na educação de nível médio, o que significa que as meninas estão em risco de ficar ainda mais para trás.

Ainda mais preocupante é o fato de que os menores índices de paridade de gênero no ensino fundamental e médio são de países onde a faixa etária de 10 anos é maioria na população. Essa relação fica ainda mais evidente no ensino médio. Por exemplo, a Etiópia, que tem aproximadamente 2,6 milhões de crianças de 10 anos, sendo a metade meninas, tem um índice de paridade de gênero de 0,6 para o ensino médio, uma grande queda em relação à paridade do ensino fundamental.

No geral, a transição do ensino fundamental para o médio é um período particularmente perigoso para as meninas com 10 anos, já que esse pode ser o momento quando aumenta a distância que as separa de seus pares masculinos. O fato de essa mudança ser maior em países com os maiores números relativos de crianças de 10 anos é um grande problema, sugerindo que grande parte dessas jovens meninas não irá adquirir as competências necessárias para a vida econômica moderna.



## Trabalho

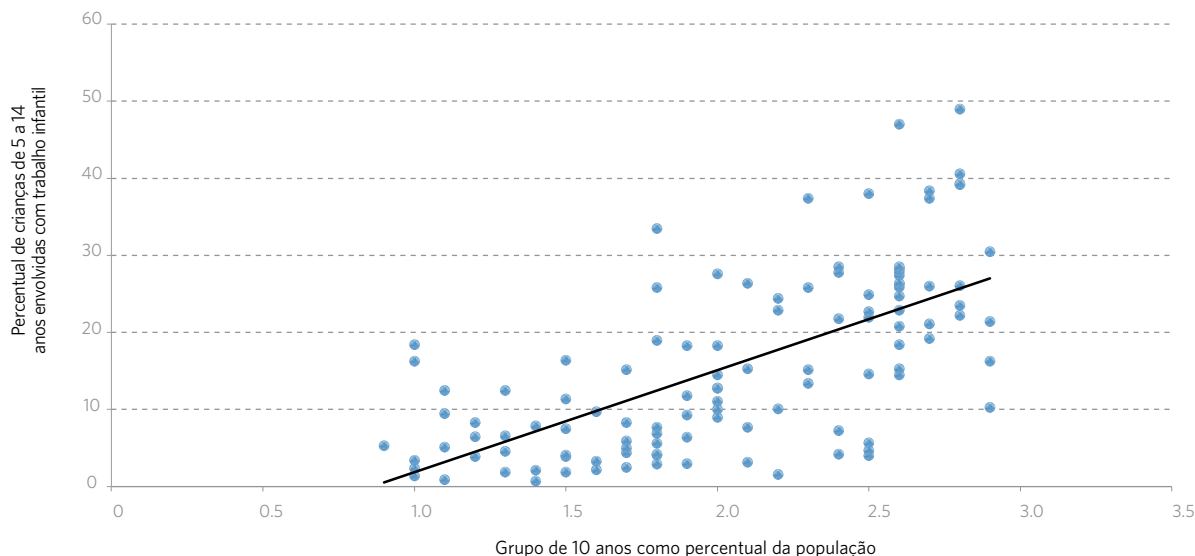
Em muitos cenários, o final da infância e início da adolescência são marcados pela entrada na força de trabalho. Além de suportar a carga do trabalho não remunerado, como as tarefas domésticas, muitas meninas de 10 anos e adolescentes mais velhas também trabalham no negócio da família ou em atividades assalariadas. Essas responsabilidades invariavelmente significam menos tempo para os trabalhos escolares, as colocam em risco e podem contribuir para que abandonem a escola. Uma criança sem escolaridade é uma criança com o potencial econômico futuro abalado.

A parcela de meninos e meninas na idade de 5 a 14 anos envolvida no trabalho infantil é maior em países com maior parcela de crianças de 10 anos, sugerindo a possibilidade de o trabalho infantil ser uma característica da vida

de muitas crianças de 10 anos, principalmente em países menos desenvolvidos. O UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância - define trabalhadores infantis como aqueles com idade entre 5 e 11 anos que, em uma semana, exercem pelo menos uma hora de atividade econômica ou pelo menos 28 horas de tarefas domésticas, ou aqueles de 12 a 14 anos que, em uma semana, exercem pelo menos 14 horas de atividade econômica ou pelo menos 28 horas de tarefas domésticas.

As jovens meninas têm grande probabilidade de se envolver com trabalho infantil, mesmo que predominantemente doméstico ou outras formas de trabalho não remunerado. Assim, geralmente as meninas participam menos do que os meninos no mercado de trabalho formal e, dessa forma, podem ter menos proteção legal e são mais suscetíveis de serem exploradas no trabalho.

### As taxas de trabalho infantil são maiores em países com maior proporção da faixa etária de 10 anos em sua população



Este gráfico, com dados de 112 países, mostra uma forte relação entre o tamanho da população de 10 anos de idade em comparação com as outras faixas etárias e a proporção de crianças de 5 a 14 anos envolvidas em trabalho infantil. Os níveis de trabalho infantil, que pode incluir trabalho doméstico ou remunerado, são maiores nos países com mais crianças de 10 anos em relação aos adultos. Quando o trabalho infantil é comum, as vulnerabilidades de exploração e abandono escolar são maiores.

## Saúde

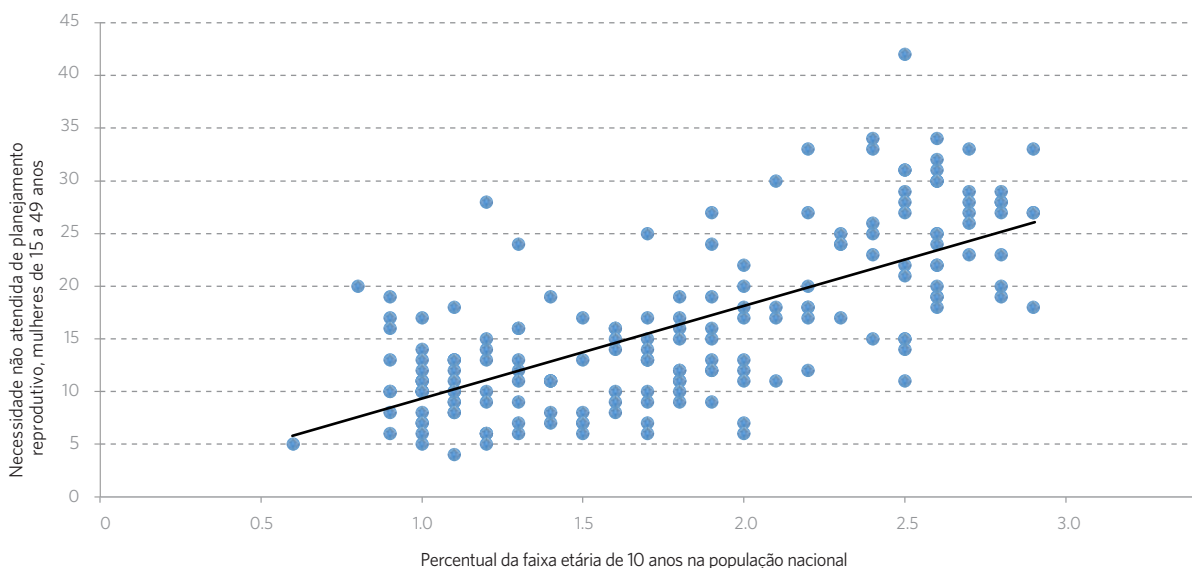
Apesar de as crianças de 10 anos de idade não serem uma população particularmente vulnerável em termos de saúde, é provável que, quando entrem na adolescência e depois na vida adulta, enfrentem significativos desafios de saúde relacionados aos ambientes onde vivem na maioria - as áreas menos desenvolvidas do mundo, onde os sistemas de saúde são menos abrangentes. Muitas vivem em países com elevadas taxas de gravidez na adolescência, baixas taxas de uso de contraceptivos modernos, educação em sexualidade precária ou inexistente e taxas relativamente altas de HIV e Aids.

A maioria dessas meninas de 10 anos entra na adolescência e na vida adulta em situações que apresentam riscos únicos, como o casamento precoce. Considerando que

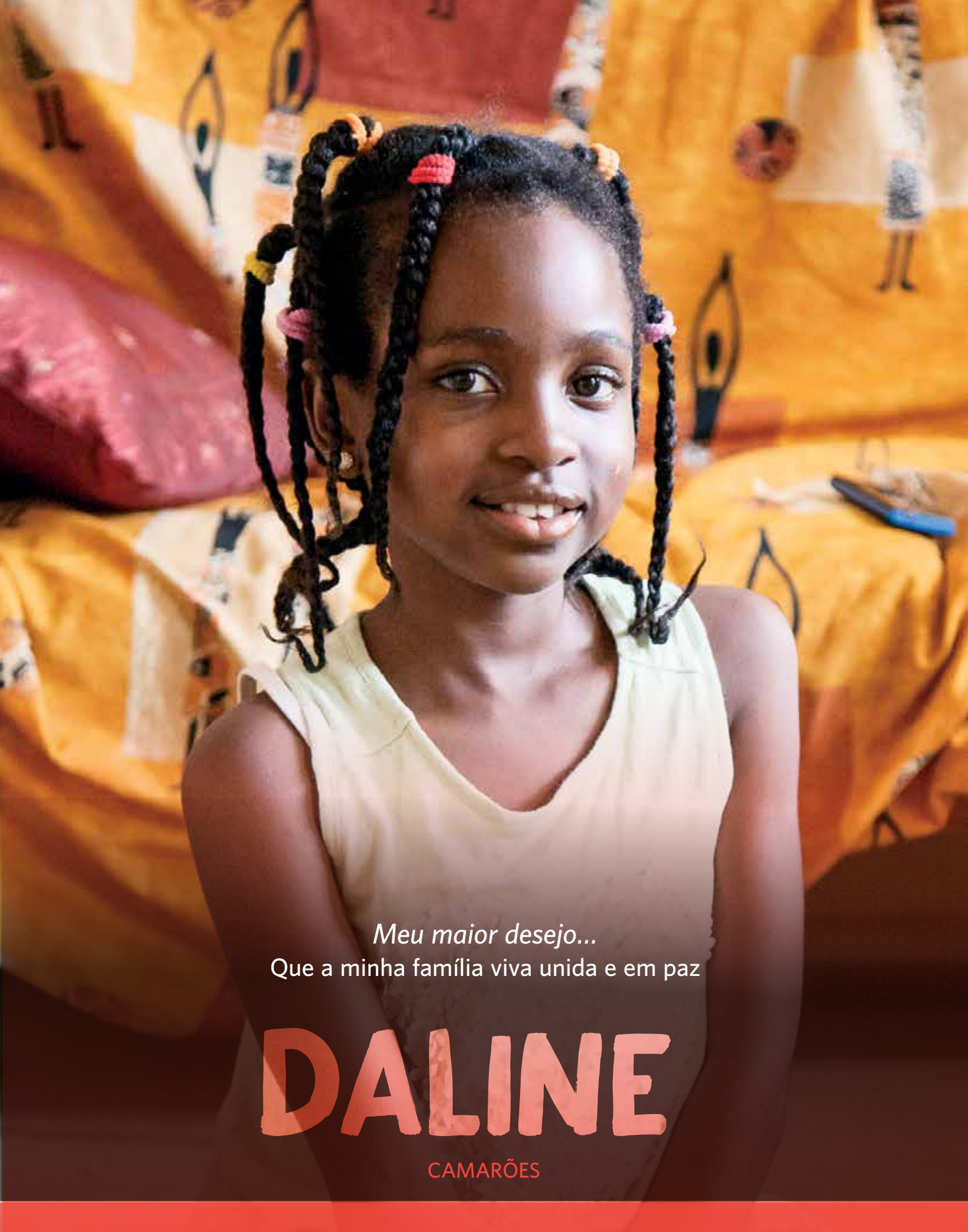
hoje em dia uma em cada três meninas no mundo em desenvolvimento se casa antes de completar 18 anos, é provável que muitas das meninas de 10 anos de hoje logo comecem a enfrentar os riscos da gravidez precoce. Assim, é necessário prever e planejar agora as necessidades futuras de planejamento reprodutivo das meninas de 10 anos, principalmente considerando a forte relação positiva entre a parcela da população representada pela faixa etária de 10 anos, as necessidades não atendidas de contraceptivos em nível nacional, e as taxas atuais de partos de mães adolescentes.

Um problema de saúde emergente para adolescentes diz respeito à saúde mental, principalmente das meninas. Dados recentes da Organização Mundial de Saúde indicam que atualmente o suicídio é a segunda principal causa

### As necessidades não atendidas de planejamento reprodutivo são maiores em países com maior proporção de meninas e meninos de 10 anos em sua população



Usando dados de 185 países, este gráfico mostra que os países com maior parcela da faixa etária de 10 anos em sua população também são os países com a maior necessidade não atendida de planejamento reprodutivo.



*Meu maior desejo...*  
Que a minha família viva unida e em paz

# DALINE

CAMARÕES

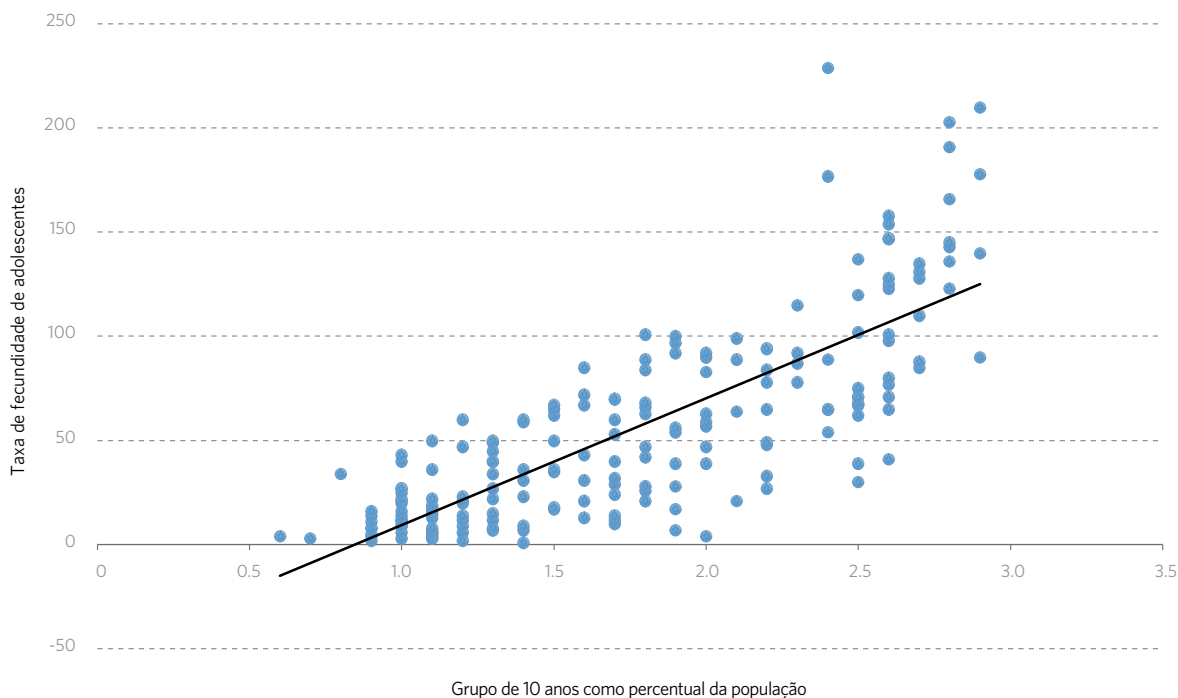
global de morte para as adolescentes de 10 a 19 anos, assim como a principal causa de morte para aquelas entre 15 e 19 anos. Combinados à informação sobre a prevalência da violência contra as adolescentes, com uma média de uma adolescente morrendo a cada 10 minutos em consequência da violência, esses dados evidenciam as vulnerabilidades particulares dessa população (UNICEF, 2014).

### O que esperar do futuro?

Hoje em dia, uma típica menina com 10 anos de idade enfrenta diversos desafios em relação à sua capacidade de realizar seu potencial e contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Esse perfil

médio corresponde ao de uma menina que vive em um país com recursos consideravelmente limitados, que restringem seu acesso a serviços básicos como educação e assistência à saúde. A maioria das crianças de 10 anos está em países onde a pobreza é um fenômeno comum e a desigualdade de renda é relativamente grande. Além disso, quase seis em 10 meninas vivem em países onde as normas e práticas de gênero as deixam em grande desvantagem, tanto aos 10 anos quanto na vida adulta. Em relação a seus irmãos, essas meninas têm menos chance de permanecer na escola, maior possibilidade de realizar trabalho infantil, maior probabilidade de casar antes de completar 18 anos, mais chances de sofrer violência do parceiro, mais

## Mais adolescentes têm filhos em países com maior proporção da faixa etária de 10 anos em suas populações



Usando dados de 196 países, este gráfico mostra uma forte correlação entre o índice de gravidez adolescente e o tamanho da população de 10 anos em relação à população total.

vulnerabilidade a complicações relacionadas à gravidez e ao parto, e menor possibilidade de ter voz ativa nas decisões domésticas, inclusive aquelas que afetam sua educação ou atenção em saúde. As implicações desses padrões para as meninas podem ser profundas, com futuros impactos que se estendem às famílias, comunidades e até mesmo aos países.

A falta de investimento eficaz em cada uma dessas meninas - e meninos - de 10 anos pode ter sérios efeitos no crescimento econômico, potencialmente atrasando o progresso dos países por anos, se não por gerações. A Organização Internacional do Trabalho estima que é necessário criar 600 milhões de novos postos de trabalho até 2030 apenas para acompanhar o crescimento da população em idade produtiva, que até lá incluirá a geração que hoje tem 10 anos.

Realizar as meta de oferecer trabalho decente e assegurar o crescimento econômico será impossível sem a capacitação das pessoas e das instituições. As desigualdades de gênero têm um papel muito importante nesse processo, porque as desigualdades em uma área reforçam as desigualdades em outras, e porque não expandir o potencial das jovens meninas reduz os ganhos que podem ser obtidos com o crescimento econômico, na saúde ou na produtividade.

Por fim, e acima de tudo, muitos dos resultados da desigualdade de gênero, como casamento precoce, mutilação genital feminina, sexo forçado ou coagido, gravidez não planejada ou a negação de ensino básico, representam a subjugação desses direitos humanos, aos quais todas as meninas e meninos de 10 anos têm direito.

No entanto, apesar de os desafios acima descritos serem significativos, há motivos para otimismo sobre o futuro dessas meninas e meninos de 10 anos. Tanto a Índia quanto a China que, juntas, abrigam quase uma em cada três crianças de 10 anos do mundo, estão entre as economias globais com crescimento mais rápido, tendo passado por melhorias drásticas nas oportunidades disponibilizadas às pesso-



as jovens. O mesmo é válido para a Nigéria, que tem quase 5 milhões de crianças de 10 anos, e para muitos dos outros países onde vive essa coorte de crianças.

As duas últimas décadas também testemunharam mudanças extremamente rápidas na proporção de crianças frequentando a escola; reduções significativas nas mortes maternas, neonatais e infantis; além de uma transição mais lenta para maior igualdade de gênero. Se as melhorias continuarem e, como um todo, investirmos no desenvolvimento dessa coorte de uma forma que permita expandir seu potencial, as crianças de 10 anos podem se mostrar protagonistas da transformação para um mundo melhor.

## QUAL MINHA MATÉRIA FAVORITA?





Minha matéria predileta é língua e comunicação, porque aprendo histórias, provérbios e charadas



Matemática e artes



Inglês



Matemática



Bengali



# 3

CAPÍTULO

# OBSTÁCULOS

## no caminho para a vida adulta

**Hoje, mais de 60 milhões de meninas de 10 anos estão a ponto de iniciar sua jornada da adolescência para a vida adulta.** Quando forem adultas, serão saudáveis? Terão uma educação de qualidade que as prepare para ingressar na força de trabalho e encontrar um emprego decente ou abrir seu próprio negócio? Terão o poder de tomar suas próprias decisões e traçar seu caminho para o futuro?

Foto: ©Panos Pictures/Tommy Trenchard





Em termos gerais, as perspectivas para uma menina de 10 anos são melhores hoje do que eram há uma geração. No entanto, as melhorias em saúde e educação dessa população têm sido desiguais entre os países e dentro deles. O panorama para uma menina de 10 anos é mais favorável em um lar urbano mais abastado de um país mais rico do que em um lar mais pobre da zona rural de um país em desenvolvimento. As diferenças dentro dos países podem ser maiores do que as diferenças entre países.

### Uma idade de maiores riscos e vulnerabilidades

A idade de dez anos é um momento decisivo na vida das meninas.

O início da adolescência é um período de transformação mental, física e social. Com 10 anos, a menina está apenas começando sua jornada da adolescência para a vida adulta e para um futuro que pode ser seguro e bem sucedido.

O início dessa jornada, no entanto, é repleto de riscos e vulnerabilidades.

Em algumas partes do mundo, quando uma menina completa 10 anos ela é considerada pronta para o casamento. Todos os dias cerca de 47.700 meninas se casam com 17 anos ou menos nos países em desenvolvimento. Quando uma menina se casa, provavelmente será tirada da escola. E assim que acaba a puberdade, esperam que ela comece a ter filhos. Sua genitália pode ser mutilada à força, como um ritual de passagem. Sem ensino ou autonomia, ela pode passar o resto da vida na pobreza.

Enquanto isso, sua identidade ainda está em formação e ela tem pouca resistência à influência dos pares, não pensa muito sobre o futuro, tem pouca percepção de risco e não se impõe limites (Comissão Lancet, 2016). As leis e as normas sociais buscam controlar sua sexualidade nascente e impedir que conheçam seu corpo e seus direitos. As atitudes negativas arraigadas sobre mulheres e meninas limitam suas opções de vida e definem as bases para uma existência de subjugação e oportunidades perdidas.

O tipo e a dificuldade dos obstáculos que uma menina de 10 anos enfrenta variam nas diversas partes do mundo. Porém, independentemente do lugar, há muros que a deixam em desvantagem em comparação com os meninos e esses muros aumentam à medida que elas crescem.

Escolher se esses obstáculos são reforçados ou derubados é o que fará a diferença entre um futuro de dependência, falta de poder e pobreza, e um futuro de autonomia, participação e solidez econômica.

### Empecilhos à saúde e ao bem-estar

Na adolescência a pessoa adquire os recursos físicos, cognitivos, emocionais e sociais que formam a base para uma vida futura de saúde e bem-estar. Esses recursos definem as trajetórias para a próxima geração (Comissão Lancet, 2016). As atitudes relativas à saúde, bem como os atributos e comportamentos que se desenvolvem e se consolidam durante a adolescência - que começa aos 10 anos -, definirão a saúde de uma menina ao longo de sua vida. Escolhas positivas nesse período crítico na vida de uma menina, além do acesso a serviços de saúde acolhedores para jovens, terão efeitos duradouros.

O quadro é sombrio para mais da metade das e dos adolescentes do mundo com idade entre 10 e 19 anos que vivem em países com altos níveis das chamadas “doenças da pobreza” - HIV e Aids, subnutrição e saúde sexual e reprodutiva precária -, lesões e violência, doenças não transmissíveis. Surpreendentemente, uma adolescente tem mais chance de morrer de Aids do que de qualquer outra causa. (Organização Mundial da Saúde, n.d.).

Até o momento, os esforços internacionais para por um fim à epidemia de HIV têm ignorado as adolescentes. Em 2013, dois terços das 250 mil novas infecções por HIV entre adolescentes de 15 a 19 anos ocorreram entre meninas. Em vários países da África Subsaariana, as meninas dessa faixa etária têm cinco vezes mais probabilidade de se infectar do que os meninos.

Muitas dessas infecções são atribuídas à violência dentro do casal e ao sexo forçado, um reflexo de que, em muitos contextos, “o direito da adolescente à privacidade e autonomia sobre seu corpo não é respeitado” (UNAIDS, 2015). Os centros de saúde geralmente estão na linha de frente na identificação dos sinais de violência de gênero, no tratamento das infecções sexualmente transmissíveis e na vacinação contra o papiloma vírus humano. Infelizmente muitos jovens enfrentam barreiras no acesso a serviços de saúde, inclusive o medo de serem estigmatizados pelos médicos ou que a confidencialidade não seja respeitada (Barker et al., 2005). Os serviços de saúde que oferecem atendimento acolhedor para jovens, além de medidas como educação integral para a sexualidade, podem ajudar a reduzir o risco e o impacto das infecções.

Em diversos países onde as adolescentes estão mais expostas ao risco de infecção por HIV, o uso de preservativo é limitado: em um país da África Subsaariana, por exemplo, apenas 8,5% das e dos adolescentes disseram ter usado preservativo na última vez que fizeram sexo de maior risco (UNAIDS, 2015).

Quando uma menina completa 15 anos, ela começa a enfrentar outros desafios. Por exemplo, as chances são de uma em nove de que ela esteja casada (UNFPA, 2012). Se for casada, ela enfrenta uma enorme probabilidade de sexo forçado e gravidez precoce, assim como maior risco de contrair infecções sexualmente transmissíveis e de sofrer abuso físico e emocional. Na África Subsaariana e na América Latina, de 10% a 20% das pessoas jovens dizem ter tido sua primeira relação sexual antes de completar 15 anos (Comissão Lancet, 2016). Como essa iniciação sexual costuma ser forçada ou coagida (Baumgartner et al., 2009), sua capacidade para influenciar no uso de métodos contraceptivos também é limitada. Quando ela chega aos 19, as chances de que esteja casada são de uma em três, e a probabilidade de que já tenha dado a luz é de 11%, e possivelmente nenhuma dessas circunstâncias foi de sua escolha (Instituto Guttmacher, 2016).

Também há uma grande chance que ela tenha tirado a própria vida. Segundo a Organização Mundial de Saúde, a automutilação é a principal causa de morte entre as ado-

lescentes de 15 a 19 anos em todo o mundo (Organização Mundial da Saúde, n.d.).

O que leva a essas tendências preocupantes? Em algumas partes do mundo em desenvolvimento, as altas taxas de suicídio podem estar ligadas a uma sensação prevalente entre as meninas de que suas vidas e corpos não lhes pertencem, ou que as suas aspirações por independência dificilmente se concretizarão.

Com 10 anos as meninas têm razão de ser otimistas. As diferenças entre suas experiências e oportunidades e as dos meninos que as cercam ainda não são tão óbvias e acentuadas. Talvez ela esteja apenas começando a tomar consciência dessas diferenças. Provavelmente ela está na escola e pode ter esperanças de ir para o ensino médio, se formar e estar preparada para levar a vida que escolher: ser uma médica, agente da polícia ou até mesmo presidente de seu país (Centro Internacional de Pesquisa sobre a Mulher, 2013).

Porém, com o passar dos anos, é muito possível que seu estado civil seja decidido por outra pessoa. Se a menina for



Foto: ©UNFPA/Sophia Baraket

levada a se casar, provavelmente irá abandonar a escola e enfrentar maior risco de violência de gênero. Além disso, sua mobilidade pode ser restringida. Uma menina com sorte o bastante para permanecer na escola ainda pode estar vulnerável ao abuso físico ou a um ataque sexual em sala de aula, praticado por seus colegas, professores ou outros funcionários da escola, ou por outras pessoas em seu caminho para a escola. Sua família também pode forçá-la a passar por uma mutilação genital feminina (UNFPA, 2016).

Aos poucos, ela percebe que seus sonhos e otimismo do início da adolescência talvez sejam protelados, até mesmo com resultados mortais. À medida em que fica mais velha, a realidade começa a se impor: casamento iminente, abandono da escola para embarcar em uma vida de servidão e, com frequência, de miséria. Nem tudo é possível. Essas dolorosas constatações podem afetar negativamente sua saúde mental e se manifestam em mais ansiedade, depressão, automutilação e suicídio. As meninas que sobrevivem aos 20 anos se tornam mais vulneráveis à gravidez indesejada e a complicações fatais da gravidez e do parto (Comissão Lancet, 2016).

## Violência

Uma em cada três meninas sofre violência ao longo da vida, muitas durante a adolescência (Organização Mundial de Saúde, 2013). Geralmente, essa violência é perpetrada por aqueles em quem as meninas mais confiam. Independentemente do contexto social ou geográfico, até 60% dos ataques sexuais conhecidos em uma família são cometidos contra meninas de 15 anos ou menos (UNICEF, 2000).

Embora praticamente um terço das mulheres vivencie a violência diretamente, sua ameaça é universal. A ameaça de violência afeta todas as meninas, influenciando suas escolhas e limitando seu potencial. Nas palavras da pesquisadora Judith Bruce, a violência "condiciona [as meninas] a evitarem a oportunidade para administrarem o risco. Quando as meninas internalizam sua responsabilidade de administrar esse risco, elas começam a censurar seu potencial". Isso é uma violência por si só (Bruce, 2011a).

A violência contra as meninas de 10 anos também se

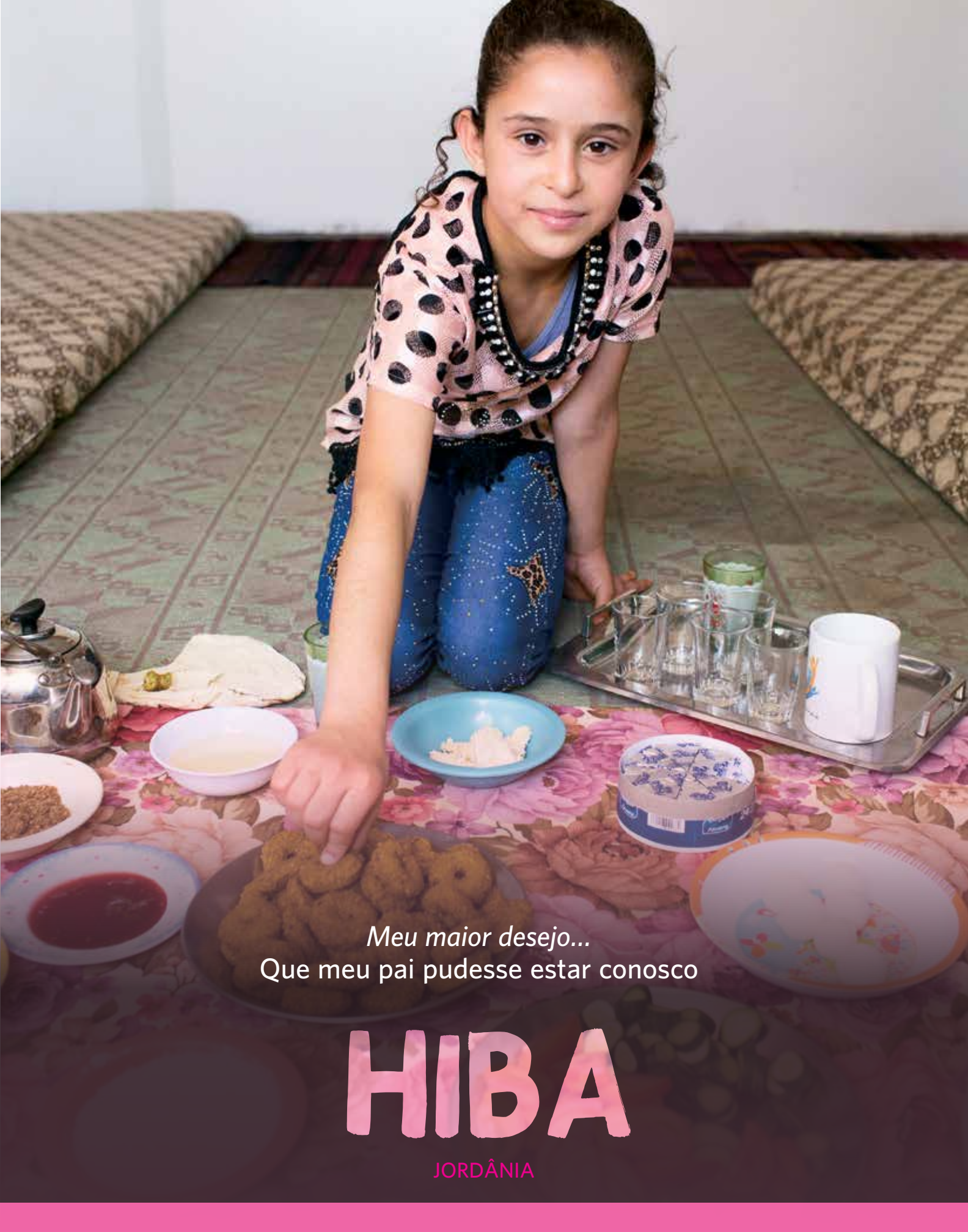
expressa em práticas nocivas como o casamento precoce e a mutilação genital feminina, assim como na violência de gênero, sexo coagido e abuso psicológico, inclusive bullying e assédio (Chong et al., 2006).

As meninas estão em risco de violência praticamente em todos os lugares: em casa, ao sair para buscar água ou lenha, no caminho para a escola ou para o mercado, e até mesmo em sala de aula (Patrick, 2007). Quando a violência ocorre, a maioria das meninas não consegue se defender. Quando elas denunciam, geralmente suas alegações são vistas com incredulidade e o acesso à justiça criminal é raro (Education for All Global Monitoring Report et al., 2015; Lundgren e Amin, 2015; UNICEF, 2000).

A violência contra meninas geralmente é usada para intimidá-las e forçá-las a aceitar determinados comportamentos. Por exemplo, em muitas partes do mundo as meninas são atacadas por frequentar a escola, praticar esporte ou participar de outras atividades consideradas impróprias para elas.

As meninas em áreas afetadas por desastres naturais, mudanças climáticas ou conflitos e instabilidades são ainda mais vulneráveis à violência, porque a regra da lei e a proteção geralmente oferecida pela família e pela comunidade talvez estejam ausentes. Em Bangladesh, enchentes e outros desastres naturais são a principal força motriz da prática nociva do casamento precoce. Lá, quase uma em cada três meninas se casa antes de fazer 15 anos (Human Rights Watch, 2015).

Igualmente, os deslocamentos e distúrbios sociais resultantes do conflito na Síria levaram a uma duplicação das taxas de casamento precoce entre os refugiados sírios na Jordânia (Save the Children, 2014). Na Jordânia, assim como em muitos outros países, as meninas e suas famílias citam a falta de oportunidades econômicas, temor pela segurança das meninas e a honra da família como motivos para o casamento precoce. De certa maneira, o casamento é visto como uma forma de proteger e sustentar as meninas por meio de seus maridos e respectivas famílias (Save the Children, 2014). Independentemente da justificativa para o casamento precoce, ele não é um



*Meu maior desejo...*  
Que meu pai pudesse estar conosco

# HIBA

JORDÂNIA

fator de proteção para as meninas. Ao contrário, geralmente resulta em violência por parte dos maridos e sogros e em perda de oportunidades para as meninas.

A violência contra as meninas não se restringe ao mundo em desenvolvimento. Em países industrializados as meninas também estão sob o risco de violência e intimidação. O bullying nas escolas é um exemplo de violência associado ao isolamento social, à perda de autoconfiança, ansiedade, depressão, automutilação e suicídio (Horton, 2011).

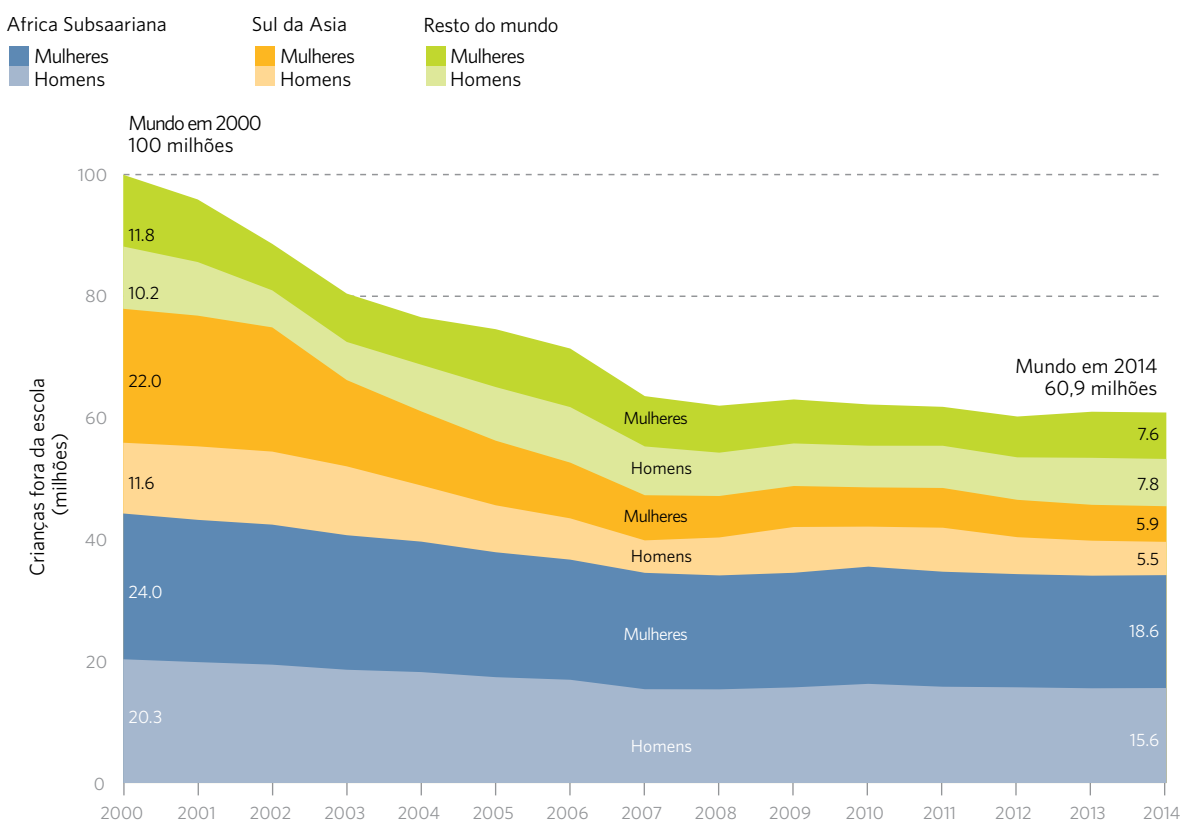
### Acesso limitado à educação

A educação, além de ser um direito humano, representa a porta de acesso a quase todos os outros direitos humanos (UNESCO, 2016). Apesar de ser um direito

compartilhado por todas as pessoas, as meninas não têm a mesma taxa de escolarização dos meninos em termos mundiais, e a probabilidade de que não cheguem nunca a se matricular em uma escola é maior (Sperling e Winthrop, 2016; UNESCO, 2015).

Em todo o mundo, há cerca de 62 milhões de meninas adolescentes que estão fora da escola (Instituto de Estatística da UNESCO e UNICEF, 2015). Quando uma menina deixa de ser matriculada ou é tirada da escola, seus direitos são violados e suas opções de futuro são reduzidas. O direito à educação é previsto no Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Nações Unidas, 1948). O acesso igual à educação de qualidade também é um objetivo da Agenda 2030 das Nações

## Crianças na idade do ensino fundamental que estão fora da escola por região e sexo, 2000 a 2014



Fonte de dados: Instituto de Estatística da UNESCO

Unidas para o Desenvolvimento Sustentável com seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que devem ser alcançados daqui a 15 anos, quando uma menina que hoje tem 10 anos terá 25.

Em nível global, a África Subsaariana apresenta as maiores disparidades de gênero em educação: a região abriga 55% do total de crianças e 52% dos adolescentes que estão fora da escola no mundo todo. Dos 34 milhões de crianças fora da escola na região, metade nunca será matriculada. Aproximadamente 19% delas entram na escola, mas a abandonam logo, enquanto 31% entram tardiamente. As meninas enfrentam as maiores barreiras: 56% das meninas que estão fora da escola na região nunca entrarão em uma sala de aula, em comparação com 41% dos meninos na mesma

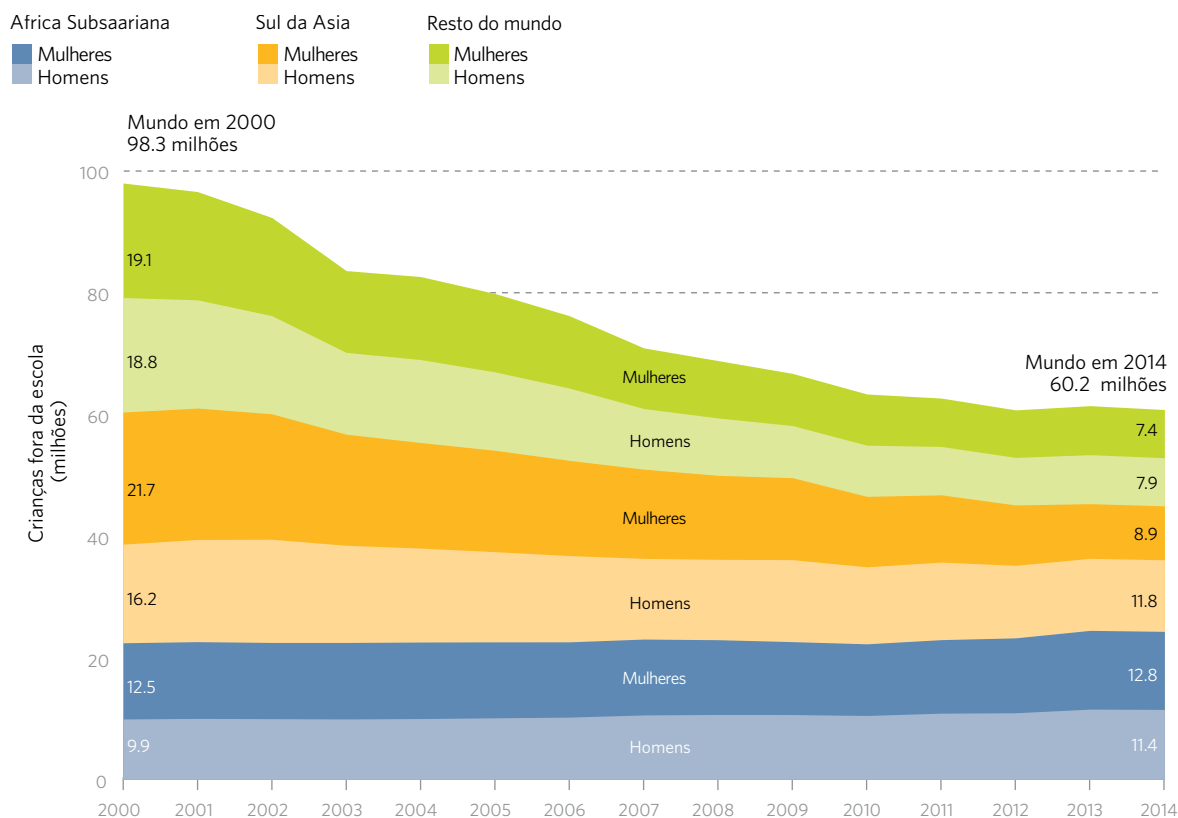
situação (Instituto de Estatística da UNESCO, 2015, 2016).

Na África Ocidental e Meridional, as meninas representam 47% das crianças e 48% dos adolescentes fora da escola, mas é um reflexo do fato que o número de meninos é maior do que o de meninas na população total.

Atualmente é mais provável que uma menina de 10 anos seja deslocada por causa de conflitos ou desastres naturais do que em qualquer outro momento da história, desde a 2a. Guerra Mundial. As meninas nessas situações têm duas vezes e meia mais chances de estarem fora da escola (Alam, 2016; Instituto de Estatística da UNESCO, 2015).

Nos países em desenvolvimento, mais de 90% das crianças com deficiência não frequentam a escola (Nicolai e Peers, 2015).

## Adolescentes na idade das séries iniciais do ensino médio que estão fora da escola por região e sexo, 2000 a 2014



Fonte de dados: Instituto de Estatística da UNESCO

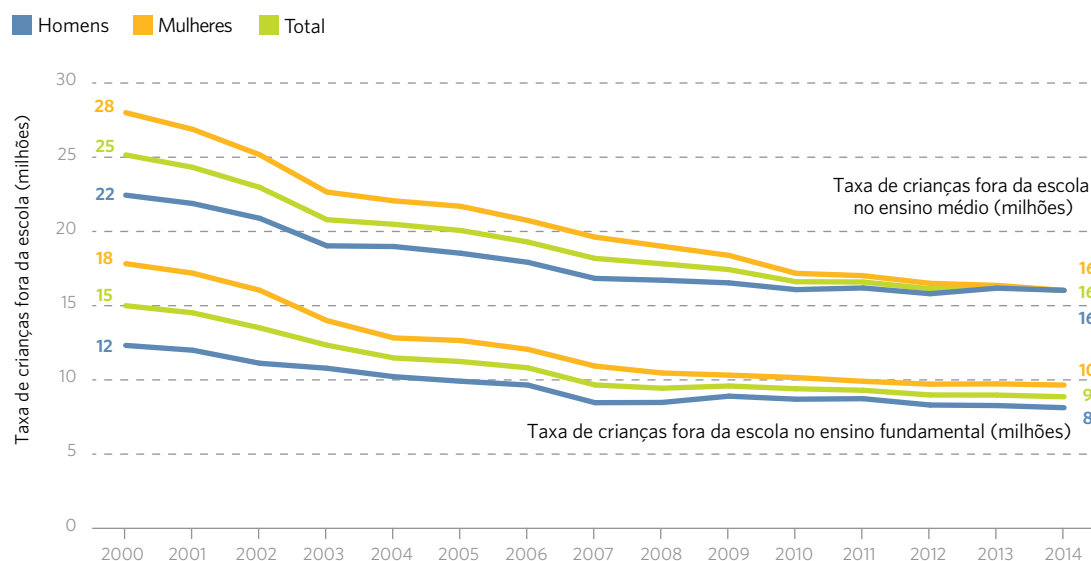
Normas de gênero perniciosas, como as que consideram os meninos um melhor investimento para o futuro da família do que as meninas, também resultam em maiores taxas de matrícula e conclusão escolar para meninos do que para meninas. As meninas têm maior carga de tarefas domésticas do que seus pares masculinos: uma pesquisa da Organização Internacional do Trabalho de 2009 mostrou que 10% das meninas de 5 a 14 anos realizam tarefas domésticas por pelo menos 28 horas por semana. Esse é o dobro do tempo que os meninos da mesma idade dedicam aos afazeres domésticos (Sperling e Winthrop, 2016). Segundo estimativas da Organização Internacional do Trabalho, 75% das meninas trabalhadoras não são remuneradas e trabalham para negócios da família ou na agricultura, contra 64% dos meninos (Sperling e Winthrop, 2016). Assim, as meninas podem ser levadas a largar a escola e assumir responsabilidades como cozinhar, limpar e cuidar dos membros da família (Centro Internacional para Pesquisa sobre a Mulher,

2015). Para muitas meninas parece que a infância não é uma época para aprender, mas sim para trabalhar.

Outras meninas não estão recebendo educação porque os pais não vêem sentido em mandá-las para a escola se a qualidade do ensino é baixa, se não há instalações sanitárias (principalmente para meninas durante a menstruação) ou se elas correm o risco de sofrer violência, inclusive sexual, no caminho da escola (Hallman et al., 2013; UNFPA, 2011). Independentemente dos motivos que afastam as meninas da escola, elas deixam de adquirir conhecimentos e perdem oportunidades críticas que são a base para a saúde e o bem-estar futuros. As meninas fora da escola têm menos probabilidade de acesso a uma educação integral para a sexualidade e a cursos sobre habilidades para a vida, onde podem aprender sobre seus corpos e sobre relações de gênero e poder, assim como competências de comunicação e negociação.

Sem essa informação, uma menina de 10 está mais uma vez em desvantagem, num momento crítico

## Taxa global de crianças na idade do ensino fundamental e médio fora da escola, 2000 - 2014



(Instituto de Estatística da UNESCO, 2016)



quando está entrando na adolescência e a caminho da puberdade.

### Proteção desigual dos direitos humanos

Apesar de a Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e a Convenção sobre os Direitos da Criança serem normas jurídicas internacionais que definem os direitos relativos a gênero e à juventude, não há um único instrumento legal focado nas meninas que, como mulheres e jovens, enfrentam desafios duplos e cruzados em relação a seus direitos.

Para uma menina de 10 anos, os obstáculos legais provavelmente começaram no momento de seu nascimento: 230 milhões de crianças com menos de 5 anos não têm certidão de nascimento, principalmente na Ásia e na África Subsaariana (UNICEF 2013). Uma criança sem certidão de nascimento, seja menina ou menino, enfrentará mais tarde dificuldades para se matricular na escola, ter acesso a serviços de saúde e outros serviços, garantir um emprego

e herdar propriedades (Centro Internacional de Pesquisa sobre a Mulher, 2013).

Em algumas partes do mundo, uma menina de 10 anos pode ser forçada a casar, mesmo que haja leis que proíbam o casamento infantil. Essa prática nociva é, em si mesma, uma violação dos direitos da criança, mas também leva à negação de outros direitos humanos, como o direito à educação. Meninas de várias partes do mundo são tiradas da escola no dia em que se casam, ou logo depois, diminuindo a possibilidade de que aprendam sobre seus direitos, em primeiro lugar. Uma menina de 10 anos que não conhece seus direitos não é capaz de afirmá-los, seja em casa, na sala de aula ou na rua.

A aplicação e a responsabilização são sempre o verdadeiro teste de um direito, tanto para as meninas de 10 anos quanto para qualquer outra pessoa. Mesmo que uma menina conheça seus direitos e tente expressá-los, o cenário provável é que ela venha a ser reprimida pelos pais, pelo cônjuge ou pelo sistema judicial do país, que



© ONU Vietnã/Aidan Dockery

## O QUE FAÇO PARA ME DIVERTIR



Eu só gosto de ler livros



Andar de skate, ler e desenhar



Eu e minhas amigas gostamos de ler romances



Leio livros



Brinco de esconde-esconde com minhas amigas



Jogar bola, andar de bicicleta e de skate, e brincar com minhas amigas



Gosto de passear na bicicleta do meu irmão



Danço balé e saio com minha amiga da escola



Eu e minhas amigas conversamos e contamos histórias



Gosto muito de pular corda

não levam seus direitos a sério. Isso é o que acontece com uma criança que o juiz permite casar, cujos pais ou cônjuges proíbem de ir à escola, ou que não recebe qualquer proteção da polícia em casos de violência conjugal ou familiar.

## Obstáculos econômicos

A probabilidade de que uma menina de 10 anos carregue hoje o fardo das tarefas domésticas e do trabalho não remunerado necessário para manter o domicílio em funcionamento é maior do que seu irmão, não importa se ela vive em um país em desenvolvimento ou desenvolvido. Para muitas meninas essa será a única ou a principal forma de trabalho que terão durante a vida, o que as torna mais pobres - por mais tempo - do que seus equivalentes masculinos.

Os obstáculos econômicos começam e são consolidados na fase da adolescência, continuando na vida adulta: em todos os países do mundo que têm dados disponíveis, as mulheres passam mais tempo realizando tarefas não remuneradas, como limpar a casa e cuidar de crianças, incluindo a produção e a preparação de alimentos (OCDE, 2016). Isso se traduz na falta de oportunidades de trabalho para meninas no futuro, medida conforme a participação de jovens ou mulheres na força de trabalho. A taxa global de desemprego de jovens é de 13% (Organização Internacional do Trabalho, 2015), sendo que as mulheres têm 27% a menos de possibilidade de participar no mercado de trabalho mundial do que os homens (Departamento Internacional do Trabalho, 2016).

Apesar de as meninas geralmente exercerem atividades que geram renda para elas mesmas e suas famílias, é reduzida a chance de que tenham acesso ao dinheiro que ganham ou tomem as decisões financeiras (Fewer et al., 2013). É pouco provável que uma menina de 10 anos possua hoje ou venha a possuir os documentos necessários para abrir uma conta bancária, tenha as garantias que permitam contrair empréstimos ou os conhecimentos financeiros básicos para poupar e controlar suas finanças enquanto cresce.

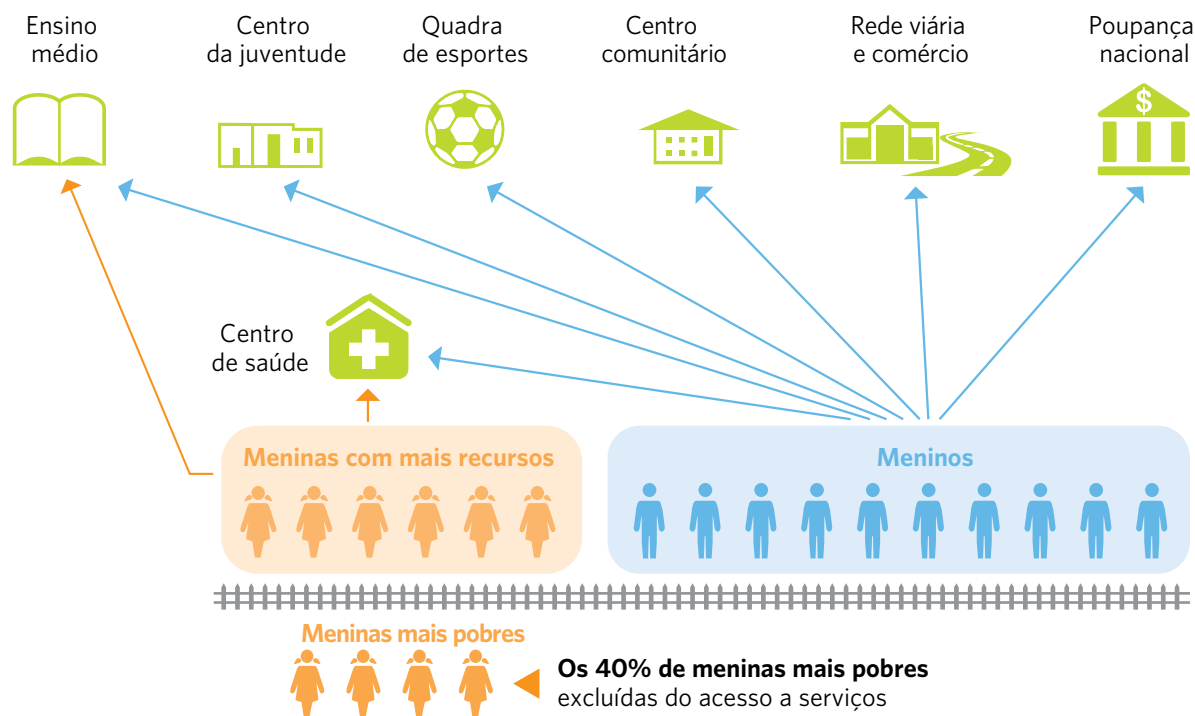
Um estudo realizado no norte da Nigéria, por exemplo, demonstrou que dois terços das meninas entre 15 e 19 anos da amostra participavam de atividades que geravam renda, mas menos de um décimo delas tinha uma conta bancária formal (Mercy Corps, 2013).

Na Índia, meninas de 15 a 19 anos disseram que, embora provavelmente economizem o dinheiro que ganham ou tenham uma conta bancária, têm menos possibilidade de tomar decisões independentes sobre como o dinheiro é gasto do que os meninos (Jejeebhoy and Acharya, 2014). É pouco provável que isso mude no transcorrer da vida de uma menina: muitas saem diretamente da dependência financeira em sua casa de origem para uma dinâmica semelhante em sua vida conjugal. Como filhas e esposas, as meninas têm menos possibilidade de ter direitos econômicos e patrimônio, para além de jóias ou alguns animais de criação.

Fora de casa, o viés de gênero e outros empecilhos continuam a impor obstáculos à participação econômica das meninas. Muitos programas de desenvolvimento da força de trabalho jovem se concentram em áreas dominadas pelos homens e não adotam medidas suficientes e deliberadas para incluir as meninas, como realizar atividades de divulgação dirigidas a esse público, oferecer transporte que garanta sua segurança, ou dirigir mensagens aos seus pais explicando-lhes por que suas filhas deveriam participar (Crandall e Surabhi, 2007; Nanda et al., 2013).

Para complicar ainda mais, muitos dos dados sobre o desenvolvimento da força de trabalho jovem não foram desagregados por sexo para determinar os impactos relacionados a gênero (USAID, 2013). Na Índia, a maioria das meninas que trabalham está empregada em trabalhos domésticos ou no setor informal. Quando há ensino profissionalizante, ele é determinado por “questões de gênero”, sendo que as meninas são muito mais treinadas em confecção e costura e os meninos, em competências com demanda de mercado (como informática). As meninas estão muito menos cientes dessas opções voltadas ao mercado do que os meninos, e com

## Os 40% de meninas mais pobres costumam ser excluídos dos benefícios dos investimentos globais em desenvolvimento



(Bruce, 2011)

menos possibilidade de mostrar interesse por elas. Isso significa altos custos não só para as meninas indianas, mas também para o próprio país, que perde US\$ 56 bilhões ao ano em ganhos potenciais por causa de gravidez adolescente, taxas de evasão do ensino médio e desemprego entre as jovens (Centro Internacional de Pesquisa sobre a Mulher, 2013a).

Esses obstáculos ao empoderamento e autonomia econômica conspiram para manter as meninas de 10 anos na pobreza pelo resto de suas vidas e evitar que elas desfrutem de outros direitos humanos. No Nepal, por exemplo, muitas meninas pobres de 10 anos são vendidas como escravas ou servas contratadas, por meio de um processo tão normalizado e formalizado que tem seu próprio nome: kamalari (Plan International, 2010).

### Eliminar os obstáculos

Assim como a menina de 10 anos está pronta para começar sua jornada pela adolescência, a comunidade internacional está pronta para retificar as desigualdades com seu novo caminho para o desenvolvimento sustentável e inclusivo. A Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável apresentam uma visão ambiciosa para o progresso mundial, que faz muito mais para preparar as meninas de 10 anos de hoje para um caminho futuro de saúde e felicidade do que qualquer outro esforço anterior. A Agenda também define metas específicas para eliminar o casamento precoce e a mutilação genital feminina, assegurar a saúde sexual e reprodutiva das meninas e alcançar uma educação gratuita, igualitária e de qualidade.

Atingir as metas de desenvolvimento inclusivo, igualitário e sustentável significa derrubar as barreiras que impedem as meninas de 10 anos de desfrutar seus direitos e participar dos benefícios do progresso econômico e social. Assumimos o compromisso de fazer isso até 2030 - quando as meninas que hoje têm 10 anos terão 25. Até lá, os obstáculos que bloqueiam seu caminho para a vida adulta terão sido eliminados? Essa menina terá boa saúde, educação, terá autonomia e participará ativamente dos assuntos e do desenvolvimento de sua comunidade e seu país?

A comunidade internacional prometeu cuidar para que isso aconteça, entendendo que são necessários investimentos

amplos e urgentes na saúde e no bem-estar das meninas com 10 anos hoje, para o alcance das metas globais de amanhã. O desafio é grande, mas devemos honrar nossos compromissos ou tudo cairá no vazio. O futuro está em jogo.

As meninas estão no centro da agenda internacional como principais agentes da mudança. Porém, se não for dado o apoio necessário às adolescentes mais marginalizadas e pobres, os principais compromissos mundiais e nacionais não serão cumpridos. Investir nas meninas está plenamente justificado em termos financeiros. Por outro lado, deixar de investir nelas não gera nada além de pobreza planejada (Bruce, 2012).



Bipana Adhikari (terceira da esquerda para a direita), 10 anos, com suas colegas depois da escola, no Nepal.

© UNFPA/Santosh Chhetri



*Meu maior desejo...*  
Ter uma vida boa e saudável

# INGEBORG

NORUEGA

CAPÍTULO

# 4

## APOIO ÀS MENINAS HOJE

para o bem-estar  
coletivo de amanhã

**O crescimento, a estagnação ou colapso da economia de um país no futuro depende em grande medida do apoio que se ofereça às meninas de 10 anos nos dias de hoje.** Assim como uma menina de 10 anos está em um momento decisivo na sua vida, de transição para a adolescência e passagem para a vida adulta, muitos países em desenvolvimento estão em uma conjuntura demográfica crítica, com o surgimento de populações relativamente grandes de adolescentes e jovens.

Foto: ©UNFPA/Matthias Mugisha





GOOD HEALTH  
AND WELL-BEING



Os países que decidem desenvolver políticas e instituições dirigidas para fomentar o capital humano das meninas de 10 anos, por meio da educação e do acesso a informações e serviços de saúde, podem chegar a obter maiores ganhos econômicos. Os que optem por fazer pouco ou nada para derrubar as barreiras existentes no caminho das meninas para a realização de todo seu potencial poderão encontrar empecilhos significativos ao crescimento econômico e ao desenvolvimento.

Em países com uma população jovem grande ou emergente, os investimentos que favorecem o empoderamento de meninas de 10 anos podem render um “dividendo demográfico” que, além de beneficiar as meninas, pode levar a um crescimento econômico inclusivo, equitativo e sólido.

Para as meninas de 10 anos o que está em jogo é a potencial triplicação de sua renda durante a vida. Para as sociedades às quais as meninas pertencem, o que está em jogo é a redução da pobreza.

Só nos próximos 15 anos, o conjunto dos países em desenvolvimento poderia ganhar ou perder pelo menos US\$ 21 bilhões, dependendo de investirem ou não no bem-estar, educação e independência das meninas de 10 anos hoje. Essa cifra pode parecer baixa, considerando que cobre muitos países. Porém, em nível individual, esses ganhos podem ser significativos. Hoje uma menina de 10 anos instruída e saudável no Marrocos ou na Costa Rica, por exemplo, terá ganhado cerca de US\$ 30.000 a mais quando fizer 25 anos do que outra da mesma idade que não tenha concluído o ensino médio e tenha a saúde precária. Além disso, em países como a República Centro-Africana, a melhora anual de uma menina em termos de receita nesse período (média dos anos que trabalha e os que não trabalha) pode chegar a 130% do produto interno bruto (PIB) per capita de seu país.

### Colhendo um dividendo demográfico

Muitos países em desenvolvimento estão passando por uma drástica transição demográfica, iniciada com a queda das taxas de mortalidade infantil decorrente, em grande medida, de melhoras na assistência à saúde, na nutrição e no saneamento. Nos anos seguintes, as taxas de fecundidade caem, à medida que os casais percebem que, com risco reduzido de

mortalidade infantil, podem alcançar com mais facilidade o tamanho que desejam para suas famílias com um número menor de nascimentos. As taxas também caem à medida que esses casais decidem usar contraceptivos modernos.

O resultado dessa transição demográfica é uma estrutura populacional com um maior número de adultos em idade ativa em relação às crianças ou idosos que dependem deles. “Idade ativa” geralmente se refere às pessoas entre 15 e 64 anos.

Quando um país em desenvolvimento conta com políticas e instituições adequadas para fomentar o capital humano de jovens, pode experimentar um grande crescimento econômico associado a esse aumento na proporção de sua população em idade ativa, o que leva a um dividendo demográfico – uma oportunidade única de progresso econômico e de redução da pobreza (Bloom, 2016).

### Converter o potencial em realidade

Os investimentos em saúde e educação são ótimos veículos para promover o crescimento econômico e o bem-estar humano (Bloom e Luca, 2015; Bloom et al., 2015). Os investimentos em capital humano e a proteção dos direitos de meninas e mulheres são particularmente eficazes, uma vez que mulheres e crianças saudáveis contribuem para o desenvolvimento de sociedades mais prósperas (Onarheim et al., 2016). Por outro lado, a falta de investimentos significa que essas meninas nunca conseguirão realizar seu potencial e desfrutar de seus direitos humanos. O não investimento também se traduz em perdas econômicas e de oportunidades para o crescimento e desenvolvimento.

Os investimentos na saúde de uma menina de 10 anos - e na saúde de meninas e mulheres de qualquer idade - são cruciais para o crescimento econômico: meninas saudáveis se tornam mulheres saudáveis, que são trabalhadoras muito mais produtivas. As meninas mais saudáveis conseguem frequentar a escola mais assiduamente e aprendem mais. Além disso, as meninas mais saudáveis se tornam mães mais saudáveis que dão à luz a crianças mais saudáveis, mais bem nutridas e que podem se tornar alunos e trabalhadores mais eficazes (Bloom e Luca, 2015; Bloom et al., 2015; Onarheim et al., 2016).

Os investimentos na saúde de meninas e mulheres têm potencial para acelerar a transição demográfica de um país e aumentar o valor do dividendo demográfico. O investimento dirigido principalmente à saúde de meninos e homens poderia, na prática, atrasar o início de uma transição demográfica e reduzir um possível dividendo demográfico (Bloom e Luca, 2015; Bloom et al., 2015). Um dos principais motivos disso é que o efeito de renda da maior produtividade masculina tende a aumentar a fecundidade, atrasando a transição demográfica. Por outro lado, os investimentos na saúde das mulheres – principalmente a saúde reprodutiva – podem diminuir as taxas de fecundidade (Bloom et al., 2015).

Os investimentos em educação também são um importante propulsor do crescimento. Devido às disparidades de longa data entre meninos e meninas no acesso e conclusão do ensino, educar meninas é fundamental para o alcance da igualdade de gênero, para iniciar a transição demográfica e para o melhor aproveitamento do dividendo demográfico.

Nos países em desenvolvimento, os investimentos no acesso de mulheres ao ensino médio geram retornos maiores, em termos de renda, para mulheres do que para homens (Psacharopoulos e Patrinos, 2004). As mulheres com maior escolaridade também tendem a casar mais tarde – uma relação particularmente importante em cenários com altas taxas de casamento infantil –, a ter filhos mais tarde e a exercer maior controle sobre sua fecundidade (Martin, 1995). Em nível macroeconômico, o conjunto dessas tendências ajuda a acelerar a transição demográfica.

Em contextos nos quais as mulheres suportam uma carga desproporcional com a criação dos filhos e com os afazeres domésticos, a fecundidade baixa e o matrimônio tardio aumentam a participação feminina na força de trabalho, outro âmbito com potencial econômico tanto para o domicílio quanto para a nação. Um parto a menos acrescenta, em média, 1,8 ano de participação feminina na força de trabalho durante a vida de uma mulher (Bloom et al., 2009). Em ambientes altamente patriarcais, também há evidências de que a renda e escolarização das mulheres aumentam seu poder de negociação em casa e sua habili-

dade para influenciar as decisões na família, resultando em maior investimento na saúde e educação dos filhos (Doss, 2013; Prettnner e Strulik, 2014).

As evidências sugerem nitidamente que as políticas que promovem a saúde e a educação de mulheres, assim como sua participação na força de trabalho – além de serem fins por si mesmos válidos – podem contribuir para o alcance de famílias e países mais saudáveis, instruídos e prósperos.

Tomando isso em consideração, qual é então o papel das meninas de 10 anos hoje nessa equação?

## Os benefícios de concluir o ensino médio

O primeiro desafio é garantir que a menina de 10 anos esteja e permaneça na escola até concluir o ensino médio.

Uma forma comprovada de aumentar as taxas de conclusão escolar das meninas, principalmente em comunidades pobres, é oferecer transferências condicionais de renda para cobrir os custos diretos com ensino e incentivar a frequência escolar.

Este tipo de transferência consiste na oferta de um determinado valor em dinheiro para a família da menina a fim de cobrir os custos associados à sua frequência escolar, condicionado a que a menina permaneça na escola.

As transferências condicionais de renda têm sido muito eficazes para melhorar o desempenho educacional das meninas na América Latina, Sul da Ásia e África Subsaariana (Baird et al., 2011) e, no geral, os efeitos positivos das transferências condicionais de renda são maiores no ensino médio do que no fundamental (Saavedra e Garcia, 2012).

Os concursos para bolsas de estudo para meninas entrando no ensino médio também podem incentivar melhores resultados no ensino fundamental e a matrícula no médio (Kremer et al., 2009). Outros estudos têm demonstrado que as meninas que têm acesso ao ensino profissionalizante e a modelos de carreiras femininas, e que (junto com a família) são informadas sobre as oportunidades de trabalho, encontram-se mais motivadas para permanecer na escola (Beaman et al., 2012; Jensen, 2011). Evidências recentes também mostraram que oferecer mobilidade por meio de bicicletas tem maior efeito sobre as meninas do

ensino médio do que sobre os meninos no mesmo nível de ensino, em termos de aumento da frequência escolar (Muralidharan e Prakash, 2013).

O sucesso das transferências condicionais de renda, das bolsas de estudo e dos modelos de força de trabalho para ajudar a fazer com que as meninas frequentem e concluam o ensino médio é animador por si só. No entanto, também é animador porque sugere que, em muitas situações, as barreiras para a educação das meninas são, em grande parte, mais financeiras do que apenas culturais ou sociais. Em países de baixa e média renda, em fase inicial de transição demográfica, as transferências de renda podem apresentar um atalho para essa transição e para o potencial dividendo demográfico subsequente.

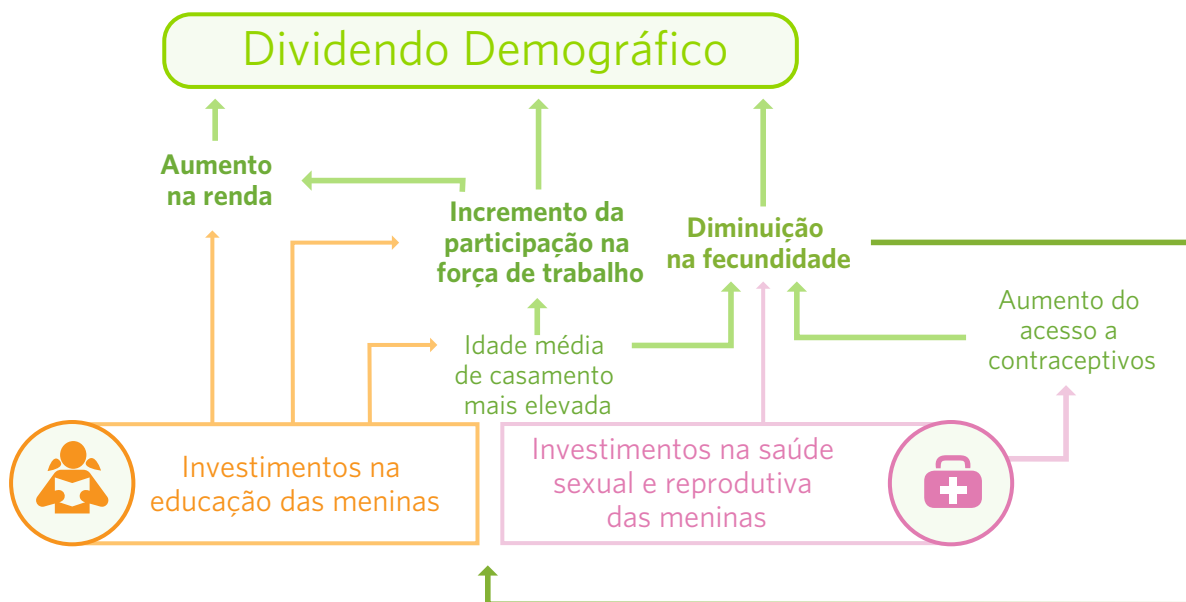
### O poder da informação: educação integral para a sexualidade

Em países que se preparam para concretizar um dividendo demográfico, o acesso das adolescentes e mulheres em idade reprodutiva a contraceptivos desempenha um papel fundamental. A educação integral para a sexualidade é

outra intervenção essencial, principalmente para as meninas de 10 anos, que acabam de iniciar sua jornada pela adolescência e que logo passarão pela puberdade.

Apesar de a saúde sexual e reprodutiva ser essencial para o bem-estar das meninas, principalmente quando entram na adolescência, muitas delas não encontram um espaço seguro onde possam fazer perguntas sobre essas questões que, em muitas comunidades, ainda são consideradas tabu. Os programas comunitários de formação em habilidades para a vida para as meninas em idade escolar, com foco em saúde sexual e relacionamentos, reduzem a gravidez entre as adolescentes nos países em desenvolvimento. Além disso, aumentam sua capacidade de negociação e poder de influência nos relacionamentos com seus parceiros sexuais masculinos (Bandiera et al., 2015; Dupas, 2011).

Ainda que geralmente os programas de educação integral para a sexualidade estejam orientados para adolescentes de 12 a 14 anos, seria de grande benefício expandi-los para o grupo de 10 anos, de modo a ajuda-las a entender o seu corpo e, eventualmente, a tomar decisões sobre ele.





*Meu único desejo é...*  
Que haja paz neste mundo

# ISABELLE

ESTADOS UNIDOS

## O dividendo demográfico em ação

Como os investimentos em meninas de 10 anos vão funcionar no mundo real? O que as meninas e os países podem ganhar ou perder?

Imagine uma menina que, como seu país, está em um ponto decisivo de sua vida e desenvolvimento, e pense nos diferentes rumos que o futuro dela poderia tomar nos próximos 15 anos.

Essa menina, Gayatri, tem 10 anos e mora com os pais, avós, dois irmãos e uma irmã em um vilarejo na Índia. Seus pais concluíram o ensino fundamental e agora são agricultores. Sobra pouca renda em casa depois de pagar a comida, habitação, roupas e as despesas médicas. Dependendo do apoio que receber,

Gayatri pode ter dois futuros distintos à sua frente.

Apesar de Gayatri ser um personagem fictício, ela representa dezenas de milhões de meninas na Índia e em países de baixa e média renda no mundo todo. E, embora as meninas de cada país tenham circunstâncias, potenciais e desafios únicos, é possível prever, com base em informações, o que cada uma poderia perder ou ganhar.

Com a renda adicional do caminho 1, Gayatri conseguirá economizar dinheiro para futuras emergências, para ajudar a sustentar os pais e avós, ou investir em educação para si mesma ou



# UMA MENINA, DOIS CAMINHOS

*Seu futuro depende de que se  
façam os investimentos certos hoje.*

Foto © Adobe Stock

para seus filhos - facilitado pelo fato de ter menos filhos do que no caminho 2. Além disso, no caminho 1 é mais provável que os filhos de Gayatri sejam saudáveis e mais instruídos do que se Gayatri não tivesse se beneficiado desses investimentos iniciais em seu capital humano - que teriam desencadeado um círculo virtuoso e permitido que sua família saísse da pobreza.

O que representa a história de Gayatri - e seus potenciais ganhos em renda - em escala nacional? Na Índia, há mais de 12 milhões de meninas de 10 anos, muito mais do que em qualquer outro país. Com base nos dados de progressão escolar, cerca de 900.000 - mais ou menos 9% - desses 12 milhões de meninas, embora já tenham acesso ao ensino básico, correm o risco de não continuar sua formação no ensino médio. E

se a Índia alcançasse uma taxa de progressão de ensino médio para mulheres de 100%, assegurando que os 12 milhões de meninas - inclusive as 900.000 em risco de não continuar os estudos depois da escola fundamental - concluíssem o ensino médio?

Cerca de 158.000 dessas 900.000 meninas de 10 anos entrarão para a força de trabalho nos próximos 15 anos. Apesar de ser um número relativamente baixo, sobretudo se comparado ao total da população infantil e jovem da Índia, equivale a um potencial ganho de renda combinado de US\$ 792 milhões no total, apenas nos próximos 15 anos (aplicando aumentos regulares de salário). Acrescente a isso que, se a participação na força de trabalho na atual coorte de 900.000 meninas de 10 anos aumentar em 15% (quando alcançarem a idade

CAMINHO 1

2016

CAMINHO 2

Graças a um programa de transferência condicional de renda, os pais de Gayatri têm um incentivo financeiro para garantir que ela frequente a escola regularmente. A família pode usar o dinheiro extra para comprar alimentos e materiais escolares para as crianças. Gayatri também ouviu falar que oferecerão para as meninas do seu vilarejo um concurso de bolsas de estudo para cursar o ensino médio. Ela resolve estudar muito para as provas — e recebe apoio de seus pais e professores. Gayatri também começa a participar de um programa comunitário para meninas, onde começa a aprender sobre saúde reprodutiva - inclusive sobre puberdade, gravidez, uso de contraceptivos e infecções transmitidas sexualmente -, além de aprender sobre tomada de decisões e habilidades para a vida.

IDADE

10

IDADE  
11

Os pais de Gayatri avisam que, apesar de a escola de ensino médio ser gratuita, as despesas com livros, uniformes e outros itens relacionados serão mais altas do que as despesas no ensino fundamental. Apesar de os pais quererem que todos os filhos frequentem o ensino médio, eles percebem que talvez isso não seja possível. Como acreditam que os irmãos de Gayatri terão melhores perspectivas de emprego, dão prioridade à educação dos filhos em detrimento da educação das filhas.

de trabalhar) em resposta ao maior acesso à educação e fecundidade reduzida, o ganho de renda combinado esperado totalizaria US\$ 911 milhões de hoje até 2031.

No decorrer da vida das mulheres jovens que formam parte da "geração do dividendo" na Índia, esses ganhos na renda - sem mencionar a produtividade gerada para a economia como um todo - bem podem se traduzir em dezenas de bilhões de dólares ao longo da vida produtiva dessas pessoas (os próximos 50 anos, aproximadamente).

Nas regiões em desenvolvimento, os ganhos potenciais são maiores na África Oriental e Meridional, com renda anual entre 2016 e 2031 (média dos anos em que as meninas têm renda e os que não têm) possivelmente se igualando ou superando o PIB per capita. Esse poderia

ser o caso de Moçambique e da República Centro-Africana. O segundo retorno individual mais alto encontra-se na Ásia Oriental e no Sul da Ásia, principalmente no Nepal e Paquistão, onde as meninas que concluem o ensino médio e ganham pelo menos dois salários mínimos poderiam ganhar salários adicionais equivalentes a 150% do PIB per capita. Os ganhos individuais de renda nos Estados Árabes, Leste Europeu e Ásia Central, assim como na América Latina e no Caribe, onde tanto os salários mínimos quanto o PIB per capita tendem a ser maiores, são mais modestos. No entanto, ainda têm potencial de fazer uma grande diferença na qualidade de vida de uma jovem e de sua família, principalmente em comunidades de baixa renda.

Gayatri **conquista uma bolsa de estudos** e vai para a escola secundária

IDADE  
12

IDADE  
13

Gayatri **abandona a escola** após concluir o ensino fundamental. Ela tem menos oportunidades de acesso a espaços seguros fora de casa ou de estar entre seus pares.

Gayatri **segue recebendo apoio de seus pares** e ganha capacidade de influência e decisão.

IDADE  
14

Depois de abandonar a escola, **Gayatri casa com um homem de 20 anos** de um vilarejo vizinho, em um casamento arranjado entre sua família e a família do jovem. Os pais de Gayatri estão especialmente interessados nesse casamento porque a família do noivo não está pedindo um dote, o que vai aliviar bastante a carga financeira sobre a família de Gayatri.

IDADE  
15



## Hipóteses sobre os dois caminhos de Gayatri em 15 anos

	Anos de estudo	Conclui o ensino médio?	Tipo de emprego	Salários	Anos na força de trabalho
<b>CAMINHO 1</b> CENÁRIO DE INVESTIMENTO <sup>1</sup>	12	Sim	Qualificado	Começa com o dobro do salário mínimo nacional de seu país; 2% de aumento anual sobre a renda real	Começa a trabalhar com 18 anos; entre 18 e 25 anos, fica 18 meses sem trabalhar para cuidar dos filhos.
<b>CAMINHO 2</b> CENÁRIO DE NÃO INVESTIMENTO	9	Não	Não qualificado	Começa com o salário mínimo nacional de seu país; os salários continuam fixos.	Começa a trabalhar aos 15 anos; entre 15 e 25, fica 8 anos sem trabalhar para cuidar dos filhos.

<sup>1</sup> Em nível de país, esse modelo não considera os custos iniciais de investimento na educação das meninas, porque esse custo pode variar muito de um país para o outro. Apesar de se haver demonstrado que a educação das meninas acaba sendo muito rentável, não é gratuita; mas o custo dos investimentos iniciais são compensados com os ganhos gerais definidos nesse modelo.

<sup>2</sup> As escalas e políticas de salário mínimo variam muito no mundo: as estruturas de salário mínimo de muitos países estabelecem salários com base na ocupação, setor, característica do trabalhador e outros fatores. A aplicação das leis que regulam o salário mínimo também varia muito de um país para o outro. Nos casos em que as estruturas de salário mínimo variam dentro do país, o salário mais baixo foi usado para definir uma linha de base.

Uma complicação inerente aos modelos de salários e rendas para os países em desenvolvimento consiste em que, em muitas economias de renda baixa e média, uma grande parcela das pessoas na força de trabalho - principalmente aquelas com baixa situação socioeconômica e, geralmente, mulheres - está no setor informal que, normalmente, não é compensado com base em salário e onde a renda varia muito. Como não há disponibilidade de dados confiáveis para muitos países em desenvolvimento, principalmente para o setor informal, os cálculos da renda se baseiam nos salários mínimos nacionais para todos os indivíduos considerados nesse modelo, para criar uma linha de base plausível. Esse modelo é simplificado porque presume que as políticas de salário mínimo não sofrerão mudanças nos próximos 15 anos, mesmo que haja mudanças nas tendências de educação e força de trabalho.

Gayatri **conclui o ensino médio** e encontra emprego como digitadora em uma pequena empresa de uma cidade próxima. Aconselhada por um colega de trabalho, ela **abre uma conta bancária** e começa a fazer depósitos regulares.

IDADE  
**16**

Cedendo à pressão dos sogros para que ela tivesse filhos logo após se casar, **Gayatri tem o seu primeiro filho**. A gravidez é difícil e prejudica sua saúde.

IDADE  
**17**

IDADE  
**18**

IDADE  
**19**

Gayatri **tem o seu segundo filho**.

Nos próximos 15 anos, Gayatri pode esperar ganhar, no total:

Se seguir o CAMINHO 1 (Cenário de investimento)

US\$ 9.386

Se seguir o CAMINHO 2 (Cenário de não investimento)

US\$ 4,464

Ganho de renda adicional potencial para o CAMINHO 1

US\$ 4,922

Ganho de renda anual (média em 15 anos)

US\$ 328

(equivalente a 21% do PIB per capita da Índia)

Com o consentimento de sua família, Gayatri **decide casar** com um rapaz de 23 anos de um vilarejo próximo. Em parte graças à sua renda, ela se sente confiante para expressar sua opinião e tomar decisões em casa. Por causa da educação em saúde sexual e reprodutiva que recebeu no início de sua adolescência, também consegue discutir com segurança com seu marido sobre ter filhos mais tarde, contornando a pressão familiar para que engravidasse imediatamente após se casar. Ela consegue **utilizar com sucesso os métodos contraceptivos** para postergar sua primeira gravidez até que ela e seu marido se conheçam melhor e tenham maior estabilidade financeira. **Gayatri tem seu primeiro filho**; ela se afasta por um tempo do trabalho para cuidar do bebê, mas planeja voltar a trabalhar. Ela e seu marido querem outro filho, mas decidem esperar pelo menos dois ou três anos.

Gayatri **tem seu primeiro filho**; ela se afasta por um tempo do trabalho para cuidar do bebê, mas planeja voltar a trabalhar. Ela e seu marido querem outro filho, mas decidem esperar pelo menos dois ou três anos.

IDADE  
20

IDADE  
21

IDADE  
22

IDADE  
23

Gayatri trabalha esporadicamente como **mão de obra não qualificada** para ajudar a sustentar a família, mas geralmente o trabalho não é regular por conta de suas responsabilidades domésticas.

Gayatri, **grávida de seu terceiro filho**, quer conversar com seu marido sobre as opções de planejamento da vida reprodutiva, mas ele expressa desaprovação. Com medo de que ele fique violento, ela não toca mais no assunto.

## Ampliando o poder de uma geração

As meninas de 10 anos hoje em dia têm o poder de moldar o futuro e melhorar a saúde e prosperidade de seu país. Esse poder pode ser aumentado com investimentos na educação, no empoderamento e no bem-estar dessas meninas. Os governos de países em desenvolvimento, assim como organizações não governamentais e multilaterais, devem transformar os investimentos em meninas em uma prioridade urgente. Devem também se comprometer a aumentar a presença, visibilidade e capacidade de influência e decisão das mulheres e meninas nas esferas públicas da escola e do trabalho, eliminando os sistemas patriarcais que as confinam ao âmbito doméstico. Inerente a cada menina de 10 anos – como Gayatri e suas irmãs ao redor do mundo – está o potencial de ampliar o poder de uma geração.



Foto © UNFPA/Fahmia Al-Fotih

Apesar de sua filha ser muito nova, agora Gayatri está trabalhando de novo e espera poder oferecer uma educação à sua filha que seja, no mínimo, tão boa quanto a que ela recebeu.

IDADE  
24

IDADE  
25

2030

Gayatri agora é mãe de três filhos e a situação financeira da família está bem apertada, assim como era na casa de seus pais quando ela era criança. Sua filha mais velha tem 9 anos e frequenta a escola fundamental. Gayatri espera poder dar à filha a educação continuada que não teve, mas tem receio de que isso seja impossível tanto por causa da escassez de dinheiro quanto porque sua casa dependerá cada vez mais da ajuda de sua filha nas tarefas domésticas e no cuidado das crianças mais novas.

Foto © Adobe Stock

Ganhos potenciais na renda individual total nos próximos 15 anos, resultantes dos investimentos nas meninas de 10 anos em países de renda baixa e média selecionados

País ou território	RENDIMENTO INDIVIDUAL			
	Número de meninas de 10 anos, em milhares	CAMINHO 1 (Investimento) Renda individual total em US\$ 2015 - 2030	CAMINHO 2 (Não investimento) Renda individual total em US\$ 2015 - 2030	CAMINHO 1 - CAMINHO 2 Diferença em US\$
Albânia	16	36.335	17.280	19.055
Angola	363	28.765	13.680	15.085
Antiga República Iugoslava da Macedônia	11	60.255	28.656	31.599
Argélia	334	39.060	18.576	20.484
Armênia	17	23.012	10.944	12.068
Azerbaijão	54	23.315	11.088	12.227
Belize	4	49.960	23.760	26.200
Benin	144	14.231	6.768	7.463
Bielorrússia	46	39.363	18.720	20.643
Mianmar	513	13.928	6.624	7.304
Bolívia	113	41.179	19.584	21.595
Bósnia e Herzegovina	16	37.849	18.000	19.849
Botsuana	23	8.781	4.176	4.605
Bulgária	33	51.474	24.480	26.994
Burkina Faso	257	12.112	5.760	6.352
Butão	7	10.598	5.040	5.558
Cabo Verde	5	20.892	9.936	10.956
Camarões	310	12.717	6.048	6.669
Cazaquistão	137	22.406	10.656	11.750
Chade	203	21.801	10.368	11.433
Colômbia	390	50.263	23.904	26.359
Costa do Marfim	297	13.020	6.192	6.828
Costa Rica	35	56.319	26.784	29.535
El Salvador	55	15.139	7.200	7.939
Equador	151	74.486	35.424	39.062
Fiji	8	37.243	17.712	19.531
Filipinas	1.012	18.470	8.784	9.686
Gâmbia	28	3.633	1.728	1.905
Gana	323	9.084	4.320	4.764
Geórgia	19	2.120	1.008	1.112
Guatemala	191	47.538	22.608	24.930
Guiana	7	29.673	14.112	15.561
Honduras	86	32.096	15.264	16.832
Índia	12.033	9.386	4.464	4.922
Indonésia	2.229	16.048	7.632	8.416
Irã	587	37.546	17.856	19.690
Jamaica	22	42.391	20.160	22.231
Jordânia	85	39.060	18.576	20.484
Lesoto	24	16.956	8.064	8.892
Líbano	46	65.100	30.960	34.140
Libéria	60	5.450	2.592	2.858
Madagascar	317	8.478	4.032	4.446

País ou território	Número de meninas de 10 anos, em milhares	CAMINHO 1	CAMINHO 2	CAMINHO 1 - CAMINHO 2
		(Investimento) Renda individual total em US\$ 2015 - 2030	(Não investimento) Renda individual total em US\$ 2015 - 2030	Diferença em US\$
Malásia	250	35.729	16.992	18.737
Malawi	244	6.056	2.880	3.176
Mali	253	8.478	4.032	4.446
Marrocos	288	56.622	26.928	29.694
Maurício	9	13.323	6.336	6.987
Mauritânia	51	17.562	8.352	9.210
México	1.143	20.892	9.936	10.956
Moçambique	396	16.653	7.920	8.733
Mongólia	25	18.470	8.784	9.686
Nepal	318	11.809	5.616	6.193
Níger	291	10.598	5.040	5.558
Panamá	34	36.940	17.568	19.372
Paquistão	2.000	18.773	8.928	9.845
Paraguai	65	59.650	28.368	31.282
Peru	280	38.454	18.288	20.166
Quirguistão	53	3.028	1.440	1.588
República Centro Africana	60	13.323	6.336	6.987
República Democrática do Congo	1.087	6.056	2.880	3.176
República Democrática Popular do Laos	75	25.434	12.096	13.338
República do Congo	61	31.793	15.120	16.673
República Dominicana	103	13.323	6.336	6.987
República da Moldávia	20	12.414	5.904	6.510
Romênia	103	65.100	30.960	34.140
Samoa	2	26.040	12.384	13.656
Senegal	200	11.203	5.328	5.875
Serra Leona	88	19.379	9.216	10.163
Sérvia	48	55.713	26.496	29.217
Síria	226	30.885	14.688	16.197
Sri Lanka	174	8.781	4.176	4.605
Suazilândia	15	9.992	4.752	5.240
Sudão	513	13.020	6.192	6.828
Tadjiquistão	84	8.781	4.176	4.605
Tanzânia	747	3.633	1.728	1.905
Timor-Leste	14	18.167	8.640	9.527
Togo	97	12.414	5.904	6.510
Tunísia	80	17.865	8.496	9.369
Turquia	653	116.877	55.584	61.293
Ucrânia	210	21.195	10.080	11.115
Uganda	577	303	144	159
Uzbequistão	260	8.175	3.888	4.287
Vietnã	664	19.681	9.360	10.321
Zâmbia	232	12.414	5.904	6.510

# Dividendo demográfico: como funciona

Um dividendo demográfico é o potencial de crescimento econômico que pode resultar das mudanças na estrutura etária da população, quando a proporção da população em idade ativa (15 a 64 anos) expande em relação à população que não se encontra em idade ativa (até 14 anos e dos 65 anos em diante).

O dividendo demográfico está relacionado à transição demográfica, que começa quando a taxa de mortalidade infantil é reduzida como

resultado de um maior acesso a vacinas, antibióticos, água potável, saneamento e melhor nutrição.

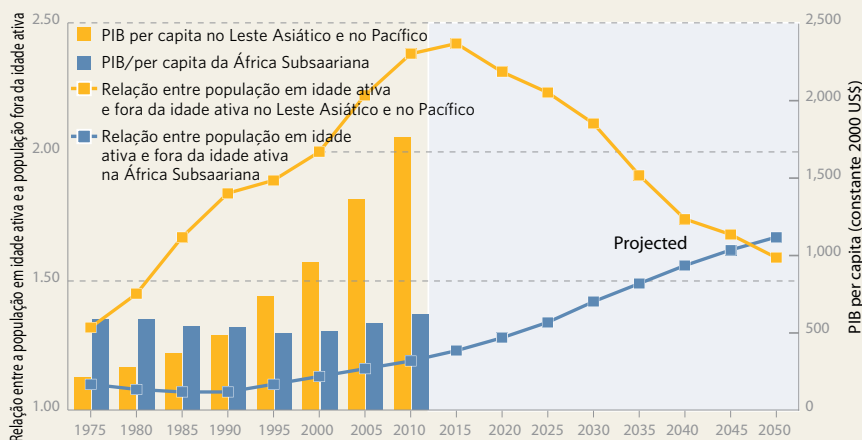
Havendo um maior número de crianças que sobrevivem à idade de 5 anos, assiste-se a um auge de natalidade (baby-boom). Conforme os casais percebem que não precisam ter tantas crianças para chegar ao tamanho de família que desejam, as taxas de fecundidade começam a cair. E, com o passar do tempo,

diminui o próprio tamanho de família desejado. Durante o intervalo de tempo que transcorre entre a queda na fecundidade e a queda na mortalidade infantil, observa-se a um aumento da população, ou "inchaço" que, com o passar do tempo, sobe de idade. Essa coorte que surge do auge de natalidade (baby-boom) atinge a maturidade quando menos crianças estão nascendo, aumentando em muito a parcela da população em idade ativa em relação àquela que não está em idade ativa, com consequente aumento no trabalho e na poupança. Esse efeito aumenta ainda mais com a maior participação das mulheres na força de trabalho, que acompanha a redução na fecundidade.

A alta proporção de trabalhadores em relação às crianças que dependem deles pode aumentar o crescimento econômico, já que os recursos que seriam necessários para sustentar os dependentes podem ser redirecionados para a poupança e o capital humano.

Estima-se que o dividendo demográfico possa representar dois pontos percentuais de crescimento anual na renda per capita. O impulso econômico se amplia com o passar do tempo, porque os ganhos são combinados. No entanto, os ganhos econômicos

*O PIB per capita e a relação entre a população em idade ativa e a população fora da idade ativa dispararam no Leste Asiático e no Pacífico, enquanto na África Subsaariana se mantiveram estáveis*



(Bloom et al., 2014)

## O DIVIDENDO DEMOGRÁFICO

Quando um país faz a transição de alta mortalidade e fecundidade para baixa mortalidade e fecundidade, surge uma população jovem, em idade ativa, que pode impulsionar a economia

### PRÉ-TRANSIÇÃO

▲ ALTA MORTALIDADE ▲ ALTA FECUNDIDADE

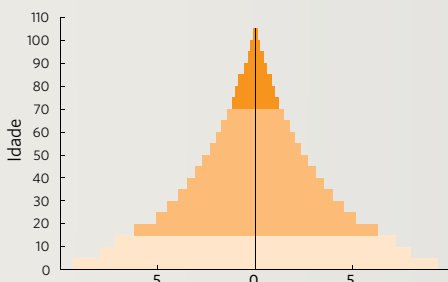
#### PRINCIPAIS INVESTIMENTOS PARA

reduzir a mortalidade infantil por meio de

- Vacinas na infância
- Atenção primária à saúde
- Saneamento
- Água potável

①

Quando as taxas de mortalidade infantil são altas, a fecundidade também tende a ser alta, resultando em uma estrutura etária muito jovem.



### TRANSIÇÃO PRECOCE

▼ MENOR MORTALIDADE ▲ ALTA FECUNDIDADE

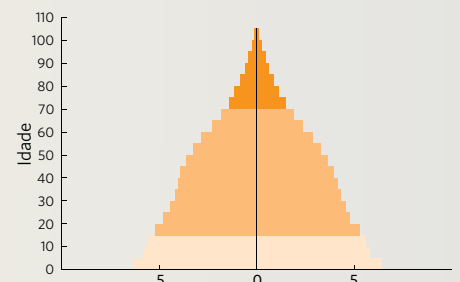
#### PRINCIPAIS INVESTIMENTOS PARA

empoderar as meninas, dando escolhas a elas por meio de

- Educação de nível médio
- Educação integral para a sexualidade
- Acesso a informações, serviços e suprimentos de saúde sexual e reprodutiva, inclusive contraceptivos

②

Quando mais crianças sobrevivem, os pais preferem ter menos filhos. Mudanças na estrutura etária da população.



associados ao dividendo demográfico não são automáticos. Níveis mais altos de renda dependem, em parte, do desenvolvimento do capital humano da população mais jovem. Ao chegarem à idade ativa, jovens saudáveis e instruídos podem ser mais produtivos do que seus pares que não estejam nessas mesmas condições. A produtividade também depende de acesso a emprego e capital. Assim, o dividendo demográfico também depende de um funcionamento eficaz dos mercados, instituições e políticas de trabalho e capital.

Grande parte das evidências relativas ao dividendo demográfico procedem da expansão das economias do Leste Asiático nos anos de 1960 e 1990. Atribui-se ao dividendo até um terço do aumento na renda da região nesse período.

A comparação entre as experiências do Leste Asiático e da África Subsaariana ilustra como as tendências populacionais podem afetar a renda de várias formas no transcorrer do tempo.

Nos anos 1960, apesar de o Leste Asiático e a África Subsaariana apresentarem taxas de fecundidade semelhantes, a renda era maior na África Subsaariana.

Nos anos 1970, no entanto, a fecundidade no Leste Asiático caiu rapidamente, o que significa que a parcela da população em idade ativa na região ficou maior do que a parcela de pessoas mais

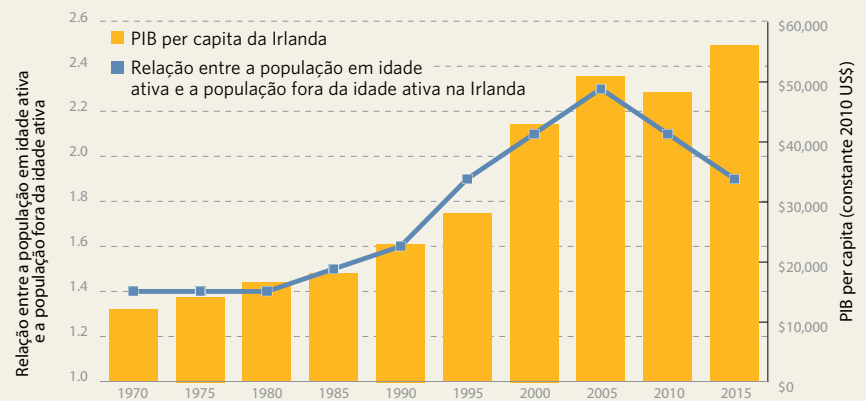
jovens, dependentes. Enquanto isso, na África Subsaariana a fecundidade pouco se alterou e a proporção da população em idade ativa não começou a aumentar até muito mais tarde, por volta de 1990 e, mesmo então, a um ritmo mais lento. Hoje o Leste Asiático tem aproximadamente 2,4 pessoas em idade ativa para cada dependente, em comparação a 1,2 pessoas em idade ativa para cada dependente na África Subsaariana.

O incremento na renda esteve estreitamente relacionado com essas mudanças demográficas nas duas regiões, o que explica de forma convincente o desempenho econômico superior do Leste Europeu em

comparação à África Subsaariana.

Os países industrializados também se beneficiaram de dividendos demográficos. A Irlanda, por exemplo, assistiu a uma rápida queda na mortalidade infantil nos anos 1960 e 1970, mas continuou a apresentar altas taxas de fecundidade até 1980, quando os contraceptivos modernos ficaram mais acessíveis. Houve uma redução acentuada na taxa de fecundidade, que caiu em um terço em 10 anos, dando início a um aumento na população em idade ativa, se comparada à população de crianças dependentes. Esse aumento se traduziu em um notável crescimento da renda per capita.

### Dividendo demográfico da Irlanda



(Nações Unidas, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Divisão de População, 2015, Banco Mundial, 2016)



## TRANSIÇÃO TARDIA

▼ MENOR MORTALIDADE ▼ BAIXA FECUNDIDADE

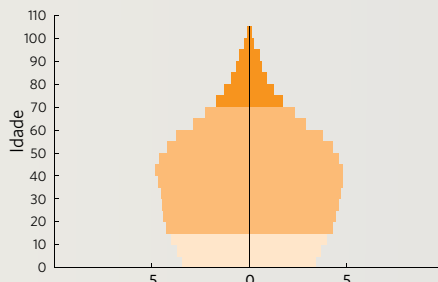
### PRINCIPAIS INVESTIMENTOS PARA

*incentivar o crescimento econômico, expandir o emprego de jovens por meio de*

- Gestão macroeconômica
- Abertura comercial
- Boa governança
- Mercados de trabalho e financeiros que funcionam bem

3

O tamanho da população em idade ativa aumenta, enquanto a porcentagem de população jovem dependente se reduz.



## O DIVIDENDO DEMOGRÁFICO É CONCRETIZADO

- Quando os jovens gozam de boa saúde e estão equipados de conhecimentos e ferramentas para aproveitar as oportunidades
- Quando há mais recursos disponíveis para o investimento produtivo
- Quando a renda per capita e o padrão de vida aumentam
- Quando se reduz a pobreza





# 5

CAPÍTULO

# DESPERTANDO O POTENCIAL

**Ao completar 10 anos, a menina atinge uma idade decisiva.** O que acontecer nesse momento em sua casa, sua comunidade e seu país determinará o resto de sua vida. Nessa idade, tudo está a ponto de mudar. Em algumas partes do mundo, ela já tem idade suficiente para ser obrigada a se casar. Ela pode ter que deixar a escola. É provável que sua primeira experiência sexual seja sob coação, mais adiante na adolescência. E é possível que, em alguns anos, ela se torne mãe. Essas mudanças aceleradas em sua vida podem levar a um destino caracterizado pela pobreza e impotência.

Foto: © UNFPA





Daqui a 15 anos, prazo estabelecido para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, uma menina que hoje tem 10 anos terá 25. Será adulta.

Se os governos, as comunidades e as famílias fizerem a coisa certa, essa mulher de 25 anos estará com saúde, empoderada e economicamente produtiva, contribuindo de alguma forma com os objetivos acordados internacionalmente, como o de eliminação da pobreza.

A encruzilhada dos 10 anos de idade simboliza um momento crucial na vida não só das meninas, mas do país. Muito do que essas adolescentes irão realizar e alcançar, bem como as contribuições que poderão dar ao longo da vida, é determinado nesse ponto. Portanto, é imperativo que haja políticas e programas para dar apoio a esse grupo

de meninas de 10 anos no início de sua jornada para a vida adulta.

Educação de qualidade, informações e serviços de saúde sexual e reprodutiva apropriados para a idade, eliminação do casamento infantil, programas para abordar e prevenir a violência de gênero e uma boa alimentação também são importantes para melhorar as perspectivas de futuro das crianças de 10 anos.

Investir agora em programas e instituições de apoio às meninas de 10 anos é uma opção inteligente, não só porque isso aumentará suas chances de realizarem todo seu potencial, mas também porque tais investimentos evitarão a necessidade de seguirem precisando tratar de problemas persistentes como a pobreza, a exclusão e as doenças crônicas ao alcançarem a idade adulta.



“ Eu gosto de ciências. Quero ser enfermeira e cuidar dos doentes. Amo minha irmã Sylvia porque ela compra roupas para mim. Gosto da minha amiga Laura. Ela me dá livros e canetas. Vou me casar com 28 anos e ter cinco filhos. Quero uma educação de qualidade para todos. ”

Gloria, 10  
UGANDA

Foto: © UNFPA/Matthias Mugisha

## O “melhor investimento do mundo”

A educação tem o incrível poder de reduzir a pobreza e criar uma sociedade mais saudável e produtiva. Acima de tudo, o acesso a uma educação de qualidade é um direito humano.

A educação das meninas é tida como "o melhor investimento do mundo" porque expande as oportunidades econômicas de mulheres e meninas, aumenta a produtividade e o crescimento econômico do país, além de levar a um ciclo de crianças mais saudáveis e instruídas (Sperling e Winthrop, 2016).

As prioridades mundiais em políticas de educação para meninas costumam se concentrar no acesso igualitário ao ensino fundamental, com muito sucesso: no mundo todo, houve um aumento de cerca de 80% nas matrículas de meninas nos últimos 20 anos, com dois terços dos países apresentando números quase iguais de meninas e meninos matriculados no nível fundamental (Winthrop e McGivney, 2015).

O avanço nas matrículas de meninas no ensino médio, no entanto, não é tão impressionante. Nos países de baixa renda, em média 80 meninas para cada 100 meninos estão matriculadas no ensino médio avançado e apenas 70% das meninas que terminam o fundamental vão para o médio (Winthrop e McGivney, 2015).

As pesquisas mostram que a educação gera maior retorno nos níveis médio e superior. Estudos identificaram um aumento de cerca de 10% nos salários por cada ano adicional de educação e as evidências mostram retornos um pouco mais altos para as mulheres, de 11,7%, em comparação a 9,6% para os homens. Quanto maior a escolaridade, maiores os benefícios. Estudos baseados exclusivamente no ensino médio identificaram a existência de vínculos entre esse nível de formação e a ocorrência de salários mais altos, maior renda nacional, famílias menores e mais sustentáveis, menor desigualdade e redução na pobreza extrema (Sperling e Winthrop, 2016).

Também há uma correlação entre escolaridade e redução do HIV. Estudos recentes evidenciaram que o peso do HIV recai principalmente sobre as pessoas com menor escolaridade. Uma pesquisa realizada em Botsuana em

2015 mostrou que cada ano de escolaridade adicional tem potencial de gerar uma redução de 8% no risco de infecção por HIV (Grépin e Bharadwaj, 2015). Atualmente, mais de 1.000 meninas adolescentes são infectadas por HIV todos os dias (UNAIDS, 2013). As evidências mostram que quanto mais alto for o nível de escolaridade de uma menina, mais ela estará preparada para a vida futura e apta a tomar decisões sobre seu corpo, além de ser mais capaz de adotar medidas de proteção, como o uso de preservativos (UNAIDS, 2013).

As evidências também mostram que quanto mais anos de escolaridade uma adolescente tiver, mais tempo ela levará para casar e começar a ter filhos (Malhotra et al., 2011). Os benefícios da continuação da educação enfatizam a necessidade fundamental de intervenções preventivas precoces para que as comunidades e famílias entendam seus benefícios e seu valor. Também são necessárias estratégias que abordem caminhos alternativos de educação e programas de rematrícula para as meninas que largaram a escola por causa de casamento, maternidade ou por outros motivos.

Muitas das ações em educação que podem ajudar os países a concretizarem um dividendo demográfico também são úteis para fazer com que as meninas de 10 anos estejam e permaneçam na escola, pelo menos até concluir o nível médio:

- *Fazer com que a frequência escolar seja mais acessível e gerenciável para as famílias das meninas.* No Malawi, por exemplo, o governo oferece bolsas de estudo, subsídios e transferências de renda para as famílias mais pobres. As meninas também recebem merenda escolar e comida para levar para casa. Estudos realizados, alguns ainda em 1999, mostraram uma forte relação entre melhores resultados nutricionais e melhores resultados educacionais, principalmente para meninas (Scaling Up Nutrition, 2016; Smith e Haddad, 1999).
- *Melhorar a infraestrutura hídrica, de saneamento e de higiene nas escolas.* Isso reduz a incidência de doenças transmitidas pela água em estudantes, reduzindo o absenteísmo. Também é de especial importância para que as meninas na puberdade tenham instalações seguras, limpas e com privacidade.

- *Reduzir o tempo e a distância para chegar à escola.* Quando as escolas são construídas mais próximas das comunidades às quais atendem, é mais fácil para as meninas irem às aulas. Além disso, a adoção de horários flexíveis facilitaria a participação das meninas que têm responsabilidades de trabalho em casa.
- *Oferecer programas de creches.* Alguns estudos mostraram que a creche gratuita ou a preço acessível nas escolas pode facilitar a participação das meninas que cuidam dos irmãos e irmãs mais novos (Miske Witte and Associates, 2007).
- *Proteger as meninas contra violência de gênero na escola ou no caminho entre a casa e a escola.*
- *Melhorar a qualidade da escola, melhorando os padrões de ensino e contratando professores mais qualificados.* Bons professores estão fortemente associados ao bom desempenho escolar. Nos Estados Unidos, uma pesquisa concluiu que bons ou excelentes professores podem representar um ganho em aprendizado de até um ano e meio. No caso das meninas, que geralmente passam menos anos na escola, os professores de qualidade assumem especial importância. A educação de qualidade tem o poder de oferecer às meninas os conhecimentos necessários para que tomem decisões informadas sobre seu futuro: conhecimentos e capacidades para encontrar uma carreira que ofereça segurança econômica e física a ela, à sua família e à sua comunidade no longo prazo, mas também conhecimento imediato sobre seu valor, sua saúde e seu corpo (Sperling e Winthrop, 2016).
- *Aumentar o envolvimento da comunidade para preservar os ganhos obtidos na educação para meninas.* A participação da comunidade e dos pais - principalmente das mães - na gestão das escolas e nos comitês escolares está relacionada a melhores resultados para as meninas. As iniciativas mais eficazes incluem um acordo explícito de educar as meninas além dos meninos; a influên-

cia da comunidade no recrutamento de docentes e seu maior envolvimento no funcionamento da escola.

- *Manter o acesso à educação, mesmo em caso de desastres naturais ou durante conflitos* (Sperling e Winthrop, 2016).

## Acesso a informações e serviços

Com 10 anos uma menina pode já estar na puberdade e então, como ocorre em algumas partes do mundo, ser considerada pronta para o casamento e, em seguida, para ter filhos. Por isso é essencial que uma menina conheça seu próprio corpo quando entrar na adolescência.

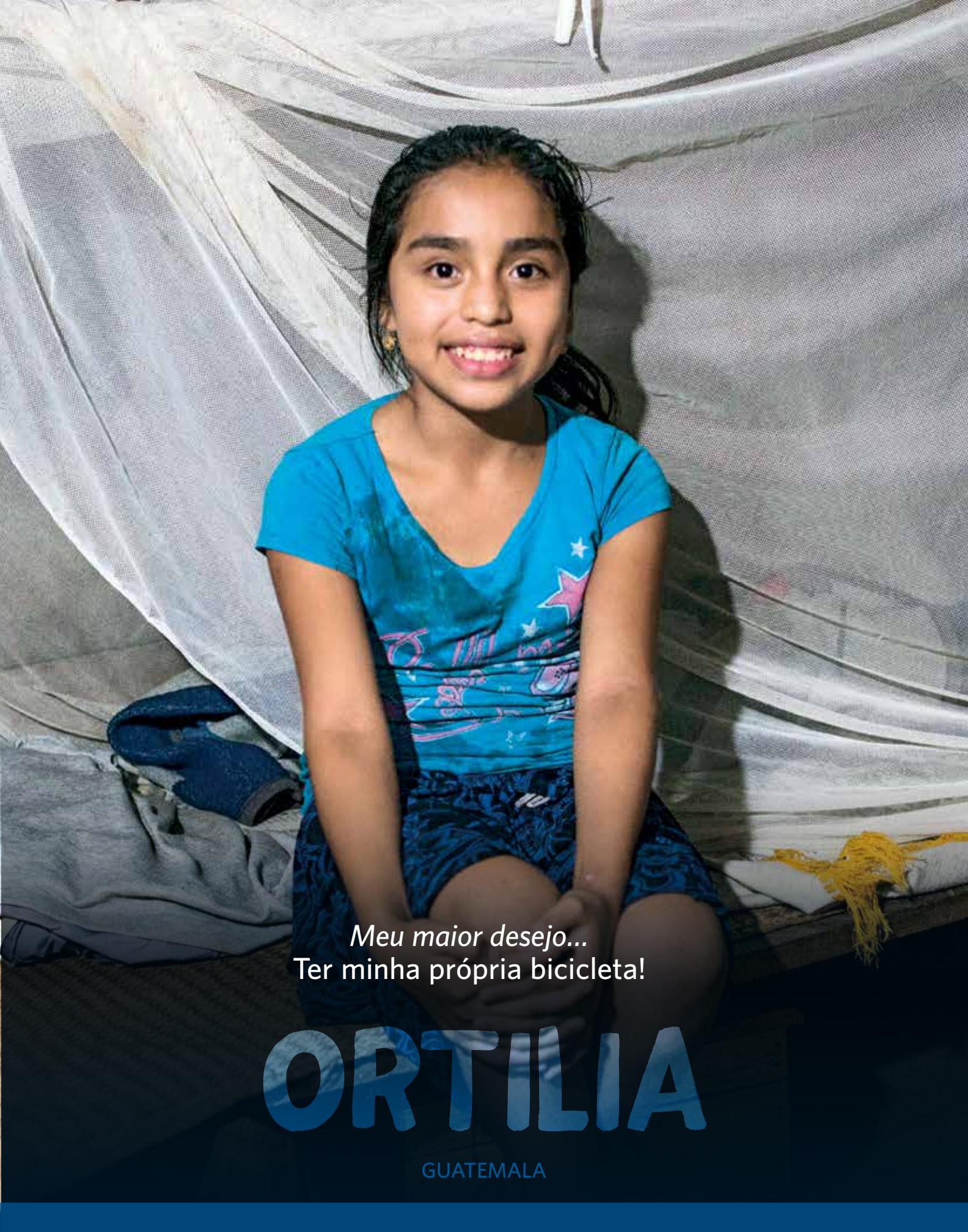
A educação integral para a sexualidade é uma fonte essencial de informação apropriada à idade para milhões de meninas no mundo todo.

Há claras evidências de que a educação integral para a sexualidade tem um impacto positivo sobre a saúde sexual e reprodutiva, além de ajudar a reduzir infecções sexualmente transmissíveis, inclusive o HIV, bem como gravidez não planejada (UNESCO, 2015a).

A educação integral para a sexualidade também tem um impacto comprovado na melhoria do conhecimento e da autoestima, mudando atitudes e normas sociais e de gênero, além de desenvolver a capacidade de influência e decisão. Esses fatores são críticos durante a adolescência, quando as pessoas fazem a transição para a vida adulta.

As evidências confirmam que a educação integral para a sexualidade não incentiva a atividade sexual, mas tem um impacto positivo sobre comportamentos sexuais mais seguros e pode postergar a iniciação sexual. Assim como acontece com qualquer currículo, a educação integral para a sexualidade deve ser ofertada segundo as leis e políticas nacionais.

A educação integral para a sexualidade para adolescentes de 10 a 14 anos é essencial porque essa é uma idade de transição entre a infância, a adolescência e a vida adulta, preparando o terreno para a futura saúde



*Meu maior desejo...*  
Ter minha própria bicicleta!

**ORTILIA**

GUATEMALA



Foto: © UNFPA/Margret Masanga

sexual e reprodutiva, além das atitudes e comportamentos determinados pelas questões de gênero (Igras et al., 2014).

Atualmente, o ensino fundamental é compulsório em quase todos os países, o que o torna um veículo importante para alcançar um grande número de crianças de forma não

onerosa (UNESCO, 2015a). Iniciar a educação integral para a sexualidade na escola fundamental permite que as crianças identifiquem e denunciem comportamentos inadequados, inclusive abuso infantil, e desenvolvam atitudes saudáveis sobre seu próprio corpo e seus relacionamentos.

Para ser mais eficaz, a educação em sexualidade deve ser integral na informação e nas habilidades desenvolvidas. Também deve ter um amplo alcance.

Quando a educação em sexualidade não é obrigatória, muitos alunos não aproveitam seus benefícios (UNESCO, 2015a).

Uma análise recente mostrou que cerca de 80% dos 48 países cobertos no estudo contavam com políticas ou estratégias de apoio à educação integral para a sexualidade (UNESCO, 2015a).

Nos últimos anos, tem ocorrido uma mudança notável no cenário da educação em sexualidade: de programas meramente informativos para programas que também discutem normas de gênero e direitos (Haberland e Rogow, 2015). Pesquisas mostram que os programas de educação em sexualidade e HIV que abordam as dinâmicas de gênero e poder têm cinco vezes mais chance de serem eficazes (Haberland, 2015). Um estudo sobre os programas que abordam gênero e poder mostrou que 80% deles estavam relacionados a menores taxas de gravidez não planejada ou infecções sexualmente transmissíveis. Apenas 17% dos programas que não abordavam gênero ou poder puderam ser relacionados a reduções em gravidez não planejada e em infecções sexualmente transmissíveis (Haberland, 2015).

Adolescentes com idade suficiente para precisar de serviços de saúde sexual e reprodutiva, inclusive contraceptivos, geralmente são impedidos de ter acesso a esses serviços. Às vezes a proibição decorre da lei. Outras vezes são as normas da comunidade ou até mesmo um prestador de serviços moralista que negam o acesso. No entanto, os governos e a sociedade civil do mundo todo têm derrubado as barreiras que impedem que adolescentes, principalmente meninas, se beneficiem desses serviços. Alguns programas emergentes e bem-sucedidos estão orientados para a saúde sexual e reprodutiva das meninas que estão entrando na adolescência, enquanto outros são elaborados para adolescentes mais velhas.

Em 2014, a Índia lançou uma estratégia nacional de saúde de adolescentes, Rashtriya Kishor Swasthya Karyakram (RKSK) (Governo da Índia, Ministério da Saúde e Bem-estar da Família, 2014). A iniciativa se baseia

em princípios de participação, direitos, inclusão, igualdade de gênero e parcerias estratégicas, ajudando a ampliar o acesso de adolescentes a informações e serviços. Adolescentes de 10 anos têm acesso a apoio entre pares, serviços de saúde mental e reprodutiva e assistência médica para sobreviventes de violência de gênero.

A recém-lançada iniciativa DREAMS luta para diminuir o número de novas infecções por HIV entre as adolescentes em 10 países da África Subsaariana. O programa ajuda as adolescentes para que se transformem em mulheres Determinadas, Resilientes, Empoderadas, Sem AIDS, Bem-orientadas e Seguras (DREAMS, na sigla em inglês) (PEPFAR, 2016).

A Gavi – Aliança para as Vacinas luta contra o câncer de colo de útero em países em desenvolvimento e, até 2020, pretende vacinar mais de 30 milhões de meninas de 9 anos contra o papiloma vírus humano (Gavi, 2012, 2013).

Entre 2010 e 2013, um programa da CARE chamado Tesfa (“esperança” em amárico) ofereceu para 5.000 meninas da Etiópia com idades entre 10 e 19 anos que são casadas informações e serviços sobre saúde sexual e reprodutiva, poupança e investimento e diversas lições como cuidados com recém-nascidos e comunicação nos relacionamentos. Uma avaliação do Centro Internacional de Pesquisa sobre a Mulher concluiu que, em comparação com a linha de base, o programa resultou em ganhos significativos no diálogo entre as jovens esposas e seus maridos, diminuiu os níveis de violência de gênero, melhorou a saúde mental das participantes, aumentou o investimento em bens econômicos produtivos, melhorou o conhecimento e o uso dos serviços de saúde sexual e reprodutiva, além de aumentar o capital e o apoio social. Por exemplo, 78% das meninas que receberam informações sobre saúde sexual e reprodutiva durante o programa estavam usando métodos contraceptivos três anos depois de concluir o programa - um aumento de 27 pontos percentuais em comparação ao seu início (Edmeades et al., 2014).

## O QUE QUERO SER QUANDO CRESCER







Fazendeira ou arqueóloga



Quero trabalhar em uma sociedade onde eu possa ajudar as crianças abandonadas ou maltratadas ou sem-teto, para que não fiquem mais sozinhas



Professora de educação física ou policial



Quero trabalhar como conselheira para ajudar as meninas



Professora

## Proteger as meninas contra o casamento infantil

Todos os dias, cerca de 47.700 meninas se casam antes de completar 18 anos em todo o mundo.

Em algumas regiões, é possível que uma menina seja casada contra a sua vontade logo que começa a menstruar. O casamento precoce limita as oportunidades de sucesso escolar e prosperidade futura, aumenta a probabilidade de sofrer violência do parceiro e o risco de contato sexual precoce e indesejado, além de poder aumentar o risco de infecções sexualmente transmissíveis (Conselho de População, 2015).

Para proteger as meninas contra o casamento são necessárias intervenções antes que ela faça 10 anos, ou seja, antes da puberdade, quando aumenta a vulnerabilidade a essa prática perniciosa.

Uma avaliação de 23 programas de prevenção ao casamento infantil, realizada pelo Centro Internacional de Pesquisa para a Mulher, mostrou que normalmente as estratégias incluem:

- Empoderar as meninas por meio de informação, habilidades para a vida e redes de apoio;
- Conscientizar e mobilizar os pais e os membros da comunidade;
- Melhorar o acesso e a qualidade do ensino formal para as meninas;
- Oferecer apoio e incentivos econômicos para as meninas e suas famílias;
- Incentivar um marco legal e político favorável.

A avaliação mostrou que os programas que incentivaram as informações, habilidades para a vida e redes de apoio para meninas geraram os resultados mais robustos e consistentes. Os programas com menor impacto na redução do casamento infantil foram aqueles que tentaram abordar o problema apenas em nível macro como, por exemplo, mudando as leis.

Muitas evidências têm surgido mostrando que os programas que ajudam as meninas pobres a permanecerem na escola e que protegem sua saúde ajudam a reduzir a incidência de casamento precoce. No Quênia, por exemplo, os incentivos para a matrícula e a permanência na escola, jun-

tamente com um programa de prevenção e conscientização sobre o HIV, postergaram o casamento de 12% das meninas e 40% dos meninos.

O Conselho de População liderou um estudo em Bangladesh, de 2012 a 2016, para descobrir se os programas de qualificação para as meninas poderiam reduzir a incidência de casamento infantil. O estudo da Associação de Bangladesh de Habilidades para a Vida, Renda e Conhecimento para Adolescentes, ou BALIKA, incluiu um teste controlado aleatório que envolveu mais de 9.000 meninas de 12 a 18 anos em 72 comunidades de intervenção e 24 comunidades de controle em três regiões. Três comunidades de intervenção receberam uma das três intervenções por 18 meses, enquanto um quarto grupo de controle não recebeu qualquer intervenção. As intervenções foram:

- Educação – as meninas na escola receberam reforço em inglês e matemática, enquanto as meninas fora da escola receberam treinamento financeiro ou em informática;
- Treinamento em conscientização de gênero e direitos – as meninas receberam treinamento em habilidades para a vida com foco em gênero, direitos e negociação, pensamento crítico e tomada de decisão;
- Treinamento em habilidades de subsistência – as meninas receberam treinamento em informática, empreendedorismo, manutenção de celulares, fotografia e primeiros socorros.

Os elementos comuns da intervenção foram o envolvimento da comunidade e a oferta de espaços seguros para as meninas, onde as participantes podiam se encontrar semanalmente com os tutores e colegas, fazer amizade com outras meninas e ter acesso a treinamento em tecnologia e a uma biblioteca.

Os resultados mostraram que as meninas nas comunidades de intervenção tinham um terço a menos de probabilidade de se casarem ainda crianças do que as do grupo de controle. As que receberam insumos educacionais ou treinamento em gênero e direitos tinham 31% a menos de probabilidade de se casar, enquanto as que receberam treinamento em habilidades de subsistência tinham 23% a menos de probabilidade de se casar do que as do grupo de controle.



*Meu maior desejo...*  
Viajar com minha família para a França ou Alemanha

# ROSITA

ALBÂNIA

Nos grupos de intervenção, as meninas apresentaram maior probabilidade de frequentar a escola e de buscar e receber cuidados em saúde sexual e reprodutiva. O envolvimento da comunidade, conselheiros locais e espaços seguros para as meninas foram elementos comuns a todas as intervenções. Embora o BALIKA visasse as adolescentes de 12 anos ou mais, o programa poderia ser facilmente adaptado para cobrir meninas de 10 anos (Conselho de População, 2016).

Da mesma forma, o programa Momento Crítico da CARE usa a inovação, percepção e influência para abordar

o casamento infantil em Bangladesh e no Nepal. Com foco em áreas geográfica e economicamente isoladas, o programa pretende desenvolver caminhos alternativos viáveis para as adolescentes (CARE, 2014). O Momento Crítico também pretende conscientizar os meninos sobre questões de gênero. Esses meninos podem virar pais um dia e ter uma influência positiva sobre a proteção dos direitos e oportunidades de suas filhas. O programa enfatiza as soluções locais para causas locais, inclusive o entendimento dos complexos vetores do casamento precoce, como pressões sociais sobre a honra da família, além das percepções locais de risco e benefício.



Foto: © UNFPA/Claudia Porras

## Protegendo as meninas contra violência de gênero

As meninas do mundo todo são vulneráveis à violência sexual, física e psicológica na escola, perto da escola e em espaços públicos. As vulnerabilidades aumentam quando elas entram na puberdade. O risco de violência leva muitos pais a não deixarem as filhas irem à escola. Além disso, as meninas forçadas a casar correm o risco de sofrer violência do parceiro (Lundgren and Amin, 2015).

As ações para evitar a violência de gênero - e fazer com que frequentar a escola seja algo seguro para as meninas - devem envolver atividades de prevenção e resposta, além de abordagens que abranjam toda a comunidade escolar envolvendo alunos, pais, professores, membros da comunidade e organizações locais na busca por soluções. Uma abordagem integrada, que reconheça que a violência de gênero na escola tem relação com a violência de gênero fora da escola, é essencial para realizar uma mudança. Os códigos de conduta, políticas de segurança, sistemas de confidencialidade para a denúncia de violência de gênero e espaços exclusivos para meninas, como clubes, ajudam a lidar com o problema (Sperling e Winthrop, 2016; Taylor et al., 2010).

Um projeto que promovia atitudes e comportamentos de igualdade de gênero entre adolescentes e suas comunidades reduziu a violência de gênero e melhorou a saúde sexual e reprodutiva desse grupo etário no norte da Uganda, no período pós-conflito. Ao final do Projeto de Papéis de Gênero, Igualdade e Transformação, 48% das e dos adolescentes participantes disseram acreditar que mulheres e homens são iguais, em comparação aos 37% no grupo de controle. Da mesma forma, 43% dos adolescentes participantes disseram que usam contraceptivos, em comparação aos 33% do grupo de controle (Institute for Reproductive Health et al., 2014).

## Derrubar as barreiras à igualdade de gênero: o papel dos homens, meninos, pais e comunidades

O empoderamento da faixa etária de 10 anos beneficia as meninas, social e economicamente, e pode transformar

suas comunidades. No entanto, o empoderamento implica em derrubar as diversas e complexas barreiras que impedem a igualdade, além de mudar as atitudes negativas.

O Programa de Ação para Meninas Adolescentes do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) visa proteger os direitos das meninas marginalizadas, postergar o casamento e a gravidez, assim como melhorar a situação delas nas comunidades (UNFPA, 2014). O programa oferece às meninas, algumas com apenas 10 anos, oportunidades de participação social e liderança, treinamento em habilidades para a vida e alfabetização, além de acesso a serviços de saúde, incluindo informações e serviços de atenção à saúde sexual e reprodutiva apropriados à idade.

Os pais e as comunidades têm um importante papel na busca pela igualdade de gênero. Um programa liderado pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos, por exemplo, ensina os pais e cuidadores de crianças de 9 a 12 anos a conversar sobre questões como normas de gênero e violência de gênero. Até agora 300.000 famílias participaram do programa, que foi adaptado para outros oito países (Centro de Controle e Prevenção de Doença, 2014).

Os homens e os meninos podem ser importantes aliados e defensores do empoderamento das meninas. Envolvê-los nos programas que promoverem igualdade de gênero pode contribuir para uma mudança duradoura.

As ideias sobre masculinidade estão profundamente enraizadas. Desde novos os meninos podem ser socializados em papéis de gênero criados para manter os homens no poder e no controle. Muitos são condicionados a acreditar que o comportamento de domínio sobre as meninas e mulheres faz parte de "ser homem".

Um comportamento sexual agressivo e de risco por parte dos jovens pode ser bem visto pelos colegas e, até certo ponto, aceitos pela sociedade. Esses estereótipos resultam em danos tanto para mulheres quanto para homens, destruindo as perspectivas de relacionamentos satisfatórios e com respeito mútuo.

Muitos programas apoiados pelo UNFPA buscam expandir o envolvimento de homens e meninos nas iniciativas de promoção de justiça, igualdade e empoderamento das mulheres. Eles pretendem fazer com que os homens se

sintam mais à vontade como parceiros ou colegas responsáveis, atentos e não violentos.

Os programas que reconhecem que os papéis e relações de gênero estão entrelaçados às circunstâncias culturais, religiosas, econômicas, políticas e sociais têm mais chance de ter um impacto positivo. Eles se baseiam na ideia de que as relações de gênero não são estáticas e podem ser mudadas.

Os programas transformadores de gênero voltados aos meninos, como a Iniciativa Homens Jovens da CARE, tentam modificar as noções tradicionais sobre o que significa “ser homem” e como se espera que os meninos ajam desde a infância até a vida adulta. Trabalhar com os meninos desde novos tem mais possibilidade de cultivar atitudes de igualdade de gênero e reduzir a violência de gênero (CARE, 2013).

O sucesso de qualquer envolvimento masculino com os direitos e o empoderamento das meninas deve, em última instância, se refletir em medidas que melhorem seu bem-estar. Ao invés de depender das informações sobre mudanças de atitudes e comportamentos fornecidas por homens e meninos, é necessário ter meios realistas, privados e seguros que permitam às próprias meninas avaliar e relatar se suas vidas mudaram para melhor (Bruce, 2009a).

## Ampliação

Através de projetos-piloto e de pequena escala em todo o mundo, as meninas de 10 anos têm ganhado acesso aos serviços e ao apoio de que necessitam para construir seu

capital humano, habilidades, capacidade de ação e autonomia. Esses atributos, por sua vez, ajudaram a postergar o casamento e a gravidez e a mantê-las em um caminho saudável e seguro para a vida adulta.

Ao mesmo tempo, as ações em nível comunitário que visam à promoção da igualdade de gênero, além dos esforços locais e nacionais para prevenir e enfrentar a violência de gênero, começam a render resultados positivos. O desafio agora é ampliar e adaptar as intervenções bem-sucedidas, para que alcancem mais meninas em mais lugares e realizem a mudança em um maior número de comunidades.

As medidas para ajudar as meninas de 10 anos a permanecerem na escola até terminarem o ensino médio são absolutamente essenciais, tendo em vista que a educação leva a casamento e gravidez mais tardios, melhor saúde, melhor renda durante a vida e mais chances de ser uma adulta saudável e produtiva, realizando totalmente seu potencial daqui a 15 anos.

Todas as meninas, de qualquer parte do mundo, têm direito a serem empoderadas e informadas para tomarem suas próprias decisões e fazerem suas escolhas de vida. Ainda assim, milhões de meninas de 10 anos não conseguem exercer esses direitos e, portanto, é muito provável que vejam suas vidas irem de mal a pior.

Entretanto, com um esforço coordenado de governos, sociedade civil, comunidades e instituições internacionais para extrair lições e replicar as iniciativas exitosas empreendidas em locais tão diversos quanto a Índia, os Estados Unidos ou a Etiópia, o mundo pode transformar o futuro dessas meninas e desenvolver todo o seu potencial.



*Meu maior desejo...*  
Queria ser policial

# SAMANTHA

BRASIL



# 6

CAPÍTULO

# IMAGINAR E AGIR:

transformando o mundo  
para todas as meninas  
de 10 anos

**Até 2030, o mundo poderá ser um lugar totalmente diferente para as meninas de 10 anos.** Se os objetivos das Nações Unidas para um desenvolvimento inclusivo, equitativo e sustentável forem alcançados em 15 anos, as meninas de 10 anos terão a seu alcance a possibilidade de se encontrarem com saúde, protegidas e escolarizadas. Elas não se casariam ou seriam mutiladas contra a sua vontade. Seus direitos estariam protegidos pela legislação e respaldados por um amplo consenso social. Elas nunca mais estariam atrasadas em comparação aos meninos da mesma idade.

Foto: © UNFPA/Maks Levin





Algumas meninas de 10 anos já desfrutam de muitas dessas vantagens no mundo hoje. E quando completarem 25 anos, em 2030, estarão preparadas para levar uma vida adulta produtiva e gratificante. Terão mais chance de fazer boas escolhas sobre como viver e onde trabalhar, ou como criar uma família, contribuindo, de forma mais ampla, para o progresso econômico e social.

Porém, ao chegarem aos 25 anos, muitas outras meninas que hoje têm 10 anos de idade estarão a lidar com a pobreza, já terão tido várias e sucessivas gestações, sendo que algumas até já terão filhas de 10 anos. Suas competências serão limitadas; sua suscetibilidade ao abuso será alta; seus caminhos para o progresso serão incertos - tudo isso irá repercutir também nos déficits de desenvolvimento de seus países.

Não é tarde demais para evitar esse último cenário. A rota para a perda e a marginalização pode ser alterado, e é possível adotar medidas para evitar que se repita. Porém, os países e todas as pessoas envolvidas nas vidas das meninas de 10 anos precisam começar a agir imediatamente.

Nenhum país do mundo pode dizer que oferece todos os direitos e oportunidades legítimos às meninas de 10 anos. Todas as nações devem trabalhar para isso, apesar de as ações necessárias variarem.

Os países mais ricos contam com bons sistemas de saúde e ensino no geral, mas ainda precisam cumprir integralmente com os compromissos firmados em matéria de saúde e direitos sexuais e reprodutivos, proteção contra a violência e contra normas que diminuem a autoestima das meninas, entre outras questões. Essas prioridades dizem respeito também aos países mais pobres. Muitos deles se concentraram em dar grandes passos no âmbito do ensino fundamental e da atenção básica de saúde. Agora, devem ampliar esses resultados, incluindo o ensino médio de qualidade e serviços de saúde adequados às necessidades físicas e psicológicas dessa fase de mudanças pela qual passam as meninas de 10 anos.

Os ponteiros do relógio da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável estão girando. A menina de 10 anos está crescendo. O que é preciso para mudar o mundo dela? Para mudar o nosso mundo?

## Toda menina de 10 anos deve desfrutar de seus direitos humanos

As leis nacionais, traduzidas em práticas jurídicas adequadas, constituem o pilar central da defesa dos direitos e da eliminação de todas as formas de discriminação contra as meninas, como apontado pela Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. A Convenção de 1989 sobre os Direitos da Criança, da qual quase todos os países são signatários, determina que as crianças têm direitos humanos e não são simples propriedades de seus pais. No entanto, esses direitos frequentemente são invisíveis ou são desconsiderados em estatutos que refletem preconceitos nocivos e persistentes, como acontece quando as leis permitem o casamento infantil.

### *O compromisso da lei*

Um número cada vez maior de países têm se comprometido com a igualdade de gênero em suas constituições nacionais. Essas provisões poderiam ser ainda mais fortalecidas pela ampliação explícita de sua abrangência a todas as mulheres e meninas. Além disso, o alinhamento das leis nacionais aos tratados de direitos humanos ratificados pelos países, ou outros acordos que oferecem proteção às meninas ou mulheres, ajudariam a traduzir essa retórica da igualdade de gênero em ação.

Como princípio orientador, os marcos legais devem proteger adolescentes de possíveis danos e reconhecer sua crescente autonomia, considerando que, com as devidas proteções, poderão tomar decisões responsáveis (Comissão Lancet, 2016). A proibição total do acesso a contraceptivos, por exemplo, pouco fez para desacelerar a expressão da sexualidade de adolescentes, com consequências bastante onerosas para as meninas. A educação integral para a sexualidade, aliada ao acesso a uma ampla gama de métodos contraceptivos e outros serviços de saúde sexual e reprodutiva, por outro lado, permite que adolescentes comecem a tomar decisões que lhes sejam apropriadas, reduzindo as taxas de gravidez e de transmissão de HIV. A idade mínima legal para acesso a contraceptivos e testagem de HIV são instrumentos de pouca utilidade, já que não estendem as proteções a todos que deles necessitam.

Os países devem aprovar e aplicar leis gerais para banir práticas nocivas às adolescentes, como a mutilação genital feminina e o casamento infantil. A idade mínima para o casamento deveria ser estabelecida para os 18 anos, evitando definições ambíguas como “puberdade”, que pode começar a partir dos 8 anos. As leis para eliminar todas as formas de violência contra as meninas devem cobrir todos os espaços – casa, escola, rua, ambientes virtuais ou quaisquer outros – e todos os perpetradores, inclusive familiares. A legislação deve refletir a realidade de que o gênero pode tornar as meninas mais vulneráveis à violência, inclusive sexual, do que os meninos; uma das possíveis implicações disso é a necessidade de mais serviços integrais com foco nas meninas, para evitar e responder aos abusos.

Outras reformas poderiam visar a eliminação das disparidades entre as meninas e os meninos no exercício de seus direitos, como o direito à educação. O nível mínimo de escolaridade exigido pela lei deve ser o mesmo para ambos, por exemplo, e se for observado algum tipo de atraso no desempenho escolar das meninas, deve-se exigir dos sistemas educacionais que tomem medidas para alcançar a igualdade na prática.

### *Ação na prática jurídica*

As reformas da letra da lei pouco significarão sem as correspondentes mudanças na prática jurídica. Um elemento importante para acabar com o casamento infantil, por exemplo, é sempre exigir o registro do casamento, recorrendo a todos os elementos do sistema legal para garantir o cumprimento da norma. As ações de formação dirigidas aos profissionais do judiciário que trabalham com casos que envolvem meninas devem prepará-los para agir com sensibilidade e confidencialidade, para combater as tendências discriminatórias relacionadas a gênero e idade, e para atuar principalmente em alinhamento com os direitos humanos das meninas.

Igualmente importante é a conscientização das meninas de 10 anos. Elas precisam começar a conhecer seus direitos humanos e direitos legais, e saber onde encontrar apoio e proteção, caso necessitem, seja por meio de serviços de

saúde ou assistência jurídica, grupos de colegas, programas de aconselhamento escolar ou outras opções.

## **Todas as meninas de 10 anos deveriam desfrutar de igualdade de oportunidades**

Todas as meninas devem desfrutar de igualdade de oportunidades de terem boa saúde, serem instruídas em um nível adequado à sua idade, e estarem empoderadas para participar das decisões que as afetam – tudo isso, no final das contas, é direito delas. O apoio que favoreça o seu crescimento e desenvolvimento deve incluir todas as meninas, independentemente de onde estejam – comunidades abastadas ou pobres, áreas urbanas ou rurais, ou em qualquer estágio de um processo de migração ou deslocamento. Isso traz o benefício adicional de incentivar a transição demográfica e a dimensão de qualquer dividendo demográfico a ela associado.

### *Uma escola segura e de alta qualidade ajuda as meninas a concluírem o ensino*

Para as meninas de 10 anos, uma educação de qualidade é tanto um direito quanto uma via para o exercício de muitos outros direitos humanos. Apesar disso, 16 milhões de meninas de 6 a 11 anos nunca entrarão na escola, representando o dobro do que ocorre entre os meninos da mesma idade (Grupo Banco Mundial, 2016).

É menos provável que as meninas iniciem o ensino médio e, em muitos casos, que concluam essa etapa. Trata-se de uma grande perda para as meninas em muitas áreas. A escola ajuda as meninas a adquirirem as competências não apenas para trabalhar, mas também para se comunicar e negociar com o mundo, reivindicar seus direitos e garantir recursos para elas e suas futuras famílias (Sperling e Winthrop, 2016). A escola deve fomentar a autoconfiança, a capacidade de prever e planejar o futuro, um sólido entendimento sobre igualdade de gênero e relacionamentos seguros, assim como a capacidade de auto preservação diante de adversidades.

Nos países onde o ensino médio ainda não é universal, é necessário que a política educacional esteja orientada nessa direção, segundo os compromissos da Agenda 2030.

O ensino médio obrigatório pode ser uma medida para frear, em muitos países, as elevadas taxas de evasão entre as meninas. Uma estratégia importante direcionada para as meninas, em todos os níveis de ensino, é contar com professores e professoras, além de lideranças escolares, que tenham passado por formações de sensibilização sobre questões gênero e que sejam capazes de exercitar a igualdade de gênero. Os currículos devem estar livres de estereótipos de gênero e fomentar o pensamento crítico, inclusive sobre normas discriminatórias (Population Reference Bureau, 2016). Os concursos para bolsas de estudo, oportunidades de formação profissional, aconselhamento e referências positivas de carreira podem favorecer a permanência das meninas na escola.



“ Quando eu tiver 25 anos quero ser independente. Quero trabalhar como advogada. ”

Milena, 10  
MOÇAMBIQUE

Foto: ©UNFPA/Augusto Semente

As escolas devem ser seguras e limpas, além de oferecer instalações sanitárias para as meninas, tendo em vista que a falta de qualquer um desses aspectos pode levar os pais tirá-las do sistema educacional. Escolas próximas, com horários de aula organizados de forma a garantir que as meninas possam voltar para casa antes de ficar escuro, também podem ser motivadores para os pais e reduzir os riscos de violência de gênero. Turmas exclusivamente de meninas e espaços complementares de aprendizado “seguro” podem oferecer à elas um ambiente propício para que desenvolvam habilidades de liderança e de tomada de decisões, as quais podem ser mais difíceis de cultivar em espaços onde essas competências estão reservadas principalmente para os homens e meninos. As atividades esportivas extracurriculares também podem ser ferramentas importantes para o empoderamento (Sperling e Winthrop, 2016).

Nos países desenvolvidos, na América Latina e Caribe, no Leste Asiático e no Pacífico, as meninas hoje superam os meninos em termos de educação (UNICEF, 2011), mas os países ainda enfrentam o desafio de reduzir as disparidades daquelas meninas que seguem vivenciando atrasos em consequência da pobreza, deficiência, etnia e outros fatores. Alguns países de renda alta têm cada vez mais adotado medidas acadêmicas focadas estritamente no desempenho acadêmico do aluno, o que coloca em risco um papel igualmente importante da escola, que é o de desenvolver habilidades sociais. Essa orientação apresenta consequências principalmente para as meninas com dificuldade em administrar fontes de informação concorrentes, inclusive a mídia, que moldam sua autopercepção de forma negativa (Comissão Lancet, 2016).

Todos os países devem contar com políticas educacionais que permitam que meninas grávidas permaneçam na escola, e facilitem o seu retorno após o parto. Devem, ainda, ter opções de recuperação e opções informais, de qualidade, para as meninas que tiveram sua educação interrompida por motivos diversos, como o trabalho infantil e o trabalho sexual forçado.

### *Todas as adolescentes devem ter acesso a uma atenção à saúde apropriada*

Uma atenção à saúde de alta qualidade é um complemento essencial para a educação de qualidade, potencializando o aprendizado das meninas. As metas da Agenda 2030 apontam para o alcance do acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva e a cobertura universal de saúde. No entanto, hoje em dia, em muitos países, uma menina de uma comunidade pobre só terá contato com o sistema de saúde para tomar vacinas durante a sua primeira infância e, depois disso, somente terá contato novamente quando da sua primeira gravidez (Bruce, 2009a). A cobertura de saúde para adolescentes é menor do que para qualquer outro grupo etário (Comissão Lancet, 2016), de modo que representa um passo pendente em direção à cobertura universal.

É necessário elaborar estratégias específicas para as necessidades de adolescentes, principalmente das meninas, considerando-se a sua infância biológica mais curta e a realidade social de que, por volta dos 10 anos, seus corpos poderão ser vistos cada vez mais como bens que os outros utilizarão para o trabalho, a sexualidade e a fecundidade (Bruce, 2006). Uma medida possível consistiria na realização de exames de check-up automáticos aos 10 anos, para identificar doenças como malária, déficits nutricionais como anemia, riscos à saúde reprodutiva e sexual, inclusive gravidez e infecção por HIV, ou questões de saúde mental e sinais de violência de gênero. Essas sessões também seriam oportunidades para começar a informar as meninas sobre seus direitos (Bruce, 2009a).

Fazer com que os serviços de saúde existentes sejam mais adequados às necessidades de adolescentes tem demonstrado ser uma medida geralmente mais eficaz do que criar novas unidades de serviço especificamente para eles. Os serviços devem ser de boa qualidade, oferecer grande proteção à privacidade, e serem gratuitos ou de baixo custo, como foi feito em alguns casos para crianças com menos de cinco anos (Santhya e Jejeebhoy, 2015). Os prestadores de serviços precisam saber como se comunicar e se comportar de forma não intimidatória, e devem receber formação para evitar atitudes e práticas

discriminatórias relacionadas a gênero, idade ou situação socioeconômica. Os programas comunitários devem assegurar que pais e adolescentes – de ambos os sexos – estejam cientes dos serviços disponíveis e de que podem acessá-los com ou sem a presença dos pais. Para tanto, é possível que sejam necessárias estratégias diferenciadas para as meninas e os meninos, que talvez ocupem posições diferentes na comunidade, assim como adaptar as mensagens para as preocupações sobre saúde específicas de cada grupo.

A adolescência é um período de rápido desenvolvimento da mente, só comparável à infância, durante o qual surgem novos riscos que podem representar ameaças imediatas à saúde ou causar doenças mais adiante na vida. Alguns desses riscos estão relacionados à dinâmica de gênero. As meninas que têm seus movimentos físicos limitados e que participam menos de atividades esportivas ou de exercícios, por exemplo, podem ser mais propensas à obesidade, que tem aumentado em muitos países. Uma saúde mental deficitária, embora ainda não seja mensurada de forma adequada, pode estar relacionada à experiências de discriminação e violência de gênero, e contribuir significativamente para os casos de morte e deficiência. O suicídio é atualmente a principal causa de morte entre as adolescentes mais velhas (Organização Mundial da Saúde, n.d.).

Essas questões ressaltam a importância cada vez maior dos esforços de prevenção e intervenção no início da adolescência, antes que comportamentos potencialmente nocivos se enraízem. Programas de horta caseira, por exemplo, têm ajudado a aumentar o nível de ferro e a reduzir as altas taxas de anemia entre as meninas, melhorando sua nutrição geral (Comissão Lancet, 2016). Esses programas também podem favorecer habilidades que empoderam, como práticas agrícolas modernas, as quais principalmente as meninas na área rural utilizarão futuramente na vida para o seu proveito econômico. Esses programas podem também ser parte do ensino de hábitos alimentares saudáveis, que as meninas poderão aplicar algum dia em sua própria família. Além disso, podem ser a base para futuras gestações saudáveis.

### *Lutar pela educação em sexualidade integral e universal*

Um elemento essencial na prevenção de riscos à saúde é a educação integral para a sexualidade apropriada à idade. Os países devem considerar adotá-la a partir dos 10 anos de idade. Na atualidade, quando ela é ofertada, costuma ser oferecida a partir dos 12 anos, quando já demasiadamente tarde para muitas meninas. Deve ser disponibilizada não somente nas escolas, mas também para os milhões de meninas que não se encontram matriculadas. Elaborada especificamente para diferentes faixas etárias, deve cobrir, além dos aspectos biológicos, os aspectos sociais e psicológicos da sexualidade. As meninas devem ser capazes de avaliar riscos, desenvolver habilidades para a vida e cultivar valores positivos em torno de questões como o respeito aos direitos humanos e diversidade, participação, igualdade de gênero, além de vulnerabilidades e exclusão (UNFPA, 2014a).

Nos casos em que a educação integral para a sexualidade tem contribuído para que as meninas entendam também as dinâmicas de gênero e poder, constata-se um resultado mais eficaz na redução da gravidez e das infecções sexualmente transmissíveis (Santhya e Jejeebhoy, 2015). Incluir o ensino profissional ou outros mecanismos, como grupos de poupança, pode contribuir para tais resultados, assim como orientar as visões de futuro das meninas. Na América Latina, a educação integral para a sexualidade já é amplamente disponibilizada, mas poderia ser expandida de forma a passar a englobar a prevenção de doenças não transmissíveis e questões de saúde mental (Santhya e Jejeebhoy, 2015).

### *A participação é a via para uma cidadania ativa*

Ao chegarem aos 10 anos, as meninas deveriam começar a aprender como serem líderes e cidadãs ativas. A participação é um direito fundamental que também incentiva o desenvolvimento da personalidade e de capacidades individuais, podendo ajudar a superar a discriminação e as desigualdades. Ao aprender sobre seus direitos e cidadania ativa, as meninas podem trazer novas perspectivas para as questões familiares e escolares e até mesmo para o desenvolvimento de suas comunidades (UNICEF, 2011).

Esse processo poderia ser incorporado aos cursos de educação integral para a sexualidade, mas também precisaria

estar presente em outros âmbitos a fim de que as meninas pudessem praticar e desenvolver novas habilidades. Palestras escolares ou grupos de debate, fóruns comunitários com espaço reservado para as meninas expressarem suas ideias, e parlamentos de jovens que incluam as coortes de menos idade são algumas dessas opções. Contudo, os processos para incentivar a participação devem ser cuidadosamente administrados, já que muitos acabam sendo dominados por adultos e, mesmo entre adolescentes, é provável que as meninas sejam mais reticentes do que os meninos.

### **Todas as meninas de 10 anos deveria estar protegidas frente a possíveis riscos**

Existe uma enormidade de riscos para as meninas de 10 anos, muitos com conseqüências para toda a vida. Uma simples certidão de nascimento oferece uma proteção básica. Por ser a “personalidade” legal, a certidão é um passaporte para diversos serviços e direitos, além de uma proteção contra o abuso. Embora o número de meninos e meninas sem certidão de nascimento seja praticamente o mesmo, as implicações para as meninas podem ser mais graves, como a ausência de provas de que um casamento infantil está sendo celebrado. O registro de nascimento deve ser gratuito e obrigatório, com apoio da lei. (UNICEF, 2003).

### *Cessar a onda de violência de gênero*

Em qualquer lugar do mundo as meninas estão em risco de violência relacionada a seu gênero, sua idade, ou ambos. Alguns estudos sugerem que a maioria dos casos de violência sexual contra mulheres ocorrem pela primeira vez na adolescência (UNICEF, 2014). Mesmo considerados ilegais, muitos casos de violência nunca são denunciados. Apesar do avanço no desenvolvimento de serviços para prevenir e responder à violência contra mulheres e contra crianças, eles ainda estão longe de serem universais. É necessário fazer muito mais para responder às necessidades específicas das adolescentes, inclusive como parte do compromisso da Agenda 2030 relativo à eliminação de todas as formas de violência contra as meninas.



*Meu maior desejo...*  
Que eu cresça e me torne uma pessoa responsável

# TEMAWELASE

SUAZILÂNDIA

Medidas a serem consideradas poderiam incluir atividades para alcançar meninas em situação de risco por meio das escolas, espaços comunitários ou dos locais onde elas se reúnem, assim como linhas exclusivas de assistência telefônica ou mesmo aplicativos para dispositivos móveis, que talvez sejam mais acessíveis considerando as restrições de mobilidade ou as preocupações relativas à confidencialidade. Delegacias e sistemas jurídicos especializados, compostos principalmente de profissionais mulheres, podem promover a detecção e a denúncia, o mesmo ocorrendo com as redes de oficiais comunitários de proteção à infância em alguns países. Os profissionais devem ser capacitados para interagir habilmente com as meninas e os cuidadores que poderiam respaldar ou bloquear o acesso. As meninas também precisam saber o que é violência e como podem se proteger, inclusive por meio da comunicação e da denúncia.

Os esforços para proteger as meninas uma vez que a violência tenha ocorrido devem incluir o acesso total à assistência à saúde reprodutiva e a aconselhamento em casos de estupro, independentemente da idade da menina, e a proteção eficaz contra atitudes arraigadas, que culpam as meninas pela violação. Nos casos mais extremos, isso acaba em práticas terríveis como os chamados assassinos pela honra. As meninas casadas podem receber assistência por meio de ações que reduzam a pressão para que engravidem, que melhorem os cuidados em saúde reprodutiva e que assegurem que elas possam dar continuidade aos estudos e adquirir habilidades de subsistência (Population Reference Bureau, 2016).

### *Oferecendo meios para combater a pobreza*

Nos países pobres, assim como em comunidades pobres em países mais abastados, a pobreza aumenta muito os riscos que as meninas enfrentam. Consideradas inferiores na família, as meninas terminam por servir como um tipo de mecanismo de compensação. Se fenômenos meteorológicos extremos, relacionados à mudança climática, destróem uma lavoura, ou se um conflito armado faz com que as pessoas atravessem as fronteiras em fuga, ou se as pessoas não têm recursos ou competências para buscar melhores oportunidades, as meninas serão as primeiras a sofrerem

privações de alimento, atenção à saúde e educação. Elas podem ser obrigadas a casar para reduzir os gastos domésticos – ou vendidas e traficadas.

Os programas de proteção social podem mitigar esses riscos, mas devem estar atentos às vulnerabilidades específicas das meninas, assim como às dinâmicas familiares que favorecem os meninos. Se sistematicamente mais meninas do que meninos abandonam a escola, por exemplo, os sistemas de transferência de renda podem incentivar as famílias a manterem a educação das meninas, com o potencial benefício adicional resultante das menores taxas de casamento infantil e gravidez, como aconteceu no Malawi (Sanfilippo et al., 2012). Quando os países adotam uma proteção social básica, garantindo um padrão mínimo de bem-estar para todas as cidadãs e cidadãos, o sucesso deve ser mensurado, em parte, em termos da garantia integral dos direitos para todas as meninas.

## **Nenhuma menina de 10 anos deve ser deixada para trás**

A Agenda 2030 se compromete a não deixar ninguém para trás. Algumas meninas, que já têm mais chance de serem deixadas para trás por causa da idade e do gênero, são ainda mais vulneráveis por causa de fatores como etnia ou local de residência. Mesmo leis, políticas e intervenções bem elaboradas, voltadas no geral às meninas de 10 anos, podem não considerar esses fatores adequadamente.

Se o objetivo for a igualdade para todas as meninas de 10 anos de idade, são necessárias medidas especiais para aquelas deixadas ainda mais para trás. Alguns países talvez precisem de um trabalho de sensibilização para expor persistentes práticas discriminatórias que não tenham sido previamente nominadas ou questionadas. Se essas práticas ficarem mais visíveis, é possível iniciar um processo de desenvolvimento de programas para corrigi-las. Uma opção são as medidas de ação afirmativa, que podem contribuir para a redução das desigualdades de poder e acesso, criando oportunidades para as meninas que, de outra forma, jamais as teriam. Quando há escassez de recursos, a igualdade implica que esses recursos devem ir primeiramente para os mais necessitados.



Esse processo deve ser sustentado por uma análise sistêmica e integrada em todos os âmbitos da formulação de políticas. Por exemplo, por que as taxas de casamento são mais elevadas entre adolescentes de determinado grupo étnico? Os sistemas jurídicos nacionais têm dado proteção suficiente? Existem carências de informação relacionadas ao idioma? Se as meninas de 10 anos em áreas rurais abandonam mais a escola do que aquelas nas cidades, seria por que não há professoras em número suficiente? Ou a falta de trabalhos qualificados faz com que as meninas e suas famílias não vejam qualquer benefício econômico em permanecer na escola?

O início da adolescência também é um momento propício para corrigir proativamente as desigualdades que poderiam se manifestar mais tarde, quando as crianças de 10 anos forem adultas, e até mesmo na próxima geração. Uma menina de origem pobre, casada em idade precoce e que logo em seguida se tornou mãe, e que aprendeu que as outras pessoas tomam decisões por ela, tem pouquíssima chance de algum dia forjar uma vida melhor para ela ou para sua família (Comissão Lancet, 2013).

### **Todas as meninas de 10 anos deveriam receber uma parcela justa dos recursos**

As decisões sobre o investimento de recursos públicos e privados podem ter efeitos de longa duração para as meninas de 10 anos. Se os recursos no início da infância forem poucos, ela chegará aos 10 anos já carregando diversas desvantagens. Se os recursos continuarem poucos e não houver uma mudança em resposta às novas necessidades da menina, as desvantagens só vão piorar e deixar marcas permanentes na vida adulta dessa menina. Por outro lado, investimentos adequados e bem direcionados em cada etapa representam uma contribuição sólida para o bem-estar da menina de 10 anos, e em favor de sociedades mais prósperas, inclusive por meio do dividendo demográfico.

Ainda que o atual subinvestimento em adolescentes de menos idade não tenha sido quantificado, em alguns cálculos os custos econômicos são visíveis – e é possível imaginar os custos sociais, especialmente nos países mais pobres que enfrentam sérias limitações no financiamento de seu desenvolvimento.

Na maioria dos países a taxa de meninas que concluem o ensino médio ainda é menor do que a de meninos, por exemplo, apesar de um aumento de apenas 1% nas taxas de conclusão das meninas poder aumentar o crescimento da renda per capita em 0,3% (Grupo Banco Mundial, 2016). O casamento precoce é responsável por até um terço do abandono do ensino médio por meninas, impondo custos adicionais com o maior crescimento populacional e menores salários para as mulheres. Só a eliminação do casamento infantil no Níger, por exemplo, poderia gerar benefícios de mais de U\$ 25 bilhões entre 2014 e 2030 (Wodon et al., 2015). Segundo uma estimativa, a Índia perde US\$ 56 bilhões ao ano em consequência da gravidez na adolescência, das taxas de evasão do ensino secundário e do desemprego entre as jovens (Centro Internacional de Pesquisa para a Mulher, 2013a).

### ***Fazendo novas opções de investimento***

A retificação dessas perdas e a garantia dos direitos das meninas depende de serem feitas novas opções de investimento. A conclusão de um ensino médio de qualidade para todas as meninas é uma grande prioridade, aproveitando os bem sucedidos investimentos feitos nos últimos anos, que melhoraram bastante o ensino fundamental. Outra prioridade é iniciar o ensino integral para a sexualidade antes da puberdade ou, no mais tardar, aos 10 anos. Além disso, poderiam ser feitos mais investimentos em nutrição e no cuidado com a saúde mental no início da adolescência. Na maioria dos países, os esforços contra violência ainda não abarcam a enorme escala de diferentes formas de abuso contra meninas. Os esforços de ajuda humanitária têm andado a passos lentos na incorporação de medidas que considerem questões de gênero, principalmente aquelas específicas para meninas.

Outros investimentos poderiam estar direcionados a mitigar os fatores que resultam no abandono escolar pelas meninas. Muitos estão relacionados com a carga de trabalho doméstico não remunerado. As creches e os planos de desenvolvimento da primeira infância – um compromisso na Agenda 2030 – têm o benefício duplo de liberar as jovens adolescentes da tarefa de cuidar dos irmãos e irmãs

mais novos, e oferecer às meninas e aos meninos mais novos um impulso para sua educação futura. A infraestrutura para abastecer as casas e comunidades com água pode reduzir as tediosas horas pelas quais muitas meninas passam indo buscar água todos os dias e, ao mesmo tempo, aumentar a produtividade das lavouras e a higiene.

### *Acompanhando a alocação equitativa de fundos*

Os exercícios de revisão da arrecadação e do gasto de recursos públicos podem revelar se as decisões políticas estão alinhadas aos direitos das meninas de 10 anos. Desagregados por sexo e idade, eles podem mostrar, por exemplo, se o gasto com atenção à saúde para crianças é desproporcionalmente maior para os meninos, ou se a política fiscal favorece incentivos para as grandes empresas, inclusive quando os cortes de gastos afetam os serviços especializados que ajudam as meninas de comunidades pobres a permanecerem na escola. Diversos países começaram a aplicar exercícios orçamentários adequados a gênero e a crianças, e precisam ampliar seu escopo. Eles poderiam começar com setores prioritários como saúde e educação, mas com o tempo, deveriam ser expandidos para cobrir todos os recursos públicos e não somente aqueles tradicionalmente associados às mulheres e crianças, fortalecendo os vínculos entre gênero e diferentes etapas da vida.

### **Todas as meninas de 10 anos devem estar visíveis nos números**

Com seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, a Agenda 2030 provavelmente revolucionará a coleta nacional de dados e estatísticas conforme os países comecem a medir o progresso, inclusive no que concerne às meninas de 10 anos. Para além do apelo que a Agenda faz para que as meninas em todos os países sejam iguais e empoderadas, as metas determinam a importância de fazer face às necessidades nutricionais das adolescentes, de garantir que todas as meninas concluam a pré-escola e o ensino médio de qualidade, de eliminar todas as formas de violência contra as meninas na esfera pública e privada, de oferecer serviços de saneamento e higiene adequados às meninas e de eliminar o casamento precoce e a mutilação genital feminina.

### *Desenvolver novos dados*

A maioria dos países precisará desenvolver novos dados para acompanhar o progresso nessas questões - talvez a nutrição já seja medida para crianças, por exemplo, mas não para as adolescentes. Outros números serão necessários para refletir melhor a realidade de problemas persistentes, como a necessidade não atendida por contraceptivos. As mensurações, nesse sentido, geralmente começam aos 15 anos, apesar da provável necessidade não atendida de adolescentes que estejam um pouco abaixo dessa idade.

Cumprir com todos os compromissos assumidos em torno do bem-estar das meninas de 10 anos também requer informações mais detalhadas sobre adolescentes e normas de gênero, atitudes dos pais em relação a educação e saúde, saúde mental, qualidade da educação, participação na comunidade e nos processos de tomada de decisão, além de acesso mais cedo aos bens e serviços econômicos como conta de poupança, entre outras questões.

### *Aproveitando melhor os dados existentes*

Em alguns casos, seria possível fazer melhor uso dos dados atuais, como as informações provenientes de censos nacionais, que poderiam ser mais bem analisados para apresentar um quadro mais claro das vidas de adolescentes. Esses números também poderiam ser combinados, de forma criativa, com novas fontes de dados, como mapas de satélite que mostram mudanças climáticas, para verificar se é possível extrair novas informações sobre as situações de vulnerabilidade enfrentadas pelas adolescentes.

As pesquisas de demografia e saúde e as pesquisas por agrupamento de indicadores múltiplos, realizadas em alguns países, poderiam evoluir com o acréscimo de perguntas retrospectivas sobre conhecimentos e atitudes em matéria de saúde reprodutiva entre adolescentes na faixa de 15 a 19 anos, para captar informações sobre o início da adolescência. A série de Pesquisas Globais de Saúde do Escolar, da Organização Mundial da Saúde, tem gerado ricas informações sobre o segmento de 10 anos de idade, porém ainda não existe um processo paralelo que se ocupe daqueles que não frequentam a escola.

Tanto nos países em desenvolvimento quanto nos



*Meu maior desejo...*  
Queria uma bicicleta para ir pedalando  
para a escola com minhas amigas

# TUONG ANH

VIETNAM

industrializados será necessário construir um certo nível de capacidade técnica para produzir os dados requeridos para a Agenda 2030. Essa é uma oportunidade de ampliar não somente os tipos de dados, mas também sua cobertura, de preferência até o nível de comunidade. Um nível mais detalhado de desagregação poderia captar as desigualdades enfrentadas pelas adolescentes mais jovens em geral, assim como pelas meninas vulneráveis a diferentes formas de marginalização. Análises pormenorizadas também poderiam contribuir não só para enfatizar os problemas, mas também para identificar soluções.

### **Todas as meninas de 10 anos deveriam contar com o apoio das pessoas que as cercam**

No início da adolescência as meninas absorvem rapidamente as normas aceitas pela sua sociedade. Muitas dessas normas estabelecem para elas uma posição subordinada em casa e em outros espaços (Population Reference Bureau, 2016). Em não sendo questionadas, essas normas poderiam prejudicá-las no presente e em toda sua vida adulta. Os programas de empoderamento dirigidos às meninas podem

ajudá-las a evitar a internalização de normas negativas e a absorverem noções fundamentadas nos seus direitos humanos, como contrair matrimônio quando elas escolherem, trabalhar em qualquer profissão compatível com suas competências, ou viver livre de violência.

Mudanças nas normas também devem envolver todas as pessoas no círculo das meninas de 10 anos. Normas perniciosas levam os pais conceberem a escola como não sendo um espaço para as meninas, os educadores a orientarem as meninas para trabalhos “femininos” de baixa remuneração, os prestadores de serviços de saúde a se recusarem a ofertar informações e serviços de saúde reprodutiva, ou a polícia a preferir acreditar no pai que alega não abusar da menina mais do que no testemunho da própria menina. O não reconhecimento do poder das normas em moldar comportamentos pode diminuir a eficácia de todas as intervenções que visam maior bem-estar para as meninas de 10 anos.

#### *Há muitas formas de mudar uma norma*

O processo de mudança das normas pode envolver diversas estratégias. O efeito demonstrativo – no qual a mudança de

# 10 AÇÕES ESSENCIAIS PARA AS

## Legislação

## Serviços

1

Estipular a igualdade legal para as meninas, respaldada por uma prática jurídica correspondente.

2

Banir todas as práticas nocivas às meninas e estabelecer a idade mínima de 18 anos para o casamento.

3

Oferecer educação segura e de alta qualidade, que apoie integralmente a igualdade de gênero nos currículos, nos padrões de ensino e nas atividades extracurriculares.

4

Ao promover a universalização da atenção em saúde, instituir a realização de exames de check-up de saúde mental e física para todas as meninas aos 10 anos de idade.

5

Oferecer educação integral e universal em sexualidade no início da puberdade.

comportamento precede a mudança da norma – oferece uma via, assim como quando os pais começam a perceber os benefícios econômicos, ou outros benefícios tangíveis, advindos da escolaridade das meninas. Os programas de formação para pais podem ensinar noções de igualdade e oferecer ferramentas, de preferência sensíveis a diferentes contextos, para que esses princípios sejam incorporados na criação das meninas. Esses programas podem enfatizar as interações positivas, informar os pais sobre as oportunidades para suas filhas, além de oferecer pontos de entrada para o abandono de práticas de punição física, ainda amplamente aceitas.

É fundamental capacitar prestadores de serviços em todas as áreas relevantes para as meninas, a fim de assegurar que defendam normas positivas fundamentadas nos direitos humanos das meninas, e que as transmitam às pessoas com quem trabalham. Isto permitirá evitar que, apesar da ilegalidade da mutilação genital feminina, sejam os médicos os responsáveis pela maioria das violações, entre outros exemplos. As campanhas de conscientização podem impulsionar e incentivar que grandes grupos populacionais

tenham de maneira diferente, como no caso do registro de nascimento, em que uma das principais barreiras é que os pais não entendem sua importância.

Outros esforços podem se concentrar em mudar as normas de gênero entre os meninos em tenra idade, como a dos 10 anos. Os meninos que aprendem a pensar e agir de forma não-discriminatória podem ensinar seus pais em prol de suas irmãs, por exemplo. Além disso, torna-se menos provável que eles cometam violência contra as meninas, como bullying ou assédio sexual, e, ao se casarem, poderão defender noções igualitárias no matrimônio.

Onde as normas são mais sensíveis ou controversas, como poderia suceder com os temas de saúde sexual e reprodutiva, talvez haja necessidade de diálogos orientados, em nível de comunidade ou outros, que permitam que as pessoas identifiquem as normas adotadas e percebam, por si mesmas, se novas normas poderiam proteger melhor o bem-estar de suas filhas. Nesse contexto, defensores de normas positivas, como líderes locais e figuras religiosas, inclusive mulheres de influência, poderiam configurar uma voz firme e convincente em favor da mudança. Os homens

# 10 MENINAS DE 10 ANOS

## Políticas

6

Instituir um foco rigoroso e sistemático na inclusão, atuando sobre todos os fatores que contribuem para deixar as meninas em situação de vulnerabilidade para trás.

## Investimentos

7

Mapear e preencher as lacunas de investimento nas jovens adolescentes.

8

Mobilizar novos fundos para saúde mental, proteção e redução do trabalho não remunerado que limitam as opções para as meninas.

## Dados

9

Usar a revolução de dados da Agenda 2030 para mapear o progresso das meninas, inclusive em saúde sexual e reprodutiva.

## Normas

10

Envolver as meninas, os meninos e todas as pessoas próximas no questionamento e mudança das normas discriminatórias de gênero.

e meninos podem estar em boa posição para persuadir outros homens e meninos a abandonar formas de pensar que sejam discriminatórias.

As pessoas que advogam pelas mulheres, por jovens e pela saúde reprodutiva têm desempenhado um papel de liderança na mudança das normas, sobretudo em suas respectivas esferas. O bem-estar das meninas de 10 anos é do interesse de todo o mundo e consistente com seus princípios. Essas meninas poderiam ser um ponto de convergência de forças, desencadeando um rápido progresso de modo que não sejam mais deixadas à margem nem para trás.

### Onde as meninas de 10 anos estarão quando tiverem 25?

Em 2030, as meninas que hoje têm 10 anos estarão com 25. Em 15 anos, como jovens mulheres empoderadas, elas poderiam mudar o mundo. Mas não deveria ser necessário que elas o fizessem: o mundo é que deveria mudar para elas.

Na Agenda 2030, praticamente todos os países concordaram em transformar o desenvolvimento com o propósito de incluir a todas as pessoas e evitar a destruição do planeta que todos compartilhamos, inclusive as gerações futuras. Essa transformação é um desafio, mas um desafio viável. Todas as nações terão que fazer novas escolhas por meio de amplas mudanças nas leis e práticas jurídicas, nas políticas e nos serviços, nos investimentos, nas normas e nas medidas de sucesso.

Temos boas razões para colocar as meninas de 10 anos no centro de todos os elementos desse processo. É um direito delas, e que será essencial para um desenvolvimento inclusivo que não deixe ninguém para trás. Além disso, renderá grandes dividendos sociais e econômicos que beneficiarão a todas e todos.

Se não colocarmos as meninas de 10 anos no centro, daqui a 15 anos somente poderemos dizer que falhamos com mais uma geração de meninas e que estivemos longe de alcançar muitos outros objetivos que havíamos definido para nossas sociedades. Nosso compromisso com a transformação soará como uma promessa tragicamente vazia. E considerando os recursos e conhecimentos disponíveis hoje no mundo, respaldados pelo plano comum da Agenda 2030, não haverá desculpas para nossos resultados insuficientes.





# Indicadores

Monitorando os objetivos da CIPD: indicadores selecionados

página 94

---

Indicadores demográficos

página 100

Foto: © UNFPA/Besfort Kryeziu Photography

# Monitorando os objetivos da CIPD: indicadores selecionados

País, território ou outra área

País, território ou outra área	Saúde materna e de recém-nascidos					Saúde sexual e reprodutiva					Educação					
	Razão de Mortalidade Materna (RMM): mortes por 100.000 nascidos vivos <sup>a</sup> 2015	Intervalo de incerteza da Razão de Mortalidade Materna (intervalo de incerteza de 80%) 2015		Partos atendidos por pessoal qualificado em saúde (%) <sup>b</sup> 2006-2015	Taxa de fecundidade de adolescentes por 1000 mulheres de 15 a 19 anos <sup>b</sup> 2006-2015	Taxa de prevalência de contraceptivos entre mulheres de 15 a 49 anos, 2016		Demanda não atendida de planejamento da vida reprodutiva entre mulheres de 15 a 49 anos <sup>c</sup> 2016	Proporção da demanda atendida, mulheres de 15 a 49 anos <sup>c</sup> 2016	Proporção da demanda atendida com métodos modernos, mulheres de 15 a 49 anos <sup>c</sup> 2016	Matrícula no ensino fundamental ajustada, % líquido de crianças em idade escolar, 1999-2015		Índice de paridade de gênero, ensino fundamental 1999-2015	Matrícula no ensino médio ajustada, % líquido de crianças em idade escolar, 2000-2015		Índice de paridade de gênero, ensino médio 2000-2015
		Estimativa mais baixa	Estimativa mais alta			Qualquer método <sup>d</sup>	Métodos modernos <sup>e</sup>				Masculino	Feminino		Masculino	Feminino	
Afganistão	396	253	620	51	78	31	25	27	53	44	-	-	-	62	35	0,57
Albânia	29	16	46	99	20	66	20	13	84	26	97	95	0,99	86	85	0,98
Argélia	140	82	244	97	12	60	52	13	82	71	98	96	0,98	-	-	-
Angola	477	221	988	47	191	19	13	28	41	28	95	73	0,77	14	11	0,81
Antígua e Barbuda	-	-	-	100	-	63	60	14	82	78	87	85	0,98	78	81	1,04
Argentina	52	44	63	97	68	62	58	15	80	76	100	99	0,99	85	91	1,07
Armênia	25	21	31	100	23	60	30	13	82	42	89	98	1,10	79	91	1,15
Aruba	-	-	-	-	34	-	-	-	-	-	99	99	1,00	73	81	1,10
Austrália	6	5	7	99	14	68	65	10	87	83	-	-	-	-	-	-
Áustria	4	3	5	99	8	67	65	10	87	84	-	-	-	-	-	-
Azerbaijão	25	17	35	97	47	57	23	14	81	32	96	94	0,98	89	87	0,98
Bahamas	80	53	124	98	30	67	65	12	85	82	94	99	1,06	80	86	1,07
Bahrein	15	12	19	100	14	66	44	11	85	57	-	-	-	-	-	-
Bangladesh	176	125	280	42	113	65	57	12	84	75	93	97	1,04	50	55	1,09
Barbados	27	19	37	98	50	61	57	16	79	75	91	92	1,02	86	92	1,06
Bielorrússia	4	3	6	100	22	66	54	11	86	71	94	94	1,00	96	96	1,01
Bélgica	7	5	10	-	7	69	67	9	88	87	-	-	-	-	-	-
Belize	28	20	36	96	64	59	54	17	78	72	100	98	0,99	67	71	1,06
Benin	405	279	633	77	94	18	11	31	37	23	100	88	0,88	50	34	0,68
Butão	148	101	241	75	28	68	67	10	87	85	88	90	1,03	59	67	1,14
Bolívia, Estado Plurinacional da	206	140	351	85	116	63	41	18	78	51	95	95	1,00	75	76	1,01
Bósnia e Herzegovina	11	7	17	100	11	49	18	17	74	27	98	99	1,01	-	-	-
Botsuana	129	102	172	95	39	57	55	17	77	75	91	92	1,01	59	67	1,13
Brasil	44	36	54	98	65	79	75	8	91	87	94	94	1,00	79	85	1,07
Brunei Darussalam	23	15	30	100	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bulgária	11	8	14	100	41	67	49	13	83	60	96	97	1,01	89	87	0,97
Burkina Faso	371	257	509	66	132	19	19	27	42	40	70	66	0,95	23	20	0,87
Burundi	712	471	1.050	60	85	29	25	29	49	42	95	97	1,02	25	25	0,99
Camboja	161	117	213	89	57	59	42	12	83	59	96	94	0,98	40	37	0,92
Camarões, República de	596	440	881	65	119	30	18	22	57	35	100	90	0,90	46	40	0,87
Canadá	7	5	9	98	13	73	71	8	90	87	-	-	-	-	-	-
Cabo Verde	42	20	95	92	90	62	59	15	81	76	98	98	1,00	65	74	1,14
República Centro-Africana	882	508	1.500	54	229	24	13	23	51	28	79	62	0,79	18	9	0,52
Chade	856	560	1.350	24	203	7	3	23	22	11	95	74	0,78	16	5	0,33
Chile	22	18	26	100	52	65	62	13	83	79	93	93	1,00	87	90	1,04
China	27	22	32	100	6	83	82	4	96	95	-	-	-	-	-	-
China, R.A.E. de Hong Kong	-	-	-	-	3	80	75	6	94	88	-	-	-	-	-	-
China, R.A.E. de Macau	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Colômbia	64	56	81	99	84	78	72	8	91	83	92	92	1,00	76	82	1,08



# Monitorando os objetivos da CIPD: indicadores selecionados

## País, território ou outra área

	Saúde materna e de recém-nascidos					Saúde sexual e reprodutiva					Educação					
	Razão de Mortalidade Materna (RMM): mortes por 100.000 nascidos vivos <sup>a</sup> 2015	Intervalo de incerteza da Razão de Mortalidade Materna (intervalo de incerteza de 80%) 2015		Partos atendidos por pessoal qualificado em saúde (%) <sup>b</sup> 2006-2015	Taxa de fecundidade de adolescentes por 1000 mulheres de 15 a 19 anos <sup>c</sup> 2006-2015	Taxa de prevalência de contraceptivos entre mulheres de 15 a 49 anos, 2016		Demanda não atendida de planejamento da vida reprodutiva entre mulheres de 15 a 49 anos <sup>d</sup> 2016	Proporção da demanda atendida, mulheres de 15 a 49 anos <sup>e</sup> 2016	Proporção da demanda atendida com métodos modernos, mulheres de 15 a 49 anos <sup>f</sup> 2016	Matrícula no ensino fundamental ajustada, % líquido de crianças em idade escolar, 1999-2015		Índice de paridade de gênero, ensino fundamental 1999-2015	Matrícula no ensino médio ajustada, % líquido de crianças em idade escolar, 2000-2015		Índice de paridade de gênero, ensino médio 2000-2015
		Estimativa mais baixa	Estimativa mais alta			Qualquer método <sup>g</sup>	Métodos modernos <sup>h</sup>				Masculino	Feminino		Masculino	Feminino	
Comores	335	207	536	82	70	25	18	31	45	33	88	83	0,95	42	45	1,07
Congo, República Democrática do	693	509	1.010	80	138	23	9	27	46	18	36	34	0,95	-	-	-
Congo, República do	442	300	638	94	111	48	24	18	73	36	89	97	1,09	-	-	-
Costa Rica	25	20	29	97	61	79	76	6	93	89	96	96	1,00	76	80	1,05
Costa do Marfim	645	458	909	59	129	21	15	24	47	34	80	71	0,89	-	-	-
Croácia	8	6	11	100	12	66	43	11	85	56	-	-	-	-	-	-
Cuba	39	33	47	99	53	74	72	9	90	88	93	94	1,01	88	91	1,04
Curaçau	-	-	-	-	35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chipre	7	4	12	99	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
República Tcheca	4	3	6	100	11	78	69	7	92	82	-	-	-	-	-	-
Dinamarca	6	5	9	98	2	71	66	10	88	82	-	-	-	-	-	-
Djibuti	229	111	482	87	21	25	24	30	46	44	61	54	0,89	29	21	0,72
Dominica	-	-	-	100	47	63	60	14	82	78	96	99	1,03	76	82	1,07
República Dominicana	92	77	111	98	90	72	69	11	87	83	86	85	0,99	61	70	1,14
Equador	64	57	71	94	-	73	61	9	89	75	96	98	1,02	81	84	1,04
Egito	33	26	39	92	56	60	58	12	83	81	99	99	1,01	81	82	1,01
El Salvador	54	40	69	98	72	71	64	12	86	78	94	94	1,01	69	71	1,03
Guiné Equatorial	342	207	542	68	176	17	11	32	34	23	58	58	1,00	24	19	0,77
Eritréia	501	332	750	34	76	21	16	29	42	33	43	38	0,90	31	26	0,84
Estônia	9	6	14	99	16	65	59	12	84	77	-	-	-	-	-	-
Etiópia	353	247	567	16	71	38	38	24	61	60	89	84	0,94	18	11	0,62
Fiji	30	23	41	100	28	50	44	19	72	63	96	98	1,03	79	88	1,11
Finlândia	3	2	3	100	7	75	72	8	91	88	-	-	-	-	-	-
França	8	7	10	97	6	74	72	6	92	90	-	-	-	-	-	-
Guiana Francesa	-	-	-	-	87	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Polinésia Francesa	-	-	-	-	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gabão	291	197	442	89	114	35	22	25	58	37	-	-	-	-	-	-
Gâmbia	706	484	1.030	57	88	12	10	28	29	26	66	72	1,09	-	-	-
Geórgia	36	28	47	100	41	53	37	17	76	54	96	94	0,98	92	92	1,00
Alemanha	6	5	8	99	8	67	62	10	87	81	-	-	-	-	-	-
Gana	319	216	458	71	65	23	21	34	40	37	92	92	1,01	58	57	0,98
Grécia	3	2	4	-	8	69	46	10	87	59	-	-	-	-	-	-
Granada	27	19	42	99	-	64	61	13	83	78	97	97	1,00	81	84	1,03
Guadalupe	-	-	-	-	-	59	51	16	78	69	-	-	-	-	-	-
Guam	-	-	-	-	54	54	45	17	76	64	-	-	-	-	-	-
Guatemala	88	77	100	66	91	58	48	17	77	65	89	89	1,00	48	45	0,95
Guiné	679	504	927	45	146	8	5	25	24	15	84	72	0,86	38	25	0,66
Guiné-Bissau	549	273	1.090	45	106	18	13	22	44	34	71	68	0,95	10	6	0,56
Guiana	229	184	301	92	74	46	44	26	64	62	86	84	0,97	82	83	1,00
Haiti	359	236	601	37	66	39	34	32	54	48	-	-	-	-	-	-
Honduras	129	99	166	83	101	73	64	11	87	77	95	95	1,01	46	53	1,16
Hungria	17	12	22	99	20	75	68	8	90	83	-	-	-	-	-	-

# Monitorando os objetivos da CIPD: indicadores selecionados

## País, território ou outra área

País, território ou outra área	Saúde materna e de recém-nascidos					Saúde sexual e reprodutiva					Educação					
	Razão de Mortalidade Materna (RMM): mortes por 100.000 nascidos vivos <sup>a</sup> 2015	Intervalo de incerteza da Razão de Mortalidade Materna (intervalo de incerteza de 80%) 2015		Partos atendidos por pessoal qualificado em saúde (%) <sup>b</sup> 2006-2015	Taxa de fecundidade de adolescentes por 1.000 mulheres de 15 a 19 anos <sup>c</sup> 2006-2015	Taxa de prevalência de contraceptivos entre mulheres de 15 a 49 anos, 2016		Demanda não atendida de planejamento da vida reprodutiva entre mulheres de 15 a 49 anos <sup>d</sup> 2016	Proporção da demanda atendida, mulheres de 15 a 49 anos <sup>e</sup> 2016	Proporção da demanda atendida com métodos modernos, mulheres de 15 a 49 anos <sup>f</sup> 2016	Matrícula no ensino fundamental ajustada, % líquido de crianças em idade escolar, 1999-2015		Índice de paridade de gênero, ensino fundamental 1999-2015	Matrícula no ensino médio ajustada, % líquido de crianças em idade escolar, 2000-2015		Índice de paridade de gênero, ensino médio 2000-2015
		Estimativa mais baixa	Estimativa mais alta			Qualquer método <sup>g</sup>	Métodos modernos <sup>h</sup>				Masculino	Feminino		Masculino	Feminino	
Islândia	3	2	6	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Índia	174	139	217	52	28	60	53	13	82	72	97	98	1,01	61	62	1,01
Indonésia	126	93	179	87	48	63	59	11	85	80	93	92	0,99	75	75	0,99
Irã, República Islâmica do	25	21	31	96	38	77	60	7	92	72	99	100	1,01	80	81	1,01
Iraque	50	35	69	91	82	55	38	14	80	55	98	87	0,89	49	40	0,81
Irlanda	8	6	11	100	9	67	63	11	86	80	-	-	-	-	-	-
Israel	5	4	6	-	10	71	54	9	89	67	-	-	-	-	-	-
Itália	4	3	5	100	6	65	49	11	85	65	-	-	-	-	-	-
Jamaica	89	70	115	99	46	72	68	10	88	83	93	94	1,01	64	70	1,09
Japão	5	4	7	100	4	57	51	16	78	70	-	-	-	-	-	-
Jordânia	58	44	75	100	26	62	43	12	84	58	88	87	0,99	83	88	1,06
Cazaquistão	12	10	15	100	36	56	53	15	78	74	100	100	1,00	92	94	1,02
Quênia	510	344	754	62	96	58	57	18	76	74	84	88	1,04	57	56	0,97
Kiribati	90	51	152	80	49	28	23	27	52	42	-	-	-	66	73	1,11
Coréia, República Popular Democrática da	82	37	190	100	1	70	63	11	87	78	97	97	1,00	-	-	-
Coréia, República da	11	9	13	100	2	79	69	6	93	82	-	-	-	-	-	-
Kuwait	4	3	6	99	7	57	45	16	78	62	-	-	-	-	-	-
Quirguistão	76	59	96	98	42	43	39	17	72	66	98	98	0,99	80	80	1,00
Laos, República Democrática Popular do	197	136	307	42	94	55	47	17	76	65	96	94	0,98	52	50	0,96
Letônia	18	13	26	100	15	68	60	12	85	75	-	-	-	-	-	-
Líbano	15	10	22	-	-	63	41	13	83	54	92	86	0,94	65	65	1,00
Lesoto	487	310	871	78	94	61	60	18	77	76	79	82	1,04	27	42	1,57
Libéria	725	527	1.030	61	149	21	20	31	40	39	39	37	0,95	-	-	-
Líbia	9	6	15	100	6	49	29	19	72	43	-	-	-	-	-	-
Lituânia	10	7	14	100	14	64	53	13	83	70	-	-	-	-	-	-
Luxemburgo	10	7	16	100	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Madagascar	353	256	484	44	145	47	38	19	72	58	77	78	1,00	31	32	1,04
Malawi	634	422	1.080	90	136	59	56	18	76	73	90	96	1,06	33	33	0,98
Malásia	40	32	53	99	13	57	42	15	79	58	-	-	-	-	-	-
Maldivas	68	45	108	96	14	43	35	24	64	52	97	96	0,98	45	51	1,14
Mali	587	448	823	59	172	13	12	27	32	30	67	60	0,90	39	30	0,76
Malta	9	6	15	100	13	81	60	5	94	71	-	-	-	-	-	-
Martinica	-	-	-	-	20	61	54	15	80	71	-	-	-	-	-	-
Mauritânia	602	399	984	65	71	15	13	31	33	29	73	77	1,05	24	22	0,92
Maurício	53	38	77	100	29	76	54	7	92	66	96	98	1,02	79	80	1,01
México	38	34	42	96	83	73	67	11	87	81	97	98	1,01	66	69	1,04
Micronésia, Estados Federados da	100	46	211	100	33	-	-	-	-	-	86	88	1,03	-	-	-
Moldávia, República da	23	19	28	99	27	64	46	13	83	60	90	90	1,00	77	77	1,01
Mongólia	44	35	55	99	27	58	52	14	80	72	96	95	0,99	85	88	1,03
Montenegro	7	4	12	99	12	35	11	23	60	19	-	-	-	-	-	-
Marrocos	121	93	142	74	32	69	58	10	88	75	99	99	1,00	59	53	0,90
Moçambique	489	360	686	54	167	19	17	27	40	37	90	85	0,95	18	18	1,00

# Monitorando os objetivos da CIPD: indicadores selecionados

País,  
território ou  
outra área

	Saúde materna e de recém-nascidos					Saúde sexual e reprodutiva					Educação					
	Razão de Mortalidade Materna (RMM): mortes por 100.000 nascidos vivos <sup>a</sup> 2015	Intervalo de incerteza da Razão de Mortalidade Materna (Intervalo de incerteza de 80%) 2015		Partos atendidos por pessoal qualificado em saúde (%) <sup>b</sup> 2006-2015	Taxa de fecundidade de adolescentes por 1.000 mulheres de 15 a 19 anos <sup>c</sup> 2006-2015	Taxa de prevalência de contraceptivos entre mulheres de 15 a 49 anos, 2016		Demanda não atendida de planejamento da vida reprodutiva entre mulheres de 15 a 49 anos <sup>d</sup> 2016	Proporção da demanda atendida, mulheres de 15 a 49 anos <sup>e</sup> 2016	Proporção da demanda atendida com métodos modernos, mulheres de 15 a 49 anos <sup>e</sup> 2016	Matrícula no ensino fundamental ajustada, % líquido de crianças em idade escolar, 1999-2015		Índice de paridade de gênero, ensino fundamental 1999-2015	Matrícula no ensino médio ajustada, % líquido de crianças em idade escolar, 2000-2015		Índice de paridade de gênero, ensino médio 2000-2015
		Estimativa mais baixa	Estimativa mais alta			Qualquer método <sup>f</sup>	Métodos modernos <sup>g</sup>				Masculino	Feminino		Masculino	Feminino	
Mianmar	178	121	284	71	22	53	50	16	77	72	88	87	0,99	48	49	1,02
Namíbia	265	172	423	88	82	58	57	17	78	77	89	92	1,03	45	57	1,27
Nepal	258	176	425	56	71	53	49	23	70	64	98	96	0,98	58	63	1,08
Holanda	7	5	9	-	5	68	65	10	87	84	-	-	-	-	-	-
Nova Caledônia	-	-	-	-	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Zelândia	11	9	14	97	19	71	67	9	89	84	-	-	-	-	-	-
Nicarágua	150	115	196	88	92	79	75	7	92	87	97	100	1,03	45	53	1,17
Níger	553	411	752	40	206	16	10	18	47	31	66	57	0,86	19	13	0,67
Nigéria	814	596	1.180	38	122	17	12	22	43	30	71	60	0,84	-	-	-
Noruega	5	4	6	99	5	78	71	6	93	85	-	-	-	-	-	-
Omã	17	13	24	99	13	39	26	28	58	38	97	97	1,00	94	89	0,94
Paquistão	178	111	283	52	44	40	29	20	66	48	79	67	0,85	46	36	0,79
Palestina <sup>1</sup>	45	21	99	100	67	57	44	15	79	61	93	93	1,00	77	84	1,10
Panamá	94	77	121	91	91	62	58	15	80	75	97	96	0,99	75	81	1,07
Papua-Nova Guiné	215	98	457	53	65	38	29	25	60	47	90	84	0,92	-	-	-
Paraguai	132	107	163	96	63	77	68	6	92	82	89	89	1,00	67	66	1,00
Peru	68	54	80	90	65	74	53	9	89	64	95	96	1,01	77	79	1,03
Filipinas	114	87	175	73	57	55	39	18	76	54	95	99	1,04	62	74	1,19
Polônia	3	2	4	100	14	69	48	10	87	62	-	-	-	-	-	-
Portugal	10	9	13	-	10	77	70	7	92	84	-	-	-	-	-	-
Porto Rico	14	10	18	-	36	78	69	6	93	82	-	-	-	-	-	-
Catar	13	9	19	100	13	44	37	19	70	59	-	-	-	-	-	-
Reunião	-	-	-	-	44	72	70	9	89	86	-	-	-	-	-	-
Romênia	31	22	44	99	39	69	54	10	88	70	92	91	0,99	86	86	1,00
Federação Russa	25	18	33	100	27	69	56	10	88	72	-	-	-	-	-	-
Ruanda	290	208	389	91	45	54	48	19	74	65	95	97	1,03	-	-	-
São Cristóvão e Nevis	-	-	-	100	-	60	55	16	79	74	80	83	1,04	81	85	1,04
Santa Lúcia	48	32	72	99	42	57	54	17	78	73	95	93	0,97	80	81	1,01
São Vicente e Granadinas	45	34	63	99	70	65	62	13	84	80	92	91	0,99	84	87	1,03
Samoa	51	24	115	83	39	32	31	42	44	42	97	98	1,02	75	84	1,12
San Marino	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Tomé e Príncipe	156	83	268	93	92	41	37	32	56	50	97	95	0,98	44	51	1,15
Arábia Saudita	12	7	20	98	7	38	31	24	61	51	98	95	0,97	82	79	0,95
Senegal	315	214	468	53	80	19	17	30	38	36	70	76	1,09	23	18	0,77
Sérvia	17	12	24	98	22	58	23	13	81	33	98	99	1,01	91	93	1,02
Seychelles	-	-	-	99	56	-	-	-	-	-	94	95	1,01	72	78	1,09
Serra Leoa	1.360	999	1.980	60	125	17	15	26	40	35	100	99	0,99	39	35	0,90
Cingapura	10	6	17	100	3	66	58	11	86	75	-	-	-	-	-	-
São Martinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eslováquia	6	4	7	99	21	71	59	10	88	74	-	-	-	-	-	-
Eslovênia	9	6	14	100	5	75	64	8	90	78	-	-	-	-	-	-
Ilhas Salomão	114	75	175	86	62	39	32	21	64	53	82	79	0,97	42	42	0,99

# Monitorando os objetivos da CIPD: indicadores selecionados

## País, território ou outra área

	Saúde materna e de recém-nascidos					Saúde sexual e reprodutiva					Educação					
	Razão de Mortalidade Materna (RMM): mortes por 100.000 nascidos vivos <sup>a</sup> 2015	Intervalo de incerteza da Razão de Mortalidade Materna (intervalo de incerteza de 80%) 2015		Partos atendidos por pessoal qualificado em saúde (%) <sup>b</sup> 2006-2015	Taxa de fecundidade de adolescentes por 1.000 mulheres de 15 a 19 anos <sup>c</sup> 2006-2015	Taxa de prevalência de contraceptivos entre mulheres de 15 a 49 anos, 2016		Demanda não atendida de planejamento da vida reprodutiva entre mulheres de 15 a 49 anos <sup>d</sup> 2016	Proporção da demanda atendida, mulheres de 15 a 49 anos <sup>e</sup> 2016	Proporção da demanda atendida com métodos modernos, mulheres de 15 a 49 anos <sup>f</sup> 2016	Matrícula no ensino fundamental ajustada, % líquido de crianças em idade escolar, 1999-2015		Índice de paridade de gênero, ensino fundamental 1999-2015	Matrícula no ensino médio ajustada, % líquido de crianças em idade escolar, 2000-2015		Índice de paridade de gênero, ensino médio 2000-2015
		Estimativa mais baixa	Estimativa mais alta			Qualquer método <sup>g</sup>	Métodos modernos <sup>h</sup>				Masculino	Feminino		Masculino	Feminino	
Somália	732	361	1.390	33	123	25	7	29	46	13	-	-	-	-	-	-
África do Sul	138	124	154	94	46	65	64	12	84	83	83	94	1,13	59	69	1,16
Sudão do Sul	789	523	1.150	19	158	8	3	30	20	8	47	34	0,71	-	-	-
Espanha	5	4	6	-	8	67	63	12	84	80	-	-	-	-	-	-
Sri Lanka	30	26	38	99	20	72	56	8	91	71	98	96	0,98	84	87	1,04
Sudão	311	214	433	23	87	17	14	28	37	31	53	56	1,05	-	-	-
Suriname	155	110	220	91	65	52	51	19	73	72	91	92	1,01	49	60	1,21
Suazilândia	389	251	627	88	87	65	62	15	82	78	79	78	0,99	31	38	1,24
Suécia	4	3	5	-	3	70	62	10	88	77	-	-	-	-	-	-
Suíça	5	4	7	-	2	77	72	6	92	87	-	-	-	-	-	-
Síria, República Árabe da	68	48	97	96	54	58	42	15	79	57	72	70	0,98	47	46	0,99
Tadjiquistão	32	19	51	87	54	34	31	22	61	55	98	98	1,00	88	79	0,90
Tanzânia, República Unida da	398	281	570	49	95	42	35	22	65	54	81	82	1,01	-	-	-
Tailândia	20	14	32	100	60	78	76	6	93	91	93	92	0,99	77	82	1,06
Antiga República Iugoslava da Macedônia	8	5	10	100	19	49	18	18	73	26	89	88	0,98	83	81	0,97
Timor Leste, República Democrática do	215	150	300	29	51	31	28	26	54	49	96	99	1,03	48	56	1,16
Togo	368	255	518	59	85	22	20	33	40	35	96	90	0,93	32	15	0,48
Tonga	124	57	270	98	30	35	30	28	56	48	99	99	1,00	71	80	1,12
Trinidad e Tobago	63	49	80	100	36	51	44	19	73	64	99	98	0,99	70	75	1,07
Tunísia	62	42	92	99	6	65	54	10	86	72	99	98	0,99	-	-	-
Turquia	16	12	21	97	29	74	48	6	92	60	94	93	0,99	88	85	0,97
Turcomenistão	42	20	73	100	21	58	51	15	80	71	-	-	-	-	-	-
Ilhas Turcos e Caicos	-	-	-	-	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tuvalu	-	-	-	98	42	35	28	28	55	44	95	98	1,03	62	78	1,26
Uganda	343	247	493	57	140	31	29	33	49	45	92	95	1,03	24	22	0,95
Ucrânia	24	19	32	99	27	67	51	10	87	67	96	98	1,02	88	89	1,01
Emirados Árabes Unidos	6	3	11	100	34	49	39	19	72	58	-	-	-	-	-	-
Reino Unido	9	8	11	-	19	81	80	5	94	92	-	-	-	-	-	-
Estados Unidos da América	14	12	16	99	27	75	69	7	92	85	-	-	-	-	-	-
Ilhas Virgens Americanas	-	-	-	-	43	69	62	11	87	78	-	-	-	-	-	-
Uruguai	15	11	19	98	64	77	74	8	91	87	100	99	1,00	72	79	1,10
Uzbequistão	36	20	65	100	30	67	61	10	88	79	93	91	0,97	-	-	-
Vanuatu	78	36	169	89	78	48	38	24	66	53	98	97	0,99	51	53	1,04
Venezuela, República Bolivariana da	95	77	124	100	95	70	64	12	85	78	93	93	1,00	71	79	1,10
Vietnã	54	41	74	94	36	77	65	7	92	79	-	-	-	-	-	-
Saara Ocidental	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iêmen	385	274	582	45	67	39	29	27	60	44	92	78	0,85	50	33	0,67
Zâmbia	224	162	306	64	145	52	46	20	73	65	88	90	1,02	-	-	-
Zimbábue	443	363	563	78	110	66	65	11	86	84	86	87	1,02	44	44	1,01

## Dados mundiais e regionais

	Saúde materna e de recém-nascidos					Saúde sexual e reprodutiva					Educação						
	Razão de Mortalidade Materna (RMM): mortes por 100.000 nascidos vivos <sup>a</sup> 2015	Intervalo de incerteza da Razão de Mortalidade Materna (Intervalo de incerteza de 80%) 2015		Partos atendidos por pessoal qualificado em saúde (%) <sup>b</sup> 2006-2015	Taxa de fecundidade de adolescentes por 1.000 mulheres de 15 a 19 anos <sup>a</sup> 2006-2015	Taxa de prevalência de contraceptivos entre mulheres de 15 a 49 anos, 2016		Demanda não atendida de planejamento da vida reprodutiva entre mulheres de 15 a 49 anos <sup>c</sup> 2016	Proporção da demanda atendida, mulheres de 15 a 49 anos <sup>c</sup> 2016	Proporção da demanda atendida com métodos modernos, mulheres de 15 a 49 anos <sup>c</sup> 2016	Matrícula no ensino fundamental ajustada, % líquido de crianças em idade escolar, 1999-2015		Índice de paridade de gênero, ensino fundamental 1999-2015		Matrícula no ensino médio ajustada, % líquido de crianças em idade escolar, 2000-2015		Índice de paridade de gênero, ensino médio 2000-2015
		Estimativa mais baixa	Estimativa mais alta		Qualquer método <sup>d</sup>	Métodos modernos <sup>d</sup>					Masculino	Feminino	1999-2015		Masculino	Feminino	2000-2015
<b>Estados Árabes</b>	<b>162</b>	<b>138</b>	<b>212</b>	<b>73</b>	<b>58</b>	<b>52</b>	<b>43</b>	<b>16</b>	<b>76</b>	<b>63</b>	<b>86</b>	<b>83</b>	<b>0,96</b>	<b>64</b>	<b>58</b>	<b>0,92</b>	
<b>Ásia e o Pacífico</b>	<b>127</b>	<b>114</b>	<b>151</b>	<b>70<sup>c</sup></b>	<b>33<sup>c</sup></b>	<b>69</b>	<b>63</b>	<b>10</b>	<b>87</b>	<b>81</b>	<b>95</b>	<b>95</b>	<b>0,99</b>	<b>65</b>	<b>66</b>	<b>1,02</b>	
<b>Leste Europeu e Ásia Central</b>	<b>25</b>	<b>22</b>	<b>31</b>	<b>98</b>	<b>31</b>	<b>65<sup>l</sup></b>	<b>47<sup>l</sup></b>	<b>11<sup>l</sup></b>	<b>86<sup>l</sup></b>	<b>62<sup>l</sup></b>	<b>94</b>	<b>94</b>	<b>0,99</b>	<b>88</b>	<b>87</b>	<b>0,99</b>	
<b>América Latina e o Caribe</b>	<b>68</b>	<b>64</b>	<b>77</b>	<b>93<sup>d</sup></b>	<b>75<sup>h</sup></b>	<b>73<sup>m</sup></b>	<b>67<sup>m</sup></b>	<b>11<sup>m</sup></b>	<b>87<sup>m</sup></b>	<b>80<sup>m</sup></b>	<b>94</b>	<b>94</b>	<b>1,00</b>	<b>74</b>	<b>78</b>	<b>1,06</b>	
<b>África Oriental e Meridional</b>	<b>455</b>	<b>419</b>	<b>556</b>	<b>56</b>	<b>109</b>	<b>40</b>	<b>35</b>	<b>23</b>	<b>63</b>	<b>55</b>	<b>87</b>	<b>85</b>	<b>0,98</b>	<b>34</b>	<b>32</b>	<b>0,93</b>	
<b>África Ocidental e Central</b>	<b>676</b>	<b>586</b>	<b>862</b>	<b>48</b>	<b>127</b>	<b>18</b>	<b>13</b>	<b>24</b>	<b>43</b>	<b>31</b>	<b>77</b>	<b>68</b>	<b>0,89</b>	<b>38</b>	<b>31</b>	<b>0,83</b>	
<b>Regiões mais desenvolvidas</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>14</b>	<b>99<sup>e</sup></b>	<b>18<sup>i</sup></b>	<b>70</b>	<b>61</b>	<b>10</b>	<b>88</b>	<b>77</b>	<b>97</b>	<b>97</b>	<b>1,00</b>	<b>91</b>	<b>93</b>	<b>1,01</b>	
<b>Regiões menos desenvolvidas</b>	<b>238</b>	<b>228</b>	<b>274</b>	<b>68<sup>f</sup></b>	<b>56<sup>j</sup></b>	<b>63</b>	<b>57</b>	<b>12</b>	<b>84</b>	<b>76</b>	<b>91</b>	<b>90</b>	<b>0,98</b>	<b>62</b>	<b>61</b>	<b>0,99</b>	
<b>Países minimamente desenvolvidos</b>	<b>436</b>	<b>418</b>	<b>514</b>	<b>50<sup>g</sup></b>	<b>109<sup>k</sup></b>	<b>40</b>	<b>35</b>	<b>22</b>	<b>65</b>	<b>56</b>	<b>85</b>	<b>80</b>	<b>0,95</b>	<b>37</b>	<b>33</b>	<b>0,90</b>	
<b>Total Mundial</b>	<b>216</b>	<b>207</b>	<b>249</b>	<b>71</b>	<b>51</b>	<b>64</b>	<b>57</b>	<b>12</b>	<b>84</b>	<b>76</b>	<b>92</b>	<b>90</b>	<b>0,98</b>	<b>65</b>	<b>65</b>	<b>1,00</b>	

## NOTAS

- Dados indisponíveis.

§ Mulheres atualmente casadas/em união estável.

a A RMM foi arredondada conforme o seguinte critério: <100, sem arredondamento; 100-999, arredondado para a próxima unidade; e >1000, arredondado para a próxima dezena.

b Inclui pesquisas realizadas entre 2006 e 2015.

c Exclui Ilhas Cook, Ilhas Marshall, Nauru, Niue, Palau, Tokelau e Tuvalu por causa da indisponibilidade de dados.

d Exclui Anguilla, Aruba, Bermuda, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Cayman, Curaçau, Montserrat, São Martinho e Ilhas Turcos e Caicos por causa da indisponibilidade de dados.

e Exclui Andorra, Bélgica, Bermuda, Ilhas Faroé, Gibraltar, Grécia, Groelândia, Islândia, Liechtenstein, Holanda, Portugal, San Marino, Espanha, Suécia, Suíça e Reino Unido por causa da indisponibilidade de dados.

f Exclui Samoa Americana, Anguilla, Aruba, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Cayman, China, R.A.E. de Hong Kong, R.A.E. de Macau, Ilhas Cook, Curaçau, Dominica, Guiana Francesa, Polinésia Francesa, Guadalupe, Guam, Israel, Martinica, Ilhas Marshall, Montserrat, Nauru, Nova Caledônia, Niue, Ilhas Marianas Setentrionais, Palau, Porto Rico, Reunião, São Martinho, Tokelau, Ilhas Turcos e Caicos, Tuvalu, Ilha Virgens Americanas, Ilhas Wallis e Futuna e Saara Ocidental por causa da indisponibilidade de dados.

g Exclui Tuvalu por causa da indisponibilidade de dados.

h Exclui Anguilla, Antígua e Barbuda, Bermuda, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Cayman, Equador, Granada, Montserrat, São Martinho e São Cristóvão e Nevis por causa da indisponibilidade de dados.

i Exclui Andorra, Bermuda, Ilhas Faroé, Gibraltar, Groelândia, Liechtenstein e San Marino por causa da indisponibilidade de dados.

j Exclui Samoa Americana, Anguilla, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Cayman, Ilhas Cook, Dominica, Ilhas Marshall, Montserrat, Nauru, Niue, Ilhas Marianas Setentrionais, Palau, São Cristóvão e Nevis, Tokelau, Ilhas Turcos e Caicos, Tuvalu, Ilhas Wallis e Futuna e Saara Ocidental por causa da indisponibilidade de dados.

k Exclui Tuvalu por causa da indisponibilidade de dados.

l Inclui Bulgária e Romênia.

m Inclui Antilhas Holandesas e exclui Curaçau e São Martinho.

1 Em 29 de novembro de 2012, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução 67/19, que garantiu à Palestina o "status de Estado observador não-membro das Nações Unidas..."

# Indicadores demográficos

## País, território ou outra área

País, território ou outra área	População								Expectativa de vida		Fecundidade
	População total em milhões	Taxa média anual de variação da população (%)	População total de meninas de 10 anos, em milhares	População de 10 a 24 anos (%)	População de 0 a 14 anos (%)	População de 15 a 64 anos (%)	População de 65 anos ou mais (%)	Razão de dependência <sup>3</sup>	Expectativa de vida ao nascer (em anos) 2015-2020		Taxa de fecundidade total por mulher
	2016	2010-2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	Masculino	Feminino	2015-2020
Afganistão	33,4	2,9	466	35	43	54	3	84,6	60	63	4,2
Albânia	2,9	0,0	16	24	18	69	13	45,2	76	81	1,8
Argélia	40,4	1,9	334	23	29	65	6	53,7	73	78	2,6
Angola	25,8	3,3	363	33	48	50	2	99,5	52	55	5,8
Antígua e Barbuda	0,1	1,0	1	25	24	69	7	45,2	74	79	2,0
Argentina	43,8	1,0	356	24	25	64	11	56,5	73	81	2,3
Armênia	3,0	0,3	17	19	19	70	11	42,1	71	79	1,5
Aruba	0,1	0,4	1	21	18	70	13	43,8	74	78	1,6
Austrália <sup>1</sup>	24,3	1,5	146	19	19	66	15	51,7	81	85	1,9
Áustria	8,6	0,3	39	16	14	67	19	49,5	80	84	1,5
Azerbaijão <sup>2</sup>	9,9	1,4	54	21	23	72	6	39,5	68	74	2,2
Bahamas	0,4	1,4	3	23	21	71	9	41,7	73	79	1,8
Bahrein	1,4	1,7	9	22	21	76	2	31,3	76	78	2,0
Bangladesh	162,9	1,2	1.564	29	29	66	5	51,4	72	74	2,1
Barbados	0,3	0,3	2	19	19	66	15	51,0	74	79	1,8
Bielorrússia	9,5	0,0	46	15	16	69	14	44,2	66	77	1,6
Bélgica	11,4	0,7	62	17	17	65	18	54,9	79	84	1,8
Belize	0,4	2,2	4	31	32	64	4	55,7	68	73	2,5
Benin	11,2	2,7	144	32	42	55	3	81,2	59	62	4,5
Butão	0,8	1,4	7	28	26	69	5	46,0	70	71	1,9
Bolívia, Estado Plurinacional da	10,9	1,6	113	30	32	61	7	62,9	67	72	2,8
Bósnia e Herzegovina	3,8	-0,1	16	16	13	71	16	41,5	75	80	1,2
Botsuana	2,3	2,0	23	29	32	64	4	55,3	62	67	2,7
Brasil	209,6	0,9	1.587	25	23	69	8	44,4	72	79	1,7
Brunei Darussalam	0,4	1,4	3	24	23	72	5	38,1	78	81	1,8
Bulgária	7,1	-0,7	33	14	14	65	20	52,9	71	78	1,6
Burkina Faso	18,6	2,9	257	33	45	52	2	91,4	58	61	5,2
Burundi	11,6	3,3	149	31	45	52	3	90,5	56	60	5,7
Camboja	15,8	1,6	155	30	31	64	4	55,4	68	72	2,5
Camarões, República de	23,9	2,5	310	33	42	54	3	83,6	56	58	4,5
Canadá	36,3	1,0	187	18	16	67	17	48,2	81	84	1,6
Cabo Verde	0,5	1,2	5	30	29	66	5	51,2	72	76	2,2
República Centro-Africana	5,0	2,0	60	32	39	57	4	74,5	51	55	4,0
Chade	14,5	3,3	203	34	48	50	2	100,1	51	54	5,8
Chile	18,1	1,1	120	22	20	69	11	45,4	80	85	1,7
China <sup>3</sup>	1.382,3	0,5	7.080	18	17	73	10	37,5	75	78	1,6
China, R.A.E. de Hong Kong <sup>4</sup>	7,3	0,8	22	14	12	72	16	38,6	82	87	1,3
China, R.A.E. de Macau <sup>5</sup>	0,6	1,8	2	15	13	77	9	29,8	79	83	1,3
Colômbia	48,7	1,0	390	25	24	69	7	45,4	71	78	1,8
Comores	0,8	2,4	10	31	40	57	3	75,2	63	66	4,2
Congo, República Democrática do	79,7	3,2	1.087	32	46	51	3	95,5	58	61	5,7
Congo, República do	4,7	2,6	61	31	43	54	4	86,1	62	65	4,6
Costa Rica	4,9	1,1	35	24	22	69	9	45,2	78	82	1,8
Costa do Marfim	23,3	2,4	297	33	42	55	3	83,0	52	54	4,8

País, território  
ou outra área

País, território ou outra área	População								Expectativa de vida		Fecundidade
	População total em milhões	Taxa média anual de variação da população (%)	População total de meninas de 10 anos, em milhares	População de 10 a 24 anos (%)	População de 0 a 14 anos (%)	População de 15 a 64 anos (%)	População de 65 anos ou mais (%)	Razão de dependência <sup>3</sup>	Expectativa de vida ao nascer (em anos) 2015-2020		Taxa de fecundidade total por mulher
	2016	2010-2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	Masculino	Feminino	2015-2020
Croácia	4,2	-0,4	21	16	15	66	19	51,8	75	81	1,5
Cuba	11,4	0,1	61	18	16	70	14	43,8	78	82	1,6
Curaçau	0,2	1,2	1	19	19	66	15	52,1	75	81	2,1
Chipre <sup>6</sup>	1,2	1,1	6	20	16	70	13	42,0	79	83	1,4
República Tcheca	10,5	0,1	53	14	15	66	19	50,9	76	82	1,5
Dinamarca	5,7	0,4	33	19	17	64	19	56,2	79	83	1,8
Djibuti	0,9	1,3	9	30	32	63	4	58,1	61	64	3,0
Dominica	0,1	0,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
República Dominicana	10,6	1,2	103	28	30	64	7	57,3	71	77	2,4
Equador	16,4	1,5	151	27	29	64	7	55,3	74	79	2,4
Egito	93,4	2,2	875	26	33	61	5	63,3	70	74	3,2
El Salvador	6,1	0,3	55	29	26	65	8	53,4	69	78	1,9
Guiné Equatorial	0,9	2,9	10	30	39	58	3	72,8	57	60	4,5
Eritreia	5,4	2,2	71	32	43	55	3	82,4	63	67	4,0
Estônia	1,3	-0,3	7	15	16	65	19	54,4	73	82	1,7
Etiópia	101,9	2,5	1.320	35	41	56	4	79,8	64	68	4,0
Fiji	0,9	0,7	8	26	29	65	6	53,1	68	74	2,5
Finlândia <sup>7</sup>	5,5	0,5	29	17	16	63	21	59,7	79	84	1,8
França	64,7	0,4	393	18	18	62	19	61,1	80	86	2,0
Guiana Francesa	0,3	2,7	3	27	34	61	5	62,8	77	84	3,3
Polinésia Francesa	0,3	1,1	2	24	22	70	8	42,8	75	80	2,0
Gabão	1,8	2,2	20	30	37	58	5	72,6	65	67	3,7
Gâmbia	2,1	3,2	28	32	46	52	2	94,0	60	63	5,5
Geórgia <sup>8</sup>	4,0	-1,1	19	18	18	68	14	46,4	72	79	1,8
Alemanha	80,7	0,1	337	15	13	66	21	52,2	79	84	1,4
Gana	28,0	2,4	323	31	39	58	3	73,0	61	63	4,0
Grécia	10,9	-0,4	52	15	15	64	22	56,7	79	84	1,3
Granada	0,1	0,4	1	26	26	66	7	50,6	71	76	2,1
Guadalupe <sup>9</sup>	0,5	0,5	4	20	22	63	15	57,9	79	85	2,1
Guam	0,2	1,3	1	26	25	66	9	52,0	78	83	2,3
Guatemala	16,7	2,1	191	32	36	59	5	69,8	69	76	3,0
Guiné	12,9	2,7	166	32	42	55	3	83,4	60	61	4,7
Guiné-Bissau	1,9	2,4	23	31	41	56	3	78,4	54	58	4,6
Guiana	0,8	0,4	7	33	28	67	5	50,0	64	69	2,5
Haiti	10,8	1,4	117	31	33	62	5	61,4	62	66	2,8
Honduras	8,2	1,5	86	32	31	64	5	56,2	71	76	2,3
Hungria	9,8	-0,3	48	16	15	67	18	48,7	72	79	1,4
Islândia	0,3	0,7	2	20	20	66	14	52,2	82	85	1,9
Índia	1.326,8	1,2	12.033	28	28	66	6	51,9	68	71	2,3
Indonésia	260,6	1,3	2.229	26	28	67	5	48,8	67	72	2,4
Irã, República Islâmica do	80,0	1,3	587	22	24	71	5	40,6	75	77	1,6
Iraque	37,5	3,3	452	31	41	56	3	78,5	68	72	4,4
Irlanda	4,7	0,3	33	18	22	65	13	54,4	80	84	2,0
Israel	8,2	1,6	69	23	28	61	11	65,0	81	85	2,9
Itália	59,8	0,1	276	14	14	64	23	57,1	81	86	1,5

# Indicadores demográficos

## País, território ou outra área

	População								Expectativa de vida		Fecundidade
	População total em milhões	Taxa média anual de variação da população (%)	População total de meninas de 10 anos, em milhares	População de 10 a 24 anos (%)	População de 0 a 14 anos (%)	População de 15 a 64 anos (%)	População de 65 anos ou mais (%)	Razão de dependência <sup>5</sup>	Expectativa de vida ao nascer (em anos) 2015-2020		Taxa de fecundidade total por mulher
	2016	2010-2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	Masculino	Feminino	2015-2020
Jamaica	2,8	0,4	22	27	23	68	9	48,0	74	79	2,0
Japão	126,3	-0,1	533	14	13	60	27	65,7	81	87	1,5
Jordânia	7,7	2,9	85	30	35	61	4	64,1	73	76	3,2
Cazaquistão	17,9	1,5	137	21	27	66	7	51,8	65	75	2,5
Quênia	47,3	2,6	612	32	42	55	3	80,3	61	65	4,1
Kiribati	0,1	1,8	1	29	35	61	4	62,9	64	70	3,6
Coréia, República Popular Democrática da	25,3	0,5	172	23	21	70	9	43,8	67	75	1,9
Coréia, República da	50,5	0,5	222	18	14	73	14	37,6	80	86	1,3
Kuwait	4,0	4,5	26	19	23	75	2	32,6	74	76	2,0
Quirguistão	6,0	1,7	53	26	32	64	4	56,7	67	75	2,9
Laos, República Democrática Popular do	6,9	1,7	75	32	34	62	4	62,1	66	69	2,8
Letônia	2,0	-1,1	10	15	15	65	19	52,7	70	79	1,6
Líbano	6,0	5,4	46	27	24	68	8	46,8	79	82	1,7
Lesoto	2,2	1,2	24	34	36	60	4	67,1	50	50	3,0
Libéria	4,6	2,6	60	32	42	55	3	81,9	61	63	4,5
Líbia	6,3	0,2	61	25	30	66	5	52,0	70	75	2,3
Lituânia	2,9	-1,5	13	17	15	66	19	50,5	68	79	1,6
Luxemburgo	0,6	2,1	3	18	16	69	14	44,1	80	84	1,6
Madagascar	24,9	2,8	317	33	41	56	3	79,6	65	68	4,2
Malawi	17,7	3,1	244	33	45	52	3	93,7	65	67	4,9
Malásia <sup>10</sup>	30,8	1,5	250	27	24	70	6	43,4	73	78	1,9
Maldivas	0,4	1,8	3	27	27	68	5	47,4	77	79	2,0
Mali	18,1	3,0	253	32	47	50	3	99,8	60	60	5,9
Malta	0,4	0,3	2	18	14	66	20	51,3	80	83	1,5
Martinica	0,4	0,1	2	18	17	63	20	57,8	79	85	1,9
Mauritânia	4,2	2,5	51	31	40	57	3	75,6	62	65	4,4
Maurício <sup>11</sup>	1,3	0,4	9	23	19	71	10	40,6	72	78	1,4
México	128,6	1,4	1.143	27	27	66	7	51,1	75	80	2,1
Micronésia, Estados Federados da	0,1	0,2	1	35	34	62	5	61,6	69	71	3,1
Moldávia, República da <sup>12</sup>	4,1	-0,1	20	18	16	74	10	35,3	68	76	1,2
Mongólia	3,0	1,7	25	24	29	67	4	48,7	66	75	2,5
Montenegro	0,6	0,1	4	20	18	68	14	48,1	74	79	1,7
Marrocos	34,8	1,4	288	25	27	67	6	50,3	74	76	2,4
Moçambique	28,8	2,8	396	33	45	51	3	94,2	55	57	5,1
Mianmar	54,4	0,8	513	28	27	67	6	48,2	64	69	2,1
Namíbia	2,5	2,3	28	32	37	60	4	67,1	63	68	3,3
Nepal	28,9	1,2	318	33	32	63	6	60,0	69	72	2,1
Holanda	17,0	0,3	93	18	16	65	19	54,0	80	84	1,8
Nova Caledônia	0,3	1,3	2	23	22	68	10	47,9	75	80	2,0
Nova Zelândia	4,6	0,7	30	20	20	65	15	54,6	81	84	2,0
Nicarágua	6,2	1,2	59	29	30	65	5	53,3	73	79	2,2
Níger	20,7	4,0	291	31	51	47	3	113,3	62	64	7,5
Nigéria	187,0	2,7	2.411	31	44	53	3	87,6	53	54	5,4



País, território  
ou outra área

	População								Expectativa de vida		Fecundidade
	População total em milhões	Taxa média anual de variação da população (%)	População total de meninas de 10 anos, em milhares	População de 10 a 24 anos (%)	População de 0 a 14 anos (%)	População de 15 a 64 anos (%)	População de 65 anos ou mais (%)	Razão de dependência <sup>3</sup>	Expectativa de vida ao nascer (em anos) 2015-2020		Taxa de fecundidade total por mulher
	2016	2010-2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	Masculino	Feminino	2015-2020
Noruega <sup>13</sup>	5,3	1,2	31	19	18	65	17	52,8	80	84	1,8
Omã	4,7	7,6	27	20	21	76	3	31,3	76	80	2,5
Paquistão	192,8	2,1	2.000	30	35	61	4	65,0	66	68	3,4
Palestina <sup>14</sup>	4,8	2,7	58	34	40	57	3	75,2	71	76	3,9
Panamá	4,0	1,6	34	25	27	65	8	53,2	75	81	2,4
Papua-Nova Guiné	7,8	2,1	89	31	37	60	3	66,3	61	65	3,6
Paraguai	6,7	1,3	65	30	30	64	6	56,0	71	76	2,4
Peru	31,8	1,3	280	26	28	65	7	53,0	73	78	2,4
Filipinas	102,3	1,6	1,012	29	32	64	5	57,2	65	72	2,9
Polônia	38,6	0,0	185	16	15	69	16	45,1	74	82	1,3
Portugal	10,3	-0,4	49	16	14	65	21	53,9	79	84	1,2
Porto Rico	3,7	-0,1	22	21	19	67	15	50,2	76	84	1,6
Catar	2,3	4,3	10	20	16	83	1	20,3	78	80	1,9
Reunião	0,9	0,7	7	23	23	66	11	51,3	78	84	2,1
Romênia	19,4	-0,8	103	16	15	67	18	49,5	72	79	1,5
Federação Russa	143,4	0,0	731	15	17	69	14	44,6	65	76	1,7
Ruanda	11,9	2,4	157	32	41	57	3	76,8	63	68	3,6
São Cristóvão e Nevis	0,1	1,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Lúcia	0,2	0,8	1	25	23	68	9	46,9	73	78	1,8
São Vicente e Granadinas	0,1	0,0	1	26	24	68	8	46,3	71	76	1,9
Samoa	0,2	0,7	2	31	37	58	5	73,2	71	78	3,9
San Marino	0,0	0,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Tomé e Príncipe	0,2	2,1	3	32	42	55	3	83,2	65	69	4,4
Arábia Saudita	32,2	2,3	291	24	28	69	3	45,6	74	76	2,6
Senegal	15,6	3,1	200	32	44	53	3	87,6	66	70	4,8
Sérvia <sup>15</sup>	8,8	-0,5	48	18	16	66	18	51,0	73	78	1,6
Seychelles	0,1	0,7	1	21	24	69	7	44,2	70	79	2,2
Serra Leoa	6,6	2,2	88	33	42	55	3	81,0	51	53	4,3
Cingapura	5,7	1,9	30	19	15	72	12	38,1	81	87	1,3
São Martinho	0,0	2,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eslováquia	5,4	0,1	26	16	15	71	14	41,8	73	80	1,4
Eslovênia	2,1	0,1	10	14	15	67	18	50,1	78	84	1,6
Ilhas Salomão	0,6	2,0	7	32	39	57	3	74,1	67	70	3,8
Somália	11,1	2,4	153	33	47	51	3	97,6	55	58	6,1
África do Sul	55,0	1,1	529	28	29	66	5	51,6	56	59	2,3
Sudão do Sul	12,7	3,9	162	33	42	55	3	83,0	56	58	4,7
Espanha <sup>16</sup>	46,1	-0,2	235	14	15	66	19	51,1	81	86	1,4
Sri Lanka	20,8	0,5	174	23	24	66	10	51,5	72	79	2,0
Sudão	41,2	2,2	513	32	40	56	3	77,1	63	66	4,1
Suriname	0,5	0,9	5	25	26	67	7	50,4	68	75	2,3
Suazilândia	1,3	1,5	15	34	37	59	4	69,2	50	48	3,1
Suécia	9,9	0,8	55	17	17	62	20	60,4	81	84	1,9
Suíça	8,4	1,1	39	16	15	67	18	49,4	82	85	1,6
Síria, República Árabe da	18,6	-1,8	226	33	36	60	4	67,2	65	77	2,8

## Indicadores demográficos

### País, território ou outra área

	População								Expectativa de vida		Fecundidade
	População total em milhões	Taxa média anual de variação da população (%)	População total de meninas de 10 anos, em milhares	População de 10 a 24 anos (%)	População de 0 a 14 anos (%)	População de 15 a 64 anos (%)	População de 65 anos ou mais (%)	Razão de dependência <sup>s</sup>	Expectativa de vida ao nascer (em anos) 2015-2020		Taxa de fecundidade total por mulher
	2016	2010-2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	Masculino	Feminino	2015-2020
Tadjiquistão	8,7	2,2	84	29	35	62	3	61,4	67	74	3,3
Tanzânia, República Unida da <sup>17</sup>	55,2	3,2	747	32	45	52	3	93,6	65	68	4,9
Tailândia	68,1	0,4	399	19	17	72	11	39,5	72	78	1,5
Antiga República Iugoslava da Macedônia	2,1	0,1	11	19	17	70	13	42,0	74	78	1,6
Timor Leste, República Democrática do	1,2	2,3	14	32	43	52	6	93,5	68	71	5,3
Togo	7,5	2,7	97	32	42	55	3	81,3	60	62	4,3
Tonga	0,1	0,5	1	32	36	58	6	72,9	70	76	3,6
Trinidad e Tobago	1,4	0,5	9	20	21	70	10	43,8	67	74	1,7
Tunísia	11,4	1,1	80	22	23	69	8	45,5	73	78	2,1
Turquia	79,6	1,6	653	25	25	67	8	49,5	73	79	2,0
Turcomenistão	5,4	1,3	49	27	28	68	4	47,8	62	70	2,2
Ilhas Turcos e Caicos	0,0	2,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tuvalu	0,0	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uganda	40,3	3,3	577	34	48	50	2	101,3	59	63	5,5
Ucrânia	44,6	-0,4	210	15	15	69	16	44,4	66	76	1,6
Emirados Árabes Unidos	9,3	1,8	39	17	14	85	1	18,1	77	79	1,7
Reino Unido	65,1	0,6	368	18	18	64	18	55,7	79	83	1,9
Estados Unidos da América	324,1	0,7	2.045	20	19	66	15	51,5	77	82	1,9
Ilhas Virgens Americanas	0,1	0,0	1	20	20	62	18	62,5	79	84	2,2
Uruguai	3,4	0,3	24	22	21	64	15	55,7	74	81	2,0
Uzbequistão	30,3	1,5	260	26	29	67	5	49,9	65	72	2,3
Vanuatu	0,3	2,3	3	29	36	60	4	67,8	71	75	3,2
Venezuela, República Bolivariana da	31,5	1,4	284	27	28	66	6	52,1	71	79	2,3
Vietnã	94,4	1,1	664	23	23	70	7	42,8	72	81	2,0
Saara Ocidental	0,6	2,2	5	24	25	71	3	39,9	68	72	2,1
Iêmen	27,5	2,5	340	34	40	57	3	74,7	63	66	3,8
Zâmbia	16,7	3,1	232	33	46	51	3	94,6	60	65	5,1
Zimbábue	16,0	2,2	200	32	42	55	3	80,2	61	64	3,6

## Dados mundiais e regionais

	População								Expectativa de vida		Fecundidade
	População total em milhões	Taxa média anual de variação da população (%)	População total de meninas de 10 anos, em milhares	População de 10 a 24 anos (%)	População de 0 a 14 anos (%)	População de 15 a 64 anos (%)	População de 65 anos ou mais (%)	Razão de dependência <sup>§</sup>	Expectativa de vida ao nascer (em anos) 2015-2020		Taxa de fecundidade total por mulher
	2016	2010-2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	Masculino	Feminino	2015-2020
<b>Estados Árabes</b>	<b>346</b>	<b>2,0</b>	<b>3.546</b>	<b>28</b>	<b>34</b>	<b>61</b>	<b>5</b>	<b>64,1</b>	<b>68</b>	<b>72</b>	<b>3,3</b>
<b>Ásia e o Pacífico</b>	<b>3.902</b>	<b>1,0</b>	<b>29.854</b>	<b>24<sup>a</sup></b>	<b>24<sup>a</sup></b>	<b>68<sup>a</sup></b>	<b>7<sup>a</sup></b>	<b>46,4<sup>a</sup></b>	<b>70<sup>a</sup></b>	<b>73<sup>a</sup></b>	<b>2,1<sup>a</sup></b>
<b>Leste Europeu e Ásia Central</b>	<b>241</b>	<b>0,9</b>	<b>1.691</b>	<b>22</b>	<b>23</b>	<b>68</b>	<b>9</b>	<b>48,0</b>	<b>69</b>	<b>76</b>	<b>2,0</b>
<b>América Latina e o Caribe</b>	<b>636</b>	<b>1,1</b>	<b>5.311</b>	<b>26<sup>b</sup></b>	<b>25<sup>b</sup></b>	<b>67<sup>b</sup></b>	<b>8<sup>b</sup></b>	<b>49,7<sup>b</sup></b>	<b>72<sup>b</sup></b>	<b>79<sup>b</sup></b>	<b>2,0<sup>b</sup></b>
<b>África Oriental e Meridional</b>	<b>561</b>	<b>2,7</b>	<b>7.274</b>	<b>32</b>	<b>42</b>	<b>54</b>	<b>3</b>	<b>83,5</b>	<b>60</b>	<b>64</b>	<b>4,4</b>
<b>África Ocidental e Central</b>	<b>414</b>	<b>2,7</b>	<b>5.361</b>	<b>32</b>	<b>44</b>	<b>53</b>	<b>3</b>	<b>87,2</b>	<b>56</b>	<b>58</b>	<b>5,2</b>
Regiões mais desenvolvidas	1.255	0,3	6.686	17	16	66	18	52,4	76	82	1,7
Regiões menos desenvolvidas	6.178	1,4	53.557	26	28	66	7	52,6	68	72	2,6
Países minimamente desenvolvidos	977	2,4	12.047	32	40	57	4	76,4	63	66	4,0
<b>Total Mundial</b>	<b>7.433</b>	<b>1,2</b>	<b>60.242</b>	<b>24</b>	<b>26</b>	<b>66</b>	<b>8</b>	<b>52,5</b>	<b>69</b>	<b>74</b>	<b>2,5</b>

## NOTAS

— Dados indisponíveis.

§ Por causa do arredondamento, as razões de dependência podem ser diferentes dos números calculados com base no percentual da população com 0 a 10 anos, com 15 a 64 anos e com 65 anos ou mais.

a Exclui as Ilhas Cook, as Ilhas Marshall, Nauru, Niue, Palau, Tokelau e Tuvalu por indisponibilidade de dados.

b Exclui Anguilla, Bermuda, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Cayman, Dominica, Montserrat, São Cristóvão e Nevis, São Martinho e Ilhas Turcos e Caicos por causa da indisponibilidade de dados.

1 Inclui a Ilha Christmas, as Ilhas Cocos (Keeling) e a Ilha Norfolk.

2 Inclui Nagorno-Karabakh.

3 Para fins estatísticos, os dados para a China não incluem as Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e Macau, nem a Província Chinesa de Taiwan.

4 Em 1º. de julho de 1997, Hong Kong se tornou uma Região Administrativa Especial (R.A.E.) da China.

5 Em 20 de dezembro de 1999, Macau se tornou uma Região Administrativa Especial (R.A.E.) da China.

6 Inclui os dados de Chipre do norte.

7 Inclui as Ilhas Åland.

8 Inclui a Abkhazia e Ossétia do Sul.

9 Inclui São Bartolomeu e São Martinho (parte francesa).

10 Inclui Sabah e Sarawak.

11 Inclui Agalega, Rodrigues e São Brandão.

12 Inclui a Transnistria.

13 Inclui as Ilhas Svalbard e Jan Mayen.

14 Inclui Jerusalém Oriental. Em 29 de novembro de 2012, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução 67/19, que conferiu à Palestina "status de Estado observador não-membro das Nações Unidas..."

15 Inclui Kosovo.

16 Inclui as Ilhas Canárias, Ceuta e Melilla.

17 Inclui Zanzibar.

## Notas técnicas para os indicadores

### Fontes de dados e definições

A edição 2016 do relatório Situação da População Mundial inclui indicadores que refletem o progresso na realização dos objetivos do Marco de Ação para acompanhamento do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) para além de 2014, assim como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas áreas de saúde materna, acesso à educação, saúde sexual e reprodutiva. Além disso, as tabelas incluem diversos indicadores demográficos. As tabelas estatísticas subsidiam o trabalho do UNFPA focado no progresso e nos resultados que visam criar um mundo onde todas as gestações sejam desejadas, todos os partos sejam seguros e cada jovem alcance seu potencial.

Diferentes autoridades nacionais e organismos internacionais usam diferentes metodologias para coletar, extrapolar e analisar os dados. Para facilitar a comparabilidade internacional dos dados, o UNFPA usa os padrões metodológicos empregados pelas principais fontes de dados. Em razão disso, alguns dados dessas tabelas podem ser diferentes daqueles gerados pelas autoridades nacionais. Os dados apresentados nas tabelas não são comparáveis com os dados da edição anterior da Situação da População Mundial devido a atualizações de classificações regionais, atualizações metodológicas e revisões dos dados de séries históricas.

As tabelas estatísticas se baseiam em pesquisas domiciliares nacionais representativas como as pesquisas demográficas e de saúde e as pesquisas de grupos de indicadores múltiplos (MICS, na sigla em inglês), estimativas das organizações das Nações Unidas e estimativas interinstitucionais. Incluem também as estimativas e projeções populacionais mais recentes do World Population Prospects: The 2015 revision and Model-based Estimates and Projections of Family Planning Indicators 2015 (Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas). Os dados estão acompanhados de definições, fontes e notas. Geralmente as tabelas estatísticas do Situação da População Mundial 2016 refletem as informações disponíveis em julho de 2016.

### Monitorando os objetivos da CIPD: indicadores selecionados

#### Saúde materna e de recém-nascidos

**Razão de Mortalidade Materna (RMM): mortes por 100.000 nascidos vivos e intervalo de incerteza da RMM (intervalo de incerteza de 80%), estimativas mais baixas e mais altas, 2015.**

**Fonte:** Grupo Interagencial das Nações Unidas para Estimativa da Mortalidade Materna (MMEIG). Este indicador apresenta o número de mortes de mulheres por causas relacionadas à gravidez por 100.000 nascidos vivos. O MMEIG produz as estimativas usando dados do registro civil e de sistemas de estatísticas vitais, pesquisas domiciliares, sistemas de vigilância, censos populacionais e outros estudos/pesquisas especializados. O UNFPA, a Organização Mundial da Saúde, o Banco Mundial, o UNICEF e a Divisão de População das Nações Unidas são membros do MMEIG. O MMEIG revê periodicamente suas estimativas e metodologias. As estimativas do MMEIG não devem ser comparadas às estimativas interagenciais anteriores.

**Partos atendidos por pessoal qualificado em saúde, percentual, 2006 - 2015. Fonte:** Grupo Interagencial e de Especialistas das Nações Unidas sobre os Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e banco de dados global do UNFPA. Os totais regionais são calculados pelo UNFPA com base em dados do Grupo Inter-

gencial e de Especialistas das Nações Unidas sobre os Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e do banco de dados global do UNFPA. O percentual de partos atendidos por pessoal qualificado em saúde (médicas/os, enfermeiras/os ou parteiras/os) é o percentual de partos assistidos por pessoal de saúde treinado em cuidados obstétricos que salvam vidas, inclusive a necessária supervisão, atenção e apoio às mulheres durante a gravidez, o parto e o pós-parto; que realizam partos por conta própria; e que cuidam dos recém-nascidos. Não inclui parteiras tradicionais, mesmo que tenham recebido treinamento.

**Taxa de fecundidade de adolescentes por 1.000 mulheres de 15 a 19 anos, 2006-2015. Fonte:** Divisão de População das Nações Unidas e banco de dados global do UNFPA. Os totais regionais são calculados pelo UNFPA baseados em dados da Divisão de População das Nações Unidas e banco de dados global do UNFPA. A taxa de fecundidade de adolescentes representa o risco de ter filhos entre as adolescentes de 15 a 19 anos. Para fins de registro, as taxas estão sujeitas à limitações que dependem da exatidão dos registros de nascimento, do tratamento dado às crianças nascidas vivas que morrem antes de serem registradas ou nas primeiras 24 horas de vida, da qualidade da informação prestada sobre a idade da mãe, além da inclusão de nascimentos ocorridos em períodos anteriores. É possível que estas limitações afetem as estimativas da população, ao representar erroneamente as idades e a cobertura. No caso dos dados de pesquisa e censo, tanto o numerador quanto o denominador correspondem à mesma população. As principais limitações dizem respeito às declarações incorretas de idade, omissões de nascimento, declaração incorreta da data de nascimento da criança e variabilidade das técnicas de amostragem, no caso de pesquisas.

#### Saúde sexual e reprodutiva

A Divisão de População das Nações Unidas produz um conjunto sistemático e abrange de estimativas e projeções anuais, baseadas em modelos correspondentes a uma série de indicadores de planejamento reprodutivo para um período de 60 anos. Os indicadores incluem a prevalência de contraceptivos, a demanda não atendida de planejamento da vida reprodutiva, a demanda total por planejamento reprodutivo e o percentual de demanda por planejamento reprodutivo atendido entre mulheres casadas ou em união estável no período de 1970 a 2030. Um modelo hierárquico Bayesiano, combinado com tendências temporais específicas do país, foi usado para gerar as estimativas, projeções e avaliações de incerteza. O modelo avança o trabalho anterior e considera as diferenças por fonte de dados, população da amostra e métodos contraceptivos incluídos nas medições de prevalência. Para mais informações sobre as estimativas de planejamento reprodutivo baseadas em modelos, a metodologia e as atualizações relativas ao planejamento reprodutivo, consulte [www.un.org/en/development/desa/population](http://www.un.org/en/development/desa/population). As estimativas se baseiam em dados específicos de país compilados em World Contraceptive Use 2015.

**Taxa de prevalência de contraceptivos entre mulheres de 15 a 49 anos atualmente casadas/em união estável, qualquer método e qualquer método moderno, 2016. Fonte:** Divisão de População das Nações Unidas. As estimativas com base em modelos empregam dados derivados de relatórios de pesquisas por amostragem. Os dados da pesquisa estimam a parcela de mulheres casadas (inclusive em união estável) que atualmente usam, respectivamente, qualquer método ou métodos modernos de contracepção. Os métodos modernos incluem a esterilização masculina e feminina, DIU, pímulas

anticoncepcionais, contraceptivos injetáveis, implantes hormonais, preservativos e métodos femininos de barreira.

**Demanda não atendida de planejamento da vida reprodutiva entre mulheres de 15 a 49 anos. Fonte:** Divisão de População das Nações Unidas. As mulheres com demandas não atendidas de espaçamento entre as gravidezes são aquelas em idade fértil e sexualmente ativas, mas que não usam qualquer método contraceptivo, e afirmam querer esperar mais tempo para ter o próximo filho. Trata-se de uma subcategoria da necessidade total não atendida de planejamento reprodutivo, que também inclui a necessidade não atendida de limitar os nascimentos. O conceito de necessidade não atendida aponta a lacuna entre as intenções reprodutivas das mulheres e seu comportamento contraceptivo. Aqui, a necessidade não atendida é expressa em termos percentuais, com base em mulheres casadas ou em união estável, em linha com o monitoramento para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

**Proporção da demanda atendida com métodos modernos, mulheres de 15 a 49 anos atualmente casadas/em união estável, 2016. Fonte:** Divisão de População das Nações Unidas. Percentual da demanda total de planejamento reprodutivo entre mulheres de 15 a 49 anos, casadas ou em união estável, que é atendida.

Proporção de demanda atendida com métodos modernos (mPDS, na sigla em inglês) = taxa de prevalência do uso de contraceptivos modernos (mCPR, na sigla em inglês) dividida pela demanda total de planejamento reprodutivo (TD, na sigla em inglês).

Onde demanda total = taxa de prevalência de contraceptivo mais a taxa de demanda não atendida por contraceptivos (UNR, na sigla em inglês) que é  $TD = CPR + UNR$  e  $mPDS = Mcpr / (CPR + UNR)$ .

## Educação

**Matrícula no ensino fundamental ajustada, percentual líquido de crianças em idade escolar masculino e feminino, 1999-2015.**

**Fonte:** Instituto de Estatística da UNESCO. A taxa de matrícula líquida no ensino fundamental ajustada indica o percentual de crianças do grupo de idade oficial para o ensino fundamental matriculadas no ensino fundamental ou médio.

**Matrícula no ensino médio ajustada, percentual líquido de crianças em idade escolar masculino e feminino, 2000-2015. Fonte:**

Instituto de Estatística da UNESCO. A taxa de matrícula líquida no ensino médio ajustada indica o percentual de crianças do grupo de idade oficial para o ensino médio matriculadas no ensino médio.

**Índice de paridade de gênero, ensino fundamental, 1999-2015.**

**Fonte:** Instituto de Estatística da UNESCO. O índice de paridade de gênero refere-se à proporção de meninas para meninos na taxa líquida de matrícula no ensino fundamental/primário (ajustada). Paridade = 1,00.

**Índice de paridade de gênero, ensino médio, 2000-2015. Fonte:**

Instituto de Estatística da UNESCO. O índice de paridade de gênero refere-se à proporção de meninas para meninos na taxa líquida de matrícula no ensino médio/secundário (ajustada). Paridade = 1,00.

## Indicadores demográficos

**População total, em milhões, 2016. Fonte:** Divisão de População das Nações Unidas. Agregados regionais calculados pelo UNFPA

baseados em dados da Divisão de População das Nações Unidas. Estes indicadores apresentam o tamanho estimado das populações nacionais em meados do ano.

**Taxa média anual de variação da população, percentual, 2010 -**

**2015. Fonte:** Divisão de População das Nações Unidas. Agregados regionais calculados pelo UNFPA baseados em dados da Divisão de População das Nações Unidas. Esses indicadores apresentam a taxa média exponencial de crescimento da população em um dado período, com base em uma projeção de variante média.

**População total de meninas de 10 anos, em milhares, 2016. Fonte:**

cálculo do UNFPA com base em dados da Divisão de População das Nações Unidas. Esses indicadores apresentam o tamanho estimado da população feminina de 10 anos de idade para cada país.

**População de 10 a 24 anos, percentual, 2016. Fonte:** cálculo feito

pelo UNFPA com base em dados da Divisão de População das Nações Unidas. Estes indicadores apresentam o tamanho estimado da população nacional com idade entre 10 e 24 anos.

**População de 0 a 14 anos, percentual, 2016. Fonte:** cálculo feito pelo

UNFPA com base em dados da Divisão de População das Nações Unidas. Estes indicadores apresentam a proporção da população nacional com idade entre 0 e 14 anos.

**População de 15 a 64 anos, percentual, 2016. Fonte:** cálculo feito

pelo UNFPA com base em dados da Divisão de População das Nações Unidas. Estes indicadores apresentam a proporção da população nacional com idade entre 15 e 64 anos.

**População de 65 anos ou mais, percentual, 2016. Fonte:** cálculo feito

pelo UNFPA com base em dados da Divisão de População das Nações Unidas. Estes indicadores apresentam a proporção da população nacional com 65 anos de idade ou mais.

**Razão de dependência, 2016. Fonte:** Divisão de População das

Nações Unidas. Agregados regionais calculados pelo UNFPA com base em dados da Divisão de População das Nações Unidas. Estes indicadores apresentam a proporção de pessoas dependentes (pessoas com menos de 15 anos ou mais de 64 anos) em relação à população em idade ativa (entre 15-64 anos). Os dados apresentam o número de dependentes para cada grupo de 100 pessoas da população em idade ativa.

**Expectativa de vida de homens e mulheres ao nascer (em anos),**

**2015-2020. Fonte:** Divisão de População das Nações Unidas. Agregados regionais calculados pelo UNFPA com base em dados da Divisão de População das Nações Unidas. Esses indicadores apresentam o número de anos que um recém-nascido viveria se, no momento de seu nascimento, estiver sujeito aos riscos de mortalidade prevalentes no grupo de indivíduos nascidos no mesmo ano.

**Taxa de fecundidade total por mulher, 2015-2020. Fonte:** Divisão

de População das Nações Unidas. Agregados regionais calculados pelo UNFPA com base em dados da Divisão de População das Nações Unidas. Esses indicadores apresentam o número de nascimentos por mulher se ela viver até o fim de seus anos férteis e der à luz nos períodos correspondentes a cada grupo de idade, de acordo com as taxas de fecundidade predominantes para cada grupo de idade.

## Classificação regional

As médias do UNFPA apresentadas no final das tabelas estatísticas são calculadas utilizando dados de países e áreas classificadas conforme a seguir. As classificações regionais incluem apenas os países onde o UNFPA atua.

### Região dos Estados Árabes

Argélia; Djibuti; Egito; Iêmen; Iraque; Jordânia; Líbano; Líbia; Marrocos; Omã; Palestina; República Árabe da Síria; Somália; Sudão; Tunísia.

### Região da Ásia e o Pacífico

Afeganistão; Bangladesh; Butão; Camboja; China; Estados Federados da Micronésia; Fiji; Filipinas; Ilhas Cook; Ilhas Marshall; Ilhas Salomão; Índia; Indonésia; Malásia; Maldivas; Mianmar; Nauru; Nepal; Niue; Paquistão; Palau; Papua Nova Guiné; Kiribati; República Democrática de Tokelau; República Democrática Popular da Coréia; República Democrática Popular do Laos; República Islâmica do Irã; Samoa; Sri Lanka; Tailândia; Timor Leste; Tonga; Tuvalu; Vanuatu; Vietnam.

### Região da Leste Europeu e Ásia Central

Albânia; Antiga República Iugoslava da Macedônia; Armênia; Azerbaijão; Bielorrússia; Bósnia e Herzegovina; Cazaquistão; Geórgia; Quirguistão; República da Moldávia; Sérvia; Tadjiquistão; Turquia; Turcomenistão; Ucrânia.

### Região da África Oriental e Meridional

África do Sul; Angola; Botsuana; Burundi; Comores; Eritréia; Etiópia; Lesoto; Madagascar; Malawi; Maurício; Moçambique; Namíbia; Quênia; República Democrática do Congo; República Unida da Tanzânia; Ruanda; Seychelles; Suazilândia; Sudão do Sul; Uganda; Zâmbia; Zimbábue

### Região da América Latina e Caribe

Anguilla; Antígua e Barbuda; Argentina; Aruba; Bahamas; Barbados; Belize; Bermuda; Brasil; Chile; Colômbia; Costa Rica; Cuba; Curaçau; Dominica; El Salvador; Equador; Estado Plurinacional da Bolívia; Granada; Guatemala; Guiana; Haiti; Honduras; Jamaica; Ilhas Cayman; Ilhas Turcos e Caicos; Ilhas Virgens Britânicas; México; Montserrat; Nicarágua; Panamá; Paraguai; Peru; República Bolivariana da Venezuela; República Dominicana; Santa Lúcia; São Cristóvão e Nevis; São Martinho; São Vicente e Granadinas; Suriname; Trinidad e Tobago; Uruguai.

### Região da África Ocidental e Central

Benin; Burkina Faso; Cabo Verde; Chade; Gabão; Gâmbia; Gana; Guiné; Guiné-Bissau; Guiné Equatorial; Libéria; Mali; Mauritânia; Níger; Nigéria; República Centro-Africana; República da Costa do Marfim; República de Camarões; São Tomé e Príncipe; Senegal; Serra Leoa; Togo

**As regiões mais desenvolvidas** compreendem a Europa, América do Norte, Austrália, Nova Zelândia e Japão.

**As menos desenvolvidas** compreendem todas as regiões da África; Ásia (exceto o Japão), América Latina e Caribe, além da Melanésia, Micronésia e Polinésia.

**Os países de menor desenvolvimento**, como definido pela Assembleia Geral das Nações Unidas em suas resoluções (59/209, 59/210, 60/33, 62/97, 64/L.55, 67/L.43, 64/295), incluem 48 países desde maio de 2016: 34 na África, nove na Ásia, quatro na Oceania e um na América Latina e o Caribe - Afeganistão, Angola, Bangladesh, Benin, Burkina Faso, Burundi, Butão, Camboja, República Centro-Africana, Chade, Comores, Djibuti, Eritréia, Etiópia, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Haiti, Iêmen, Ilhas Salomão, Lesoto, Libéria, Madagascar, Malawi, Mali, Mauritânia, Moçambique, Mianmar, Nepal, Níger, Kiribati, República Democrática do Congo, República Popular do Laos, República Unida da Tanzânia, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão do Sul, Sudão, Timor Leste, Togo, Tuvalu, Uganda, Vanuatu e Zâmbia. Esses países também estão nas regiões menos desenvolvidas.

## Bibliografia

- Alam, M., Warren, R., and Applebaum, A. 2016. *Closing the Gap: Adolescent Girls' Access to Education in Conflict-Affected Settings*. Washington, D.C.: Georgetown Institute for Women, Peace and Security.
- Baird, S., McIntosh, C., and Özler, B. 2011. "Cash or Condition? Evidence from a Cash Transfer Experiment." *The Quarterly Journal of Economics* 126: 1709-1753.
- Bandiera, O., Buehren, N., Burgess, R., Goldstein, M., Gulesci, S., Rasul, I., and Sulaiman, M. 2015. "Women's Empowerment in Action: Evidence from a Randomized Control Trial in Africa." Working Paper. Website: [www.ucl.ac.uk/~uctpimr/research/ELA.pdf](http://www.ucl.ac.uk/~uctpimr/research/ELA.pdf), accessed 20 June 2016.
- Barker, G., Olukoya, A., and Aggleton, P. 2005 "Young People, Social Support and Help-Seeking." *International Journal of Adolescent Medical Health* 17(4): 315-336.
- Baumgartner, J. N., Waszak Geary, C., Tucker, H., and Wedderburn, M. 2009. "The Influence of Early Sexual Debut and Sexual Violence on Adolescent Pregnancy: A Matched Case-Control Study in Jamaica." *International Perspectives on Sexual and Reproductive Health* 3(1): 21-28.
- Beaman, L., Duflo, E., Pande, R., and Topalova, P. 2012. "Female Leadership Raises Aspirations and Educational Attainment for Girls: A Policy Experiment in India." *Science* 335: 582-586.
- Bloom, D. 2016. "Demographic Upheaval." *Finance & Development* 53: 6-11.
- Bloom, D. E. and Luca, D. L. 2015. "Do Moms Matter More? The Relative Returns to Maternal Health." Working Paper. Website: [www.sole-jole.org/16492.pdf](http://www.sole-jole.org/16492.pdf), accessed 20 June 2016.
- Bloom, D. E., Kuhn, M., and Prettnner, K. 2015. *The Contribution of Female Health to Economic Development*. Vienna: Vienna University of Technology.
- Bloom, D., Humair, S., Rosenberg, JP Sevilla, L., and Trussell J. 2014. "Capturing the Demographic Dividend: Source, Magnitude and Realization." In: *One Billion People, One Billion Opportunities: Building Human Capital in Africa*, edited by A. Soucat and M. Ncube. Washington, D. C.: Communications Development Incorporated.
- Bloom, D. E., Canning, D., Fink, G., and Finlay, J. E. 2009. "Fertility, Female Labor Force Participation, and the Demographic Dividend." *Journal of Economic Growth* 14: 79-101.
- Bruce, J. 2012. "Why Girl-Centred Design is the Way Forward for Development." Website: [www.girleffect.org/what-girls-need/articles/2012/11/why-girl-centred-design-is-the-way-forward-for-development/](http://www.girleffect.org/what-girls-need/articles/2012/11/why-girl-centred-design-is-the-way-forward-for-development/), accessed 28 June 2012.
- Bruce, J. 2011. "Scaling for Change: Strategic Investment in the Poorest Girls in the Poorest Communities." Presentation to the Clinton Global Initiative, September 2011. Website: [www.popcouncil.org/uploads/pdfs/events/2011CGI\\_Bruce.pdf](http://www.popcouncil.org/uploads/pdfs/events/2011CGI_Bruce.pdf), accessed 28 June 2016.
- Bruce, J. 2011a. *Violence Against Adolescent Girls: A Fundamental Challenge to Meaningful Equality*. New York: The Population Council. Website: [www.popcouncil.org/uploads/pdfs/2012PGY\\_GirlsFirst\\_Violence.pdf](http://www.popcouncil.org/uploads/pdfs/2012PGY_GirlsFirst_Violence.pdf), accessed 4 August 2016
- Bruce, J. 2009. "Poor Adolescent Girls—Still Lost Between Childhood and Adulthood: The Case for a 12-Year-Old Check-In." Background note for G8 International Parliamentarians' Conference: Strategic Investments in Times of Crisis: The Rewards of Making Women's Health a Priority. Website: [https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:fby6hJM9J6MJ:https://www.k4health.org/sites/default/files/bruce\\_-\\_2009\\_-\\_background\\_note\\_for\\_g8\\_international\\_parliamentarians\\_conference\\_strategic\\_investments\\_in\\_times\\_of\\_crisis\\_-\\_the\\_r.docx+&cd=1&hl=en&ct=clnk&gl=us](https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:fby6hJM9J6MJ:https://www.k4health.org/sites/default/files/bruce_-_2009_-_background_note_for_g8_international_parliamentarians_conference_strategic_investments_in_times_of_crisis_-_the_r.docx+&cd=1&hl=en&ct=clnk&gl=us), accessed 21 June 2016.
- Bruce, J. 2009a. *Global Symposium on Engaging Men and Boys in Achieving Gender Equality: Cross-cutting Themes, Lessons Learned, Research Results and Challenges*. Website: <http://menengage.org/wp-content/uploads/2014/04/First-Global-MenEngage-Symposium-Report-Rio-2009.pdf>, accessed 25 July 2016.
- Bruce, J. 2006. "A Note on the Social and Economic Development and Reproductive Health of Vulnerable Adolescent Girls." Website: [www.un.org/womenwatch/daw/egm/elim-disc-viol-girlchild/ExpertPapers/EP.11%20Bruce.pdf](http://www.un.org/womenwatch/daw/egm/elim-disc-viol-girlchild/ExpertPapers/EP.11%20Bruce.pdf), accessed 4 August 2016.
- CARE. 2014. *Tipping Point: Digging Up the Roots of Child Marriage to Replant the Future*. Program Summary. Atlanta, Georgia: CARE. Website: [https://caretippingpoint.files.wordpress.com/2016/02/care\\_tipping-point\\_web.pdf](https://caretippingpoint.files.wordpress.com/2016/02/care_tipping-point_web.pdf), accessed 27 May 2016.
- CARE. 2013. "Be a Man!" Website: [www.care.org/work/education/youth/be-man](http://www.care.org/work/education/youth/be-man), accessed 27 May 2016.
- Centers for Disease Control and Prevention. 2014. "Families Matter! Program Overview." Website: <https://stacks.cdc.gov/view/cdc/26191>, accessed 3 June 2016.
- Chong, E., Hallman, K., and Brady, M. 2006. *Investing When It Counts: Generating the Evidence Base for Policies and Programmes for Very Young Adolescents Guide—Guide and Toolkit*. New York: UNFPA and Population Council.
- Crandall, S. R. and Surabhi, J. 2007. "New Directions in Workforce Development: Do They Lead to Gains for Women?" *New England Journal of Public Policy* 22(1).
- Doss, C. 2013. *Intrahousehold Bargaining and Resource Allocation in Developing Countries*. Policy Research Working Paper 6337. The World Bank. Website: <http://library1.nida.ac.th/worldbank/fulltext/wps06337.pdf>, accessed 20 June 2016.
- Dupas, P. 2011. "Do Teenagers Respond to HIV Risk Information? Evidence from a Field Experiment in Kenya." *American Economic Journal: Applied Economics* 3: 1-34.

- Edmeades, J., Hayes, R., and Gaynair, G. 2014. *Improving the Lives of Married Adolescent Girls in Amhara, Ethiopia: A Summary of the Evidence*. Washington, D.C.: International Center for Research on Women. Website: [www.care.org/sites/default/files/documents/TESFA%20Final%20Evaluation.pdf](http://www.care.org/sites/default/files/documents/TESFA%20Final%20Evaluation.pdf), accessed 15 June 2016.
- Education for All Global Monitoring Report, UNESCO and United Nations Girls Education Initiative. 2015. *School-Related Gender-Based Violence is Preventing the Achievement of Quality Education for All*. Policy Paper No. 17. Paris: UNESCO. Website: <http://unesdoc.unesco.org/imagenes/0023/002321/232107E.pdf>, accessed 8 June 2016.
- Fewer, S., D. Dunning, and Ramos, J. 2013. *Strategies for Adolescent Girls Economic Empowerment*, Oakland CA: Let Girls Lead.
- Gavi. 2013. "Millions of Girls in Developing Countries to be Protected Against Cervical Cancer Thanks to New HPV Vaccine Deals." 9 May. Website: [www.gavi.org/library/news/press-releases/2013/hpv-price-announcement/](http://www.gavi.org/library/news/press-releases/2013/hpv-price-announcement/), accessed 22 May 2016.
- Gavi. 2012. "More than 30 Million Girls to be Immunised with HPV Vaccines by 2020 with Gavi Support." 6 December. Website: [www.gavi.org/library/news/press-releases/2012/more-than-30-million-girls-immunised-with-hpv-by-2020/](http://www.gavi.org/library/news/press-releases/2012/more-than-30-million-girls-immunised-with-hpv-by-2020/), accessed 22 May 2016.
- Government of India, Ministry of Health and Family Welfare. 2014. *Rashtriya Kishor Swasthya Karyakram: Strategy Handbook*. New Delhi: Government of India, Ministry of Health and Family Welfare, Adolescent Health Division.
- Grépin, K. A. and Bharadwaj, P. 2015. "Secondary Education and HIV Infection in Botswana." *Lancet Global Health* 3(8): e428-e429.
- Guttmacher Institute. 2016. "Adding It Up: Costs and Benefits of Meeting the Contraceptive Needs of Adolescents." New York: Guttmacher Institute. Website: <https://www.guttmacher.org/report/adding-it-meeting-contraceptive-needs-of-adolescents#full-article>, accessed 8 June 2016.
- Haberland, N. 2015. "The Case for Addressing Gender and Power in Sexuality and HIV Education: A Comprehensive Review of Evaluation Studies." *International Perspectives on Sexual and Reproductive Health* 41(1): 311-351.
- Haberland, N. and Rogow, D. 2015. "Sexuality Education: Emerging Trends in Evidence and Practice." *Journal of Adolescent Health* 56(1): S15-S21.
- Hallman, K. K., Kenworthy, N. J., Diers, J., Swan, N., and Devnarain, B. 2013. *The Contracting World of Girls at Puberty: Violence and Gender-Divergent Access to the Public Sphere among Adolescents in South Africa*. Poverty, Gender and Youth Working Paper. No. 25. New York: Population Council.
- Horton, P. 2011. *School Bullying and Power Relations in Vietnam*. Linköping: Linköping Studies in Arts and Science.
- Human Rights Watch. 2015. "Marry Before Your House is Swept Away: Child Marriage in Bangladesh." Website: <https://www.hrw.org/report/2015/06/09/marry-your-house-swept-away/child-marriage-bangladesh>, accessed 13 June 2016.
- Igras, S. M., Macieira, M., Murphy, E., and Lundgre, R. 2014. "Investing in Very Young Adolescents' Sexual and Reproductive Health." *Global Public Health* 9(5): 555-569.
- Institute for Reproductive Health, Save the Children, and Pathfinder International. 2014. *The GREAT Project*. Washington, D. C.: Institute for Reproductive Health. Website: [http://irh.org/wp-content/uploads/2015/07/GREAT\\_Results\\_Brief\\_global\\_07.10\\_8.5x11.pdf](http://irh.org/wp-content/uploads/2015/07/GREAT_Results_Brief_global_07.10_8.5x11.pdf), accessed 15 June 2016.
- International Center for Research on Women. 2015. *Girls Are Like Leaves on the Wind*. Washington, D. C.: International Center for Research on Women.
- International Center for Research on Women. 2013. *I Know. I Want. I Dream. Girls' Insights for Building a Better World*. Washington, D. C.: International Center for Research on Women.
- International Center for Research on Women. 2013a. "Planning Ahead for Girls' Empowerment and Employability (PAGE)." Website: [www.icrw.org/where-we-work/planning-ahead-girls%E2%80%99-empowerment-and-employability-page](http://www.icrw.org/where-we-work/planning-ahead-girls%E2%80%99-empowerment-and-employability-page), accessed 8 June 2016.
- International Labour Office. 2016. *Women at Work 2016: Trends 2016*. Geneva: International Labour Organization. Website: [www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_457086.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_457086.pdf), accessed 8 June 2016.
- International Labour Organization, 2015. "Global Employment Trends for Youth 2015: Scaling Up Investments in Decent Jobs for Youth." Website: [www.ilo.org/global/research/global-reports/youth/2015/WCMS\\_412015/lang--en/index.htm](http://www.ilo.org/global/research/global-reports/youth/2015/WCMS_412015/lang--en/index.htm), accessed 8 June 2016.
- Jejeebhoy, S. J. and Acharya, R. 2014. *Adolescents in Rajasthan 2012: Changing Situation and Needs*. New Delhi, India: Population Council.
- Jensen, R. 2011. "Do Labor Market Opportunities Affect Young Women's Work and Family Decisions? Experimental Evidence from India." *The Quarterly Journal of Economics* 127(2): 753-792.
- Kremer, M., Miguel, E., and Thornton, R. 2009. "Incentives to Learn." *The Review of Economics and Statistics*, 91: 438-456.
- Lundgren, R. and Amin, A. 2015. "Addressing Intimate Partner Violence and Sexual Violence Among Adolescents: Emerging Evidence of Effectiveness." *Journal of Adolescent Health* 56(1): S42-S50.
- Malhotra, A., Warner, A., McGonagle, A., and Lee-Rife, S. 2011. *Solutions to End Child Marriage: What the Evidence Shows*. Washington, D. C.: International Center for Research on Women. Website: [www.icrw.org/files/publications/Solutions-to-End-Child-Marriage.pdf](http://www.icrw.org/files/publications/Solutions-to-End-Child-Marriage.pdf), accessed 7 June 2016.
- Martin, T. 1995. "Women's Education and Fertility: Results from 26 Demographic and Health Surveys." *Studies in Family Planning* 26: 187-202.



- Mercy Corps. 2013. *Adolescent Girls in Northern Nigeria: Financial Inclusion and Opportunities Profile*. Portland, Oregon: Mercy Corps.
- Miske Witt and Associates. 2007. *Transition to Post-Primary Education with a Special Focus on Girls: Medium-Term Strategies for Developing Post-Primary Education in Eastern and Southern Africa*. Nairobi: UNICEF.
- Nanda, P., Das, P., Singh, A., and Negi, R. 2013. *Addressing Comprehensive Needs of Adolescent Girls in India: A Potential for Creating Livelihoods*. New Delhi: International Center on Research for Women.
- Nicolai, S., and Peers, L. 2015. *Education in Emergencies and Protracted Crises*. London: Overseas Development Institute.
- OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development). 2016. "Balancing Paid Work, Unpaid Work and Leisure." Website: [www.oecd.org/gender/data/balancingpaidworkunpaidworkandleisure.htm](http://www.oecd.org/gender/data/balancingpaidworkunpaidworkandleisure.htm), accessed 8 June 2016.
- Onarheim, K. H., Iversen, J. H., and Bloom, D. E. 2016. "Economic Benefits of Investing in Women's Health: A Systematic Review." *PLoS ONE* 11: e0150120.
- Patrick, E. 2007. "Sexual Violence and Firewood Vollection in Darfur." *Forced Migration Review*, 27: 40-41.
- PEPFAR (United States President's Emergency Plan for AIDS Relief). 2016. *Dreams, Innovation, Challenge*. Washington, D. C.: PEPFAR. Website: [www.pepfar.gov/documents/organization/247602.pdf](http://www.pepfar.gov/documents/organization/247602.pdf), accessed 22 May 2016.
- Plan International. 2010. "Rescuing Girls from Nepal's Kamalari System." Website: <https://plan-international.org/news/2010-06-11-rescuing-girls-nepals-kamalari-system>, accessed 8 June 2016.
- Population Council. 2016. *Delaying Child Marriage through Community-Based Skills-Development Programs for Girls: Results from a Randomized Controlled Study in Rural Bangladesh*. New York: The Population Council. Website: [www.popcouncil.org/uploads/pdfs/2016PGY\\_BALIKA\\_EndlineReport.pdf](http://www.popcouncil.org/uploads/pdfs/2016PGY_BALIKA_EndlineReport.pdf), accessed 15 June 2016.
- Population Council. 2016a. *Investing When It Counts: Reviewing the Evidence and Charting a Course of Research and Action for Very Young Adolescents*. New York: The Population Council. Website: [http://www.popcouncil.org/uploads/pdfs/2016PGY\\_InvestingWhenItCounts.pdf](http://www.popcouncil.org/uploads/pdfs/2016PGY_InvestingWhenItCounts.pdf), accessed 15 June 2016.
- Population Council. 2015. "Building an Evidence Base to Delay Marriage in Sub-Saharan Africa." Website: [www.popcouncil.org/research/building-an-evidence-base-to-delay-marriage-in-sub-saharan-africa](http://www.popcouncil.org/research/building-an-evidence-base-to-delay-marriage-in-sub-saharan-africa), accessed 22 May 2016.
- Population Reference Bureau. 2016. *Adolescent Girls in Egypt*. Policy Brief. Washington, D.C.: Population Reference Bureau.
- Prettner, K. and Strulik, H. 2014. *Gender Equity and the Escape from Poverty*. Discussion Paper. No. 216. Göttingen: Center for European, Governance and Economic Development Research.
- Psacharopoulos, G. and Patrinos, H. 2004. "Returns to Investment in Education: A Further Update." *Education Economics* 12: 111-134.
- Saavedra, J. and Garcia, S. 2012. *Impact of Conditional Cash Transfer Programs on Educational Outcomes in Developing Countries*. Santa Monica: RAND Corporation.
- Sanfilippo, M., Martorano, B., and De Neubourg, C. 2012. *The Impact of Social Protection on Children: A Review of the Literature*. UNICEF Office of Research Working Paper. No. WP-2012-06. Florence: UNICEF.
- Santhya, K. G. and Jejeebhoy, S. J. 2015. "Sexual and Reproductive Health and Rights of Adolescent Girls: Evidence from Low and Middle-Income Countries." *Global Public Health: An International Journal for Research, Policy and Practice* 10(2): 189-221.
- Save the Children. 2014. *Too Young to Wed*. London: Save the Children.
- Scaling Up Nutrition. 2016. *Empowering Women and Girls to Improve Nutrition: Building a Sisterhood of Success*. Website: <http://scalingupnutrition.org/wp-content/uploads/2016/05/IN-PRACTICE-BRIEF-6-EMPOWERING-WOMEN-AND-GIRLS-TO-IMPROVE-NUTITION-BUILDING-A-SISTERHOOD-OF-SUCCESS.pdf>, accessed 24 May 2016.
- Smith, L. C. and Haddad, L. 1999. *Explaining Child Malnutrition in Developing Countries: A Cross Country Analysis*. Food Consumption and Nutrition Division Discussion Paper. No. 60. Washington, D. C.: International Food Policy Research Institute. Website: <http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/94515/2/explaining%20child%20malnutrition%20in%20developing%20countries.pdf>, accessed 21 June 2016.
- Sperling, G. B. and Winthrop, R. 2016. *What Works in Girls' Education: Evidence for the World's Best Investment*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press.
- Taylor, B., Stein, N., and Burden, F. 2010. "The Effects of Gender Violence/Harassment Prevention Programming in Middle Schools: A Randomized Experimental Evaluation." *Violence and Victims* 25(2): 202-223.
- The Lancet. 2013. "Adolescence: a Second Chance to Tackle Inequities." Editorial. *The Lancet* 382, 9 November 2013.
- The Lancet Commissions. 2016. "Our Future: A Lancet Commission on Adolescent Health and Wellbeing." *The Lancet* 387, 11 May 2016.
- UNAIDS (Joint United Nations Programme on HIV/AIDS). 2015. *All In*. Geneva, Switzerland: UNAIDS.
- UNAIDS (Joint United Nations Programme on HIV/AIDS). 2013. *The Gap Report*. Website: [www.unaids.org/sites/default/files/media\\_asset/UNAIDS\\_Gap\\_report\\_en.pdf](http://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/UNAIDS_Gap_report_en.pdf), accessed 27 May 2016.

- UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). 2016. *Connect with Respect: Preventing Gender-based Violence in Schools*. Website: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002432/243252E.pdf>, accessed 20 June 2016.
- UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). 2015. *Education for All 2000-2015: Achievements and Challenges—Education for All Global Monitoring Report 2015*. Paris: UNESCO.
- UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). 2015a. *Emerging Evidence, Lessons and Practice in Comprehensive Sexuality Education: A Global Review 2015*. Paris: UNESCO.
- UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) Institute for Statistics. 2016. *Leaving No One Behind: How Far on the Way to Universal Primary and Secondary Education?* Policy Paper 27. Fact Sheet 37. Montreal: Institute for Statistics. Website: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002452/245238E.pdf>, accessed 3 August 2016.
- UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) Institute for Statistics. 2015. *A Growing Number of Children and Adolescents Are Out of School as Aid Fails to Meet the Mark*. Policy Paper 22. Fact Sheet 31. Montreal: Institute for Statistics. Website: [www.uis.unesco.org/Education/Documents/fs-31-out-of-school-children-en.pdf](http://www.uis.unesco.org/Education/Documents/fs-31-out-of-school-children-en.pdf), accessed 20 June 2016.
- UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) Institute for Statistics and UNICEF. 2015a. *Fixing the Broken Promise of Education for All: Findings from the Global Initiative on Out of School Children*. Montreal: UNESCO Institute for Statistics.
- UNFPA (United Nations Population Fund). 2016. "Female Genital Mutilation." Website: [www.unfpa.org/female-genital-mutilation](http://www.unfpa.org/female-genital-mutilation), accessed 19 June 2016.
- UNFPA (United Nations Population Fund). 2014. *UNFPA's Action for Adolescent Girls: Building the Health, Social and Economic Assets of Adolescent Girls, Especially Those at Risk of Child Marriage*. New York: UNFPA. Website: [www.unfpa.org/sites/default/files/resource-pdf/UNFPA%20AAG%20programme%20document\\_25july2014.pdf](http://www.unfpa.org/sites/default/files/resource-pdf/UNFPA%20AAG%20programme%20document_25july2014.pdf), accessed 24 May 2016.
- UNFPA (United Nations Population Fund). 2014a. *UNFPA Operational Guidance for Comprehensive Sexuality Education: A Focus on Human Rights and Gender*. New York: UNFPA.
- UNFPA (United Nations Population Fund). 2012. *Marrying Too Young: End Child Marriage*. New York: UNFPA. Website: <https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/MarryingTooYoung.pdf>, accessed 8 June 2016.
- UNFPA (United Nations Population Fund). 2011. "Lacking Sanitary Pads, Girls Miss School in Dadaab Refugee Camp." Website: [www.unfpa.org/news/lacking-sanitary-pads-girls-miss-school-dadaab-refugee-camp#sthash.mlomNpVp.dpuf](http://www.unfpa.org/news/lacking-sanitary-pads-girls-miss-school-dadaab-refugee-camp#sthash.mlomNpVp.dpuf), accessed 12 August 2016.
- UNICEF. 2014. *A Statistical Snapshot of Violence against Adolescent Girls*. New York: UNICEF. [http://data.unicef.org/corecode/uploads/document6/uploaded\\_pdfs/corecode/Day-of-the-Girl-Child-Booklet-Final-11\\_10-LR-Web\\_216.pdf](http://data.unicef.org/corecode/uploads/document6/uploaded_pdfs/corecode/Day-of-the-Girl-Child-Booklet-Final-11_10-LR-Web_216.pdf), accessed 15 August 2016
- UNICEF, 2013. *Every Child's Birthright: Inequities and Trends in Birth Registration*. New York: UNICEF. Website: [http://data.unicef.org/corecode/uploads/document6/uploaded\\_pdfs/corecode/Birth\\_Registration\\_lores\\_final\\_24.pdf](http://data.unicef.org/corecode/uploads/document6/uploaded_pdfs/corecode/Birth_Registration_lores_final_24.pdf), accessed 8 June 2016.
- UNICEF. 2011. *The State of the World's Children: Adolescence—An Age of Opportunity*. Executive Summary. New York: UNICEF. Website: [www.unicef.org/adolescence/files/SOWC\\_2011\\_Main\\_Report\\_EN\\_02092011.pdf](http://www.unicef.org/adolescence/files/SOWC_2011_Main_Report_EN_02092011.pdf), accessed 19 August 2016.
- UNICEF. 2003. "Factsheet: Birth Registration." Website: [www.unicef.org/newsline/2003/03fsbirthregistration.htm](http://www.unicef.org/newsline/2003/03fsbirthregistration.htm), accessed 19 June 2016.
- UNICEF. 2000. *Domestic Violence Against Women and Girls*. Florence, Italy: UNICEF. Website: <http://tyei.com.pk/wp-content/uploads/2015/10/domestic-violence-against-women-and-girls.pdf>, accessed 13 June 2016.
- United Nations. 1948. *The Universal Declaration of Human Rights*. Paris: United Nations.
- United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. 2015. *World Population Prospects: The 2015 Revision*. New York: United Nations.
- USAID. 2013. *State of the Field Report: Examining Evidence in Youth Workforce Development*, Washington, DC: USAID.
- Winthrop, R. and McGivney, E. 2015. "Raising the Global Ambition for Girls Education." In: *Women and Girls Rising*, edited by E. Chesler and T. McGovern. 2015. New York: Routledge, pp. 287-296.
- Wodon, Q., Petroni, S., Male, C., Onagoruwa, A., Savadogo, A., Edmeades, J., Kes, A., and John, N. 2015. *Economic Impacts of Child Marriage: Preliminary Findings from Analyses of Existing Data*. International Center for Research on Women and the World Bank. Website: [www.costsofchild-marriage.org](http://www.costsofchild-marriage.org), accessed 19 August 2016.
- World Bank. 2016. "World Development Indicators." Website: <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=world-development-indicators>, accessed 6 June 2016.
- World Bank Group. 2016. "The World Bank Group and Adolescent Girls' Education Factsheet." Washington, D.C.: The World Bank
- World Health Organization. n.d. "Adolescent Health: Mortality and DALYs in Adolescents by WHO Region, 2000 and 2012, Aged 10-19 Years." Website: <http://apps.who.int/gho/data/view.wrapper.MortAdov?lang=en>, accessed 22 June 2016.
- World Health Organization, 2013. *Global and Regional Estimates of Violence against Women: Prevalence and Health Effects of Intimate Partner Violence and Non-Partner Sexual Violence*. Geneva: World Health Organization.





Criando um mundo  
onde cada gravidez seja  
desejada, cada parto seja  
seguro e o potencial de  
cada jovem seja realizado.



**Fundo de População das Nações Unidas**  
605 Third Avenue  
New York, NY 10158  
[www.unfpa.org/swop](http://www.unfpa.org/swop)